

CONSELHO EDITORIAL UNIVERSITÁRIO

1. LISTA DE PUBLICAÇÕES

Revistas

Qtd.	Assinatura
() <i>Clências Humanas</i> - Periodicidade semestral	R\$ 15,00
() <i>Tecnologia e Ambiente</i> - Periodicidade semestral	R\$ 20,00
() <i>Iniciação Científica</i> - Periodicidade anual	R\$ 10,00
() <i>Tempos Acadêmicos</i> - Periodicidade anual	R\$ 10,00

Livros

Qtd.	Preço
() <i>Atravessando a escuridão: memórias de um comunista casual</i> - David Coimbra	R\$ 5,00
() <i>A indústria do vestuário</i> - Roseli J. Neto e Alcides Goulart	R\$ 10,00
() <i>Como ensinar português</i> - Eurico Back	R\$ 10,00
() <i>Circulando por lugares sagrados: reconhecendo a memória religiosa de Criciúma</i> - Lucy C. Ostetto e Marli O. Costa	R\$ 10,00
() <i>Prática de leitura e produção de textos: Língua Portuguesa para estudantes universitários, Volumes I, II e III</i> - Eurico Back e Ana Cláudia de Souza	R\$ 10,00
() <i>Metodologia científica</i> - Areti M. H. Gaidzinski e Fábila L. L. Carminati	R\$ 10,00
() <i>Bairro da Juventude: 50 anos de história</i> - Antônio Luiz Miranda e Maurício da Silva Sela - R\$ 10,00	

Obs.: Preços sujeitos a alteração sem aviso prévio.

2. SOLICITAÇÃO DE ASSINATURA

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ CEP: _____
Cidade: _____ Estado: _____
DDD: _____ Fone: _____ Fax: _____
Assinatura: _____ Data: _____

Opção de pagamento:

- () Cheque nominal à Fundação Educacional de Criciúma - FUCRI/UNESC
() Depósito Bancário - Banco Real - Criciúma, SC. Agência 0599 - Conta n. 4702136-5
() Depósito Bancário - Banco do Brasil - Criciúma, SC. Agência 3422-3 - Conta n. 2647-6

Obs.: Enviar proposta e comprovante de pagamento para o seguinte endereço.

FUCRI/UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense
Avenida Universitária, 1.105, Caixa Postal 3.167
88806-000 - Criciúma - SC
Internet: <http://www.unesc.rct-sc.br>

MORAIS, Tenente José Barbosa. Entrevista concedida ao autor no dia 26/7/2001.

Mineradores doam área para quartel, *Tribuna Criciumense*, n. 457 (25 a 2 de maio de 1964).

SELVA, Tenente-coronel Luiz Juventino. Entrevista concedida ao autor no dia 26/7/2001.

TEIXEIRA, José Paulo. *Os donos da cidade: poder e imaginário das elites em Criciúma*. Florianópolis: UFSC, 1995.

Última hora: detenção em Criciúma, *Tribuna Criciumense*, n. 545 (3 a 11 de abril de 1964).

Um quartel para a capital do carvão, *Tribuna Criciumense*, n. 457 (25 a 2 de maio de 1964).

VOLPATO, Terezinha Gascho. *A pirita humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis: UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

pavilhões e o Exército se dispôs a transferir de São Francisco do Sul uma unidade de artilharia. Toda essa contribuição facilitou para que, em meados de 1976, se comesse de fato a construção do quartel, sendo concluída a primeira parte só em 1977.

Em pleno regime militar, a negociação foi facilitada pela ameaça que o movimento de mineiros representava para a ordem local. A população não participou das decisões e esteve alheia a toda negociação para a instalação de uma unidade do Exército em Criciúma.

A partir de 1977, toda a sociedade passou a ser acompanhada pelo serviço de inteligência do Exército, e o movimento mineiro passou a ser vigiado mais de perto.

Fontes consultadas

BARRETO, Argemiro Manique. Entrevista concedida ao autor no dia 26/7/2001.

CAROLA, Carlos Renato. *Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)*. Florianópolis: UFSC, 1997.

Cel. Newton apela ao ministro do trabalho e diretor executivo do plano do carvão, *Tribuna Criciumense* (9 a 16 de maio de 1964).

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Exército entre nós: comunidade apreensiva, *Tribuna Criciumense*, n. 451 (14 a 21 de março de 1964)

FILHO, Nilson Borges. *Sobre o sagrado e o profano: civis e militares na política brasileira*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1986.

Junta governativa dirigirá o sindicato dos mineiros de Criciúma, *Tribuna Criciumense*, n. 456 (18 a 25 de abril de 1964).

MACNAMARA, Robert. *A essência da segurança: reflexões de um secretário da defesa dos Estados Unidos*. São Paulo: Ibrasa, 1968.

Entretanto, apesar das dificuldades, ficava bem mais prático acompanhar a movimentação na cidade e desencadear medidas repressivas com mais rapidez e eficiência, mantendo a ordem que tanto interessava aos militares e à elite dirigente. Para isso, utilizava-se um serviço de espionagem:

Sim, nós temos. Hoje eles chamam de Serviço de Inteligência. Naquela época chamava-se “funcionário da 2ª Seção”. Nós falava muito em 2ª Seção, mas era um negócio muito sigiloso. Então existia uma equipe muito forte infiltrada nisso aí, pra estar dentro desses movimentos e, com isso, conseguir informações. E que essas informações era transferida pra Brasília, entendeu, pra que se plotasse todo esse pessoal que fazia esse movimento contrário ao regime da época.²²

A população de Criciúma não participou da decisão de implantar o quartel na cidade. A elite de Criciúma, entretanto, via o Exército com bons olhos:

Existia. Existia uma diferença muito grande da dominante da dominada. Então a [classe] dominante, ela aceitou muito fácil... O poder público fez tudo. Então, nessa parte, dominante nós estávamos muito bem relacionados, muito bem atendidos, muito bem aceitos por eles, mas a parte mais dominada, essa foi um problema muito grande. Nós se adaptamos, porque eles não sabiam nem distinguir o que era exército e o que era polícia. Então eles nos chamavam de polícia. Então foi uma dificuldade enorme para se adaptarem a isso.²³

Considerações finais

A vinda do Exército para Criciúma está ligada à mobilização dos mineiros, que despertou nos dirigentes locais a preocupação em manter a ordem, para desenvolver suas atividades industriais e comerciais na cidade.

A sua instalação dependeu da negociação entre o poder público, os empresários locais e o Ministério do Exército. Só após uma série de acordos entre as partes é que ficou decidido o começo das obras, em meados de 1976. Para isso, a Prefeitura preparou o terreno, os empresários contribuíram com as construções dos

²² Idem.

²³ Idem.

Com essa visão de Criciúma é que em 1976 foi feita toda a negociação para a transferência de uma unidade do exército que estava provisoriamente na cidade catarinense de São Francisco do Sul. A intervenção da prefeitura, na pessoa do Sr. Argemiro Manique Barreto, foi indispensável para a transferência, ao articular recursos dos empresários locais para a construção dos primeiros pavilhões, desapropriar um terreno e aplainá-lo:

Então aí nós começamos as obras... Nós trabalhamos ali, com moto-craipe e um trator, 90 dias, cavando aqui e jogando para as laterais, pra poder fazer aquilo que realmente que você vê hoje. Quem chega lá observa: há um aterro bastante grande... e construímos este pavilhão aqui, o rancho. Isso aqui, os mineradores, os ceramistas, liderados mais uma vez por seu Diomicio Freitas. Graças a ele. Eu falei com ele. Ele disse: “Vamos reunir o pessoal”. Reuni o pessoal na prefeitura. Disse: “Olha, vocês têm que me ajudar com 100 mil reais cada um”. Então cada ceramista e minerador, que no caso foi o seu João Zanette e o Cechinel, que era o dono da Cesaca, doaram 200 mil. O seu Diomicio Freitas também, 200 mil. Os demais mineradores entraram com 100 mil, perfazendo um milhão e cem. Nós construímos por nossa conta. Esse dinheiro foi canalizado aos cofres da Prefeitura. Nós construímos e entregamos. E, independente disso, foi levado água, que não tinha na época, que a CASAN nos ajudou levando água, a energia, né, toda essa terraplanagem. Em resumo, tudo aquilo que tinha que ser feito foi feito para que facilitasse o espaço e a implantação do quartel.²⁰

Toda essa contribuição facilitou para que, em meados de 1976, se começasse de fato a construção do quartel, sendo concluída a primeira parte só em 1977, o que, segundo os militares, dificultava parte de seus trabalhos:

Foi dificultoso. Foi a chegada ao quartel. O quartel não estava ainda em condições de receber o efetivo que vinha. Nós estávamos com o quartel apenas com os pavilhões pronto, mas a parte de urbanização estava ainda a desejar, muita lama. Nós tivemos muita dificuldade pra desenvolver o trabalho de instrução, enfim, de preparação do homem na caserna.²¹

²⁰ Argemiro Manique Barreto, entrevista concedida ao autor em 26/7/2001.

²¹ Tenente José Barbosa Moraes, *idem*.

tel... necessitando para êxito desse propósito da cooperação de nossa cidade através de seu prefeito e de todas mais entidades representativas”.¹⁷

A instalação do 28º GAC

A instalação de um quartel em Criciúma foi uma negociação entre os militares e os dirigentes do poder local. A participação dos empresários locais foi muito importante, já que tinham interesse em desempenhar suas atividades dentro da ordem.

A instalação demorou por falta de recursos e só foi concluída depois das doações e do comprometimento que o sindicato dos mineradores e a prefeitura assumiram com o Ministério do Exército:

Ao inteirar-se das necessidades mínimas, Dr. Sebastião convocou uma reunião do sindicato dos mineradores levando ao conhecimento daquela classe os fatos acima expostos. Nessa reunião, por unanimidade, foi autorizado ao diretor do sindicato a doar em nome daquela classe dez hectares de terra localizados próximo a Cidade Mineira e mais uma importância inicial de 10 milhões de cruzeiros para o fim específico da instalação de um quartel em Criciúma. Disse-nos ainda o Dr. Sebastião Netto Campos que o prefeito municipal está liderando um movimento afim de congregar todos os esforços e auxiliem com o mesmo objetivo.¹⁸

O tenente Moraes, ao ser interrogado sobre as razões de instalar-se uma unidade do Exército em Criciúma, apontou para a necessidade de controle dos muitos sindicatos:

Na década de 70, a cidadezinha de Criciúma começou a crescer e foi... e foi mobilizada pelos sindicatos que existia aqui. Então a transferência do 28º GAC, de São Francisco para Criciúma, foi puramente segurança, porque existia aqui um movimento de mineiros muito forte, existia um movimento de cerâmica muito forte, quer dizer os sindicatos das indústrias que existiam aqui eram fortíssimos. Então, é a estratégia do Exército Brasileiro, verificou que Criciúma era uma cidade bomba. Então foi a razão principal que esse quartel veio para cá, foi puramente segurança.¹⁹

¹⁷ Um quartel para a capital do carvão, *Tribuna Criciumense*, n. 457 (25 a 2 de maio de 1964).

¹⁸ Mineradores doam área para quartel, *Tribuna Criciumense*, n. 457 (25 a 2 de maio de 1964).

¹⁹ O tenente José Barbosa Moraes comanda a Junta Militar e é encarregado do alistamento militar da cidade de Criciúma e região. Foi um dos sargentos que veio transferido do Rio Grande do Sul para São Francisco do Sul e posteriormente para Criciúma. Concedeu entrevista no dia 26/7/2001.

Entretanto, as reivindicações dos mineiros estavam normalmente relacionadas com o seu cotidiano, como suas greves e lutas, na maioria das vezes assumindo caráter econômico.¹²

Durante o período de 1945 a 1957 existiram no sindicato direções “pelegas”,¹³ trabalhando de modo meramente assistencialista. Entretanto, em março de 1957 foi eleita uma chapa composta por mineiros ligados aos interesses operários, iniciando um período de intensa mobilização da categoria. Toda essa resistência operária incomodava a elite de Criciúma,¹⁴ que se sentia insegura, desprovida e despreparada para combater esses movimentos sociais. Para eles, era preciso impor um ritmo ordenado, retornar à ordem social: “O coronel Newton Machado Vieira, encarregado do inquérito policial militar em Criciúma vendo avolumar-se o problema social da cidade... telegrafou ao ministro do trabalho e ao diretor executivo do plano do carvão nacional solicitando providência urgente visando solucionar a questão social... que se agrava”.¹⁵

O coronel fez um relatório aos seus superiores, apontando as dificuldades em que estavam expostos os mineiros: a insegurança no subsolo, a falta de saneamento nas vilas operárias, a falta de lazer e tantos outros problemas.¹⁶

É fácil perceber que o próprio militar reconhecia que a cidade tinha dificuldades e que sua população, cuja maioria era composta por operários mineiros, vivia em meio a muitas privações, sem a devida assistência por parte do poder público.

Houve toda uma preocupação por parte dos militares e dos dirigentes locais, para que se achasse uma maneira de controlar de forma mais efetiva esses movimentos sociais e sindicais, já que se via que só prender não resolveria o problema da ameaça da perturbação da ordem pública. A partir disso é que ocorreu uma maior aproximação entre a elite civil e os militares, que já articulavam um meio de acompanhar mais de perto Criciúma. A solução proposta foi a construção de um quartel na cidade: “É provável que Criciúma possua brevemente um quar-

¹² VOLPATO, Terezinha Gascho. *A pirita humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis: UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

¹³ Expressão que se dá ao sindicato comandado pelos patrões, ou por pessoas diretamente ligadas a ele. Ver VOLPATO, *op. cit.*, p. 110-114.

¹⁴ TEIXEIRA, José Paulo. *Os donos da cidade: poder e imaginário das elites em Criciúma*. Florianópolis: UFSC, 1995.

¹⁵ Cel. Newton apela ao ministro do trabalho e diretor executivo do plano do carvão, *Tribuna Criciunense* (9 a 16 de maio de 1964).

¹⁶ CAROLA, Carlos Renato. *Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)*. Florianópolis: UFSC, 1997.

militar. A rede de informação anteriormente montada passava a mostrar a sua importância para legitimar os militares no poder. Se em 1961 já se havia colhido informações na região, é bem provável que parte desse material estava sendo colocado à prova com a detenção sumária de certos cidadãos criciumenses.

A intervenção militar no Brasil seguia a lógica da política internacional mantida pela Guerra Fria.⁹ Com o fim da Segunda Grande Guerra, a União Soviética adquiriu grande prestígio internacional e ganhou simpatizantes em todos os continentes. Era necessário, para os Estados Unidos e seus aliados, frear essa expansão socialista, haja vista que, na América Latina, Cuba havia se tornado socialista. Tornava-se fundamental para os Estados Unidos garantir que o Estado brasileiro eliminasse a ameaça comunista.

Refletindo essa análise, o coronel Selva, transferido para Criciúma em 2000, teceu o seguinte comentário ao falar do período militar: “O comandante não, não se relacionava com a sociedade em si, porque ele achava que todo mundo era comunista”.¹⁰

O sindicato, as greves e o movimento mineiro

Logo após o golpe militar, uma unidade de Blumenau foi deslocada para Criciúma, onde se estabeleceu em uma das salas da Comissão do Plano Nacional do Carvão (CEPNAC) e dali dirigiu toda ação repressiva contra os movimentos sociais e, principalmente, contra o sindicato dos mineiros: “Em face dos últimos acontecimentos políticos... inúmeros foram os órgãos de classe que sofreram intervenção... incluindo neste número o sindicato dos trabalhadores na indústria da extração do carvão de Criciúma...”.¹¹

Essa ação militar nos meios sindicais procurava detectar pessoas que estivessem ligadas às agitações sociais, as greves e as reivindicações trabalhistas, porque, segundo a Doutrina de Segurança Nacional, onde houvesse esse tipo de movimento, era bem provável que, em seu seio, estivesse um agente de Moscou, um comunista ou algum marxista.

⁹ MACNAMARA, Robert. *A essência da segurança: reflexões de um secretário da defesa dos Estados Unidos*. São Paulo: Ibrasa, 1968.

¹⁰ Tenente-coronel Luiz Juventino Selva, natural de Pernambuco, começou sua carreira militar em 1976, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Serviu também em Brasília, Rio de Janeiro e atualmente é o comandante do 28º GAC. Concedeu entrevista ao autor no dia 26/7/2001.

¹¹ Junta governativa dirigirá o sindicato dos mineiros de Criciúma, *Tribuna Criciumense*, n. 456 (18 a 25 de abril de 1964).

do golpe de 1964, “incorporado” em si tudo que tivesse relacionado à defesa nacional. Suas preocupações, suas ações e “seus levantamentos” estavam todos impregnados de uma responsabilidade pela defesa do interesse nacional, orientados pela “Doutrina de Segurança Nacional”, difundida pela Escola Superior de Guerra.⁵

Criciúma no governo militar

Uma semana antes do golpe militar de 31 de março de 1964, a presença do exército foi assim noticiada na imprensa local: “Uma movimentação de tropas do exército em nossa cidade deixou parte da população curiosa e apreensiva”.⁶

Isso é um indício de que os militares preparavam uma intervenção armada no cenário nacional e tomavam suas providências. Com o golpe militar de 1964, os militares assumiram o controle do País, e o governo militar passou a aplicar a Lei de Segurança Nacional⁷ em todo o território, inclusive Criciúma, por meio de uma série de ações como cassações, prisões, intervenção nos sindicatos e a militarização do serviço público.

As informações resultantes dos levantamentos realizados, como o da primeira semana de abril de 1964 em Criciúma, eram tratadas através de uma rede de informação capaz de reunir uma variedade de dados que, confrontados com a Lei de Segurança Nacional e a Doutrina da Segurança Nacional, determinavam os procedimentos a serem seguidos em relação àquelas pessoas, instituições ou reivindicações que não estavam de acordo com a política do governo militar:

O doutor Helvidio Veloso, delegado regional de Criciúma, recebeu e está cumprindo ordem de Florianópolis para deter e interrogar diversas pessoas da nossa cidade. A polícia criciumentense deu também uma batida no sindicato dos mineiros...⁸

É nítido o parecer e a ação que começava, não só em Criciúma mas em todo o território brasileiro, visando a combater aqueles que se opunham ao regime

⁵ A Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1948 com a ajuda norte-americana, formou uma elite política e intelectual que desenvolveu os conceitos da Doutrina de Segurança Nacional baseados no mundo bipolarizado, dividido entre o capitalismo, representado pelos Estados Unidos da América e o socialismo representado pela União Soviética (FILHO, Nilson Borges. *Sobre o sagrado e o profano: civis e militares na política brasileira*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1986).

⁶ Exército entre nós: comunidade apreensiva, *Tribuna Criciumentense*, n. 451 (14 a 21 de março de 1964).

⁷ Lei de Segurança Nacional (LSN) era o Decreto-Lei n. 314 de 13 de março de 1967, imposto pelos militares para punir aqueles que fossem contrários ao regime. Esse decreto-lei substituiu o Inquérito Policial Militar, que entrou em vigor a partir de 27 de abril de 1964 também por meio de um decreto-lei.

⁸ Última hora: detenção em Criciúma, *Tribuna Criciumentense*, n. 545 (3 a 11 de abril de 1964).

A vinda dos militares para Criciúma

A vinda dos primeiros militares para Criciúma, em 1961, está diretamente ligada à questão da legalidade.² O Brasil vivia um clima político de muita agitação, o que acabou levando os militares a um real interesse por certas localidades que apresentavam uma atividade intensa de movimentos de esquerda ou populares.

Eles começaram a vir esporadicamente visitar a região e tinham como objetivo fazer levantamentos da situação. Tempos depois, isso passou a ser rotineiro, e os dados aqui levantados começaram a despertar inquietação, comportamento típico da unidade militar envolvida em algum conflito, seja militar, político, ideológico ou social.³

O senhor Argemiro Manique Barreto, ex-prefeito de Criciúma, comenta o fato da seguinte maneira:

Bom, a vinda dos militares esporádicos, pra cá, pra fazer levantamentos da situação, iniciou-se não em 64 e, sim, em 61, a época da legalidade, né, quando o Brizola fez aquele levante no Rio Grande do Sul, apoiado pelo 3º Exército, para que fosse possível... a posse do vice-presidente João Goulart... e, depois de muitos entrevistos, os militares estiveram muitos dias aqui em Criciúma, tentando descer para que houvesse confronto, provavelmente com os militares que estavam dando apoio. Os militares que estavam descendo aqui obedeciam ordens para que (...) não se desse a posse de João Goulart. Em resumo, ali é que começou a vinda dos militares em Criciúma. Periodicamente, depois eles seguidamente faziam alguns levantamentos.⁴

É compreensível que Criciúma já gozasse de uma certa notoriedade ligada à sua potencialidade mineral, a capacidade de ter em seu subsolo um mineral estratégico, associado ao fato de que, na cidade, a categoria mineira fazia reivindicações, exigia seus direitos, promovia greves e era amparada pelo sindicato. Isso fez com que os militares tivessem certos cuidados com a região mineradora, pois tinham, já antes

² Quando surgiu o movimento liderado por Leonel Brizola, então comandante do Rio Grande do Sul, e pelo comandante do 3º Exército, para que houvesse a posse do vice-presidente João Goulart, quando Jânio Quadros renunciou.

³ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁴ Argemiro Manique Barreto foi prefeito de Criciúma de 1973 a 1977 e concedeu ao autor entrevista no dia 26/7/2001.

Keywords: The army, national security, miners' union, Criciúma, 28th GAC.

*Mãos que apertam gatilhos
Que por sua pátria
Matam outros filhos...
Mãos que assinam tratados
De paz e guerra...
Mãos que são tão nobres
Até na hora da morte.¹*

Introdução

Criciúma pouco se destacou no cenário nacional até 1940. Com a intensificação da extração do carvão, muitas pessoas de outras cidades vieram para Criciúma à procura de um serviço fixo e rentável, no caso a profissão de mineiro, tornando esta a principal categoria de trabalhadores da região.

Com o tempo, os trabalhadores das minas organizaram-se em sindicatos, e, diante dos problemas sociais e econômicos que enfrentaram, a entidade tornou-se firme nas questões que diziam respeito aos mineiros. Por isso a região carbonífera ficou caracterizada pelas lutas e mobilizações da categoria.

Isso acabou despertando o interesse e a preocupação dos dirigentes do poder federal em conter essas iniciativas, que também preocupavam os dirigentes do poder local. Diante disso, era necessário um órgão capaz de desempenhar o papel de acompanhar e assegurar a “ordem”, para tranquilizar a região. Esse órgão precisava ser federal, provido de poder e associado ao poder, sua função deveria ser adequar o movimento dito “subversivo” que aqui se formava aos moldes ditados pelo regime militar, que estava instalado no poder.

Foi então que a Unidade de Calavaria Severiano Martins da Fonseca, passando por uma reestruturação ainda no Estado do Rio Grande do Sul, foi transferida para Criciúma como grupo de artilharia no final da década de 1970.

¹ Poema escrito por Jailson Gomes, acadêmico do curso de História da UNESC.

Os militares na cidade dos mineiros: a instalação do 28º GAC em Criciúma

***Military in the miners' city:
the installation of the 28th GAC in Criciúma***

Paulo César Floriano

Resumo

Este artigo constitui uma análise dos fatos que contribuíram para a instalação do 28º GAC em Criciúma. Analisa os propósitos dos dirigentes políticos do município e a negociação para a transferência de um quartel para a cidade, abordando também a militância sindical e mostrando o que o sindicato representava para a categoria mineira. Por último, trata da aproximação atual entre os militares e os civis no contexto de uma estratégia nacional das forças armadas para minimizar fatos ocorridos durante o regime militar.

Palavras-chave: exército, segurança nacional, sindicato dos mineiros, Criciúma, 28º GAC.

Abstract

This article presents an analysis of the facts contributing to the installation of the 28th GAC in Criciúma. It analyses the intentions of the politicians and the negotiation for the transference of an army base to the city. It also approaches the union militancy and what the union represents for the miners. At last, the article deals with the current proximity between the military and the ordinary people in the context of a national strategy of the army to minimize facts occurred during the military government.

PAVEI, Octávio “Carica”. Entrevista concedida ao autor em 7/9/99.

RIZZIERI, Marcolina Zulmira. Entrevista concedida ao autor em 7/9/99 e 17/11/99.

TAMAZZI, João. Entrevista concedida ao autor em 16/11/99.

ZANETTE, Antônio. Entrevista concedida ao autor em 30/12/99.

ZANETTE, Gabriel. Entrevista concedida ao autor.

ZANETTE, João. Entrevista concedida ao autor em 30/12/99.

comunidades na preservação da memória do lugar. Os principais apoios são os depoimentos das pessoas, às quais dedico o maior mérito deste trabalho. “É a força salvadora da memória” (Walter Benjamin).

Referências

CECHINEL, Stella Dagostin. Entrevista concedida ao autor em 26/8/99.

CECHINEL, Valdecir. Entrevista concedida ao autor em 7/9/99.

DAL TOÉ, Maria. Entrevista concedida ao autor em 17/11/99.

DE LUCCA, Gilia Rizzieri. Entrevista concedida ao autor em 7/9/99.

FERREIRA, Luiz Fernando Vieira. *Azambuja e Urussanga: memória sobre a fundação*. Niterói: Grafi. Diário Oficial, 1939.

JORNAL DA MANHÃ, 29/3/97.

MARTINELLO, Gilio. Entrevista concedida ao autor em 21/7/99.

MILANEZ, Pedro. *Fundamentos históricos de Criciúma*. Florianópolis: Ed. do autor, 1991. 310 p.

NASPOLINI FILHO, Archimedes; BELOLLI, Mário. Memória. *Jornal da Manhã*. 27/8/97.

_____. *Jornal da Manhã*, 28/8/97.

PAVEI, Antonio. Entrevista concedida ao autor em 23/11/99.

PAVEI I, Antônio. Entrevista concedida ao autor em 7/9/99 e 17/11/99.

PAVEI II, Antônio Pavei. Entrevista concedida ao autor.

PAVEI, Ascendino. Entrevista concedida ao autor em 7/9/99.

lização, do encontro entre as pessoas, e as festas eram ocasiões muito especiais, muitos se preparavam o ano todo, mesmo diante das dificuldades. Dona Maria Dal Toé lembra de sua juventude:

Quando fiz a primeira comunhão, tinha 13 anos. Pedi um chinelo emprestado. Aos 14 meu pai me deu um tamanco, fiquei tão contente que não tirei mais do pé. Me compraram na sexta-feira e eu andei três dias direto com ele. Não era acostumada, fiquei depois oito dias com a perna dura, sem poder andar...

Lembrar da colonização italiana da região é necessariamente fazer uma ligação entre o trabalho e a religião, a atividade agrícola era a sustentação das famílias, e a reunião para as rezas, uma obrigação dos membros das famílias. Todas as noites se reuniam para rezar o terço completo, com todos os seus mistérios e ladainhas. Nos domingos, a capela repleta recebia todos os moradores, que punham suas melhores roupas e iam para a reza.

A igreja era um local não apenas de oração, mas de sociabilidade, de encontro das pessoas, lugar comum das famílias do povoado, era a apropriação do espaço comum por todos, crianças, jovens, mulheres, homens, idosos. As mulheres teciam relações de sociabilidade, de entretenimento, pois raramente tinham outras oportunidades de relações públicas, a igreja supria essa lacuna, era o local para trocas entre elas. Dona Stela Cechinel¹⁷ reforça: “Nos dias de semana, era trabalhar, no domingo o pessoal ia o terço, depois os homens ficavam jogando bocha e baralho, as mulheres conversando e cuidando os filhos brincar”.

A capela, além da reza, possuía um papel importante na comunidade, era em torno dela que, antes e depois do terço, as famílias se reuniam nos grupinhos para trocar idéias, experiências sobre as atividades da semana. Geralmente os homens ficavam em um lado, falando sobre o andamento das lavouras, do preço dos produtos e das ferramentas. As mulheres ficavam do outro lado, além do mesmo assunto, trocavam receitas, conversavam sobre os filhos e as novidades dos vizinhos. Os jovens, por sua vez, aproveitavam para engatilhar os futuros namoros, enquanto a gurizada, em sua feliz algazarra, corria solta e como bandos de pássaros, brincando pelos poteiros. A capelinha era o coração do lugar, e espaço público do qual todos se apossavam.

Tentar contribuir para a visibilidade de recortes da história de nossos bairros parece ser nossa função de historiadores, procurando reforçar o trabalho das

¹⁷ Moradora de Morro Albino, nascida em 29/12/1921, entrevista ao autor em 26/8/99.

des vizinhas. Para tanto, reservou uma área de terra, onde hoje é o centro do bairro, a qual denominou de “Núcleo Hercílio Luz”, homenagem ao governador eleito Hercílio Luz (1894-1898). Por isso reservou uma grande área de terra onde seriam construídas obras comuns da organização pública e comunitária. Entretanto, o carvão explorado em Criciúma proporcionou sua rápida urbanização, deslocando o foco das atenções e intenções para lá, principalmente a partir da 1ª Guerra Mundial (1914-1918). Com isso, a grande área de terra ficou vaga – o intento de formar um núcleo urbano regional fracassou –, sendo ocupada pela igreja e tornando-se, o resto, praticamente devoluta. João Tamazzi¹⁶ nos fala do assunto:

A comunidade aqui não era pra ser Morro Estevão, o governo queria que fosse Núcleo Hercílio Luz, ainda hoje em alguns documentos é núcleo Hercílio Luz.

Sobre o destino dessa área, do chamado Núcleo Hercílio Luz, o assunto é muito polêmico dentro da comunidade. As pessoas nos contam que, no início da colônia, ao serem vendidas as centenas de lotes rurais, o governo da colônia tinha destinado uma área de terra (25 ha), medindo 500x500 metros, que deveria ficar reservada para as práticas e construções comuns da comunidade. Seriam ali feitas a igreja, salão de festa, praça, escola e outras obras necessárias comuns, por isso não tinha um proprietário especificado em escritura, era uma terra devoluta. Com o tempo, foi de fato construída a igreja, com o pátio e a escola, mas o resto das terras, com a não-consolidação do núcleo, foi requerido durante a década de 1930 por particulares que distribuíram e venderam entre os colonos circunvizinhos. Da área inicial de 250.000 metros, apenas 10.000 continuam comuns, que é onde se situa a igreja com sua praça e o salão. Hoje, após a passagem das ruas em torno da praça, reduziu-se a área para pouco mais de 7.000 metros. Gabriel Zanette fala do assunto, o qual testemunhou:

O terreno onde está a igreja hoje é do quadro do Hercílio Luz, que era o governador que deu. Não tinha escritura, muita gente requereu. Era para sair a cidade aqui, não era para sair em Criciúma, o governo não deu terra para Criciúma, deu 500x500 m para fazer aqui, mas o carvão levou a cidade pra lá. O João Simon requereu e vendeu para os outros, eu também comprei.

Nas festas da igreja, muito concorridas, o povo colocava sua melhor roupa e sapatos, calçados feito à mão por João Serimbelli. A igreja era o lugar da socia-

¹⁶ Morador de Morro Estevão, nascido em 22/6/1923. Entrevista ao autor em 16/11/99.

Era o meu trabalho de seleiro desde 1929 em Morro Albino. Na época, o transporte era de animal, e eu fazia tudo: pegava o couro, curtia e fazia a obra. Era arreio, rédea, cabeçada, buçal, lombilho, carona, sela de mulher, soitera, relho, bainha de faca, cinta, tamanco de couro, peitoral, pelego, badana, chinca, peitoral, chicote trançado...

Alguns engenhos de açúcar e cachaça, quase todos abandonados, não podendo competir com a modernidade das grandes usinas, foram trocados pelo plantio de fumo e banana, conservando um vasto conjunto de peças em seu estilo artesanal próprio do começo do século, da época em a revolução industrial ainda não tinha chegado por estes lados, Valcedir Cechinel¹⁵ nos conta:

É, não deu mais pra continuar com o engenho, os grandes tomaram conta do comércio, tivemos de trabalhar com bananas, porque aqui não dá geada, e para a estufa de fumo, foi o que sobrou para o pequeno colono.

Ainda no acervo fotográfico que as famílias conservam, orgulhosas de seu passado, perpetua-se um tempo em que Morro Albino foi um dos núcleos expoentes da colonização regional, nas muitas ferramentas de época, utensílios domésticos, vestimentas e peças de madeira usada nas casas. Há, por exemplo, um quadro pintado à mão, pintura a óleo que veio junto com a imigrante italiana Lúcia Casagrande Cechinelli. O quadro retrata a própria imigrante, muito bem conservado pela família até hoje há mais de 100 anos. Dona Stela Dagostim Cechinel nos fala do quadro:

Essa noninha aqui, na Itália era muito pobre, tinha dois filhos lá e ganhava a vida amamentando os filhos dos outros, tinha um leite muito bom. Os filhos dela ficavam em casa, sendo amamentado à mamadeira, e ela lá ganhando a vida pra criar os outros. Ficava até que o menino estivesse criado, e depois voltava. Então a mulher, mãe do menino, que era muito rica e era pintora, pintou este quadro dela e doou a ela com outros presentes.

Morro Estevão: alguns traços da tenra idade

O início da colonização de Morro Estevão foi marcado por um projeto grandioso, era intenção do governo implantar núcleos urbanos que agregassem as comunida-

¹⁵ Morador de Morro Albino. Entrevista ao autor em 26/8/99.

As cantorias italianas, não esquecidas nas festas de casamentos ou do padroeiro, aos poucos vão sendo sufocadas pelos potentes sons mecânicos de hoje, que abafam os locais de festas públicas, impedindo também as comadres de atualizar as novidades. Octávio “Carica” Pavei¹³ (6/1/1942) nos fala da vocação dos descendentes para o canto:

Na época do centenário de Criciúma, nós nos organizamos e formamos um coral bonito com muita gente daqui, os cânticos eram da época de nossos avós. Nós cantávamos mais de 30 músicas italianas diferentes.

Percebem-se traços da cultura até nos jogos de azar próprios da italianada, como a “mora”, jogada com as mãos, em que o juiz se vê apurado para conferir os pontos e acalmar os ânimos dos ruidosos jogadores, que fazem sangue nos dedos, de tanto bater na mesa. Os jogadores ficam roucos de tanto gritar os números em italiano, numa algazarra infernal. Há ainda os jogos de baralhos, como o “trunfo”, o “treisete” e o “bisca”, e a bocha de piumbo no pasto. Dona Gilia De Lucca recorda:

O pai tinha um bodegão, vendia de tudo. Nos domingos a gente cozinhava um tacho de ovo, fazia completo de meio-dia. Comiam e bebiam à vontade, era principalmente vinho, mas tinha *fernét* branca e *bitter* também. Rezavam o terço. As mulheres ficavam conversando entre si um pouco de depois, iam pra casa, e os homens iam pra bodega jogar trunfo, três sete e bocha.

Ascendino Pavei (17/2/1928), lembrando das festas, contribui nas lembranças:

A gasosa, pra tomar, tinha que enfiar o dedo para empurrar a bolinha de vidro que trancava no gargalo. Não tinha rolha na época, era a bolinha que trancava. Com a força do gás, mantinha a garrafa fechada.

Algumas casas resistiram ao progresso e conservaram lampejos da arquitetura da época, como o que restou dos antigos sobrados de Paulo Rizzieri e Ângelo Pavei. A casa de Olívio Pavei está sendo restaurada atualmente para a instalação da Associação dos Beluneses de Criciúma. Construída em 1931, quase destruída em um incêndio no dia 3 de dezembro de 1996, está em fase final de recuperação. Antônio Pavei II,¹⁴ na sabedoria de seus 90 anos, nos fala de como se faziam instrumentos de couro para os animais da região na antiga selaria:

¹³ Morador de Morro Albino. Entrevista ao autor em 7/9/99.

¹⁴ Antigo Morador de Morro Albino, nascido em 1/1/1910. Entrevista ao autor em 7/9/99 e 17/11/99.

Pedras Grandes e lá pegava o trem que chegou em 1884, então ia até o porto para Laguna e Imbituba...

A cana-de-açúcar foi despontando, privilegiada pela altitude da região, pois quase não pegava geada no morro, e ela vinha bonita, viçosa, permitindo fabricação do açúcar e da cachaça, que eram vendidos nas áreas baixas. Ascendino Pavei¹² também recorda dos engenhos de açúcar de cachaça, quando trabalhava:

Trabalhei muito, começando pela roça, derrubar cana, pelar, tirar a palha, a ponta. Fazia feixe e amarrava com cipó e levava para o engenho. O engenho tinha três moenda redonda, cilindro. Passava a cana de um lado e saía o bagaço do outro lado. Aí outro pegava e passava de novo para apurar bem a cana. Aí a guarapa ia para um cano e abaixo caía num cocho, acho que de figueira, para não dar mal gosto na guarapa. Nestes cochos grandes, tipo canoas, ela ficava. Se era para cachaça, ela ficava ali dois ou três dias fermentando e, daí, botava pro alambique, para sair cachaça. Se não fosse pra fermentar, pra fazer açúcar, então, na hora que você moía a cana, apurava a guarapa e punha num tacho redondo de cobre e com bastante fogo, mexendo sempre até que ficasse no ponto e ia para o cocho. O açúcar era vendido no comércio, trocavam carne por açúcar com os serranos, que vinham com as bruacas cheias de carne seca para trocar por açúcar grosso.

A mesma área protegida da geada iria propiciar o plantio dos bananais, tornando os morros uma próspera área produtiva de banana, que persiste até hoje. O próprio monte, conhecido como Morro do Estevão, hoje muitos chamam de Morro das Bananeiras, em virtude do cultivo quase secular que ainda verdeja as colinas da região. Os engenhos de açúcar, na época, prosperaram por muito tempo em toda a região. Com o tempo, porém, também eles cederam lugar ao progresso, perdendo espaço para as grandes indústrias usineira. No entanto, ainda podemos ver por toda a área lampejos da época nos velhos engenhos abandonados com suas peças artesanais antigas espalhadas nas antigas varandas e paióis, preservando a nostalgia dos colonos do passado.

Lembranças do passado

As comunidades ainda hoje conservam resquícios da sua cultura italiana, é só atentar para perceber os detalhes que os prendem ao passado: o povo mais velho, com seu sotaque ainda carregado próprio da região norte da Itália, de onde vieram seus pais há pouco mais de um século, conservando sua comida caseira típica, que ainda teima em resistir em cima dos fogões à lenha.

¹² Morador de Morro Albino, na época, nascido em 17/2/1928. Entrevista ao autor em 7/9/99.

que a maioria dos colonos tinha um engenho, Dona Stela Dagostim Cechinel (29/12/1921) e Antônio Pavei II rememoram:

De Cocal vieram para cá. Plantavam milho, feijão, cana-de-açúcar. Todos eles tinham engenho de açúcar, todos eles tinham engenho de cana. Dava a mesma coisa de lá (Cocal): feijão, milho... A maioria aqui plantava cana para fazer açúcar e cachaça, era só aqui em cima do morro que não dava geada.

Em seu início, as pessoas da colônia lidavam basicamente com a terra. O solo local era privilegiado, um barro vermelho de boa fertilidade que atraiu muitos colonos das áreas vizinhas. Com o tempo e diante do pouco comércio existente, os agricultores aprenderam a se auto-sustentar plantando de tudo um pouco: feijão, batata, milho, cana-de-açúcar. Além disso, trabalhavam com leite, gado, criação de porcos, bananas, galinhas, uma chácara, etc. Eram tempos difíceis, terra ainda brava a ser destocada, muito a ser feito: casa, engenho, açude, paiol, cercas, chiqueiros, criações, ferramentas, chácara, bananal. Sem estradas, só com picadas no meio do mato, nenhum apoio do governo, as mãos do colono, com a força da família, eram as suas armas da luta, e que luta. Geralmente a família era grande, com muitas bocas, o pouco que produziam não tinham para quem vender, o dinheiro não corria, às vezes até a fome assolava os colonos. Dona Maria Dal Toe,¹¹ com quase 91 anos, se recorda:

Tinha dia que só tinha feijão, a sorte era os passarinhos, que tinha bastante. Comia os passarinhos, passava até fome, um queijinho pequeno durava três ou quatro dias...

Baixada a poeira do início difícil, o colono começou a perceber que, com determinados produtos, tinha maior chance de ganhar um dinheirinho, vendendo para fora: era a banha de porco, açúcar e cachaça, depois a banana, que conquistou um pequeno mercado. A banha e a carne de porco por muito tempo foram a base da produção de muitas famílias. Plantava-se bastante milho, engordavam-se os porcos e os vendiam para os grandes centros do País. João Zanette lembra:

A base da lavoura era o milho, para engordar porco e vender a banha e a carne salgada, que era exportada para São Paulo e Rio de Janeiro. Os colonos levavam de carro de boi até Urussanga, Rancho dos Bugres,

¹¹ Moradora, na época, de Morro Estevão, nascida em 9/5/1909. Entrevista ao autor em 17/11/99.

Ficava na encruzilhada que vinha do Morro Albino, que ia para Criciúma, onde está a igreja da Quarta Linha, no lado da atual igreja, virado para o Morro Albino. Depois fizeram um capitel e então uma capelinha.

O palanque era uma peça única de madeira boa, geralmente de ipê, sobraji ou louro, porque tinha que durar, de aproximadamente um metro e meio, com uns 40 centímetros de topo, em cima. Para não acumular água e apodrecer, era feito um disfarce na madeira, no formato de pirâmide, que possuía uma fresta por onde passavam as moedinhas que caíam num local oco dentro da madeira, como se fosse um cofre. Na parte de traz do cofre, uma chapa de ferro com uma fechadura possibilitava apenas ao responsável com a chave a retirada da contribuição.

Com o crescimento da comunidade, o palanque não satisfazia mais as necessidades espirituais do povo, que então construiu seu primeiro capitel ou capelinha. Finalmente, na década de sessenta, construíram a atual capela, que, após uma grande reforma, perdura até hoje. Entretanto, ainda que se esvaindo, permanecem na memória do povo mais velho de Quarta Linha resquícios de sua primeira marca pública de religiosidade.

A atividade agrícola da época

Como em quase todas as comunidades da região no final do século XIX e início do séc. XX, a atividade agrícola era o sustentáculo das famílias, e Morro Albino, Morro Estevão e região não foram diferentes. Os italianos chegavam, umas famílias um pouco mais cedo, depois outras, consolidando os pequenos núcleos. O trabalho eminentemente agrícola girava em torno do manejo do solo, plantava-se na terra: milho, mandioca, cana e trabalhava-se na engorda de porco. A maioria logo percebeu que o melhor negócio era plantar cana, porque no alto do morro não dava geada. Enfrentavam menos concorrência, pois diziam que feijão e milho se colhiam em qualquer lugar, mas cana, não, e vendiam nas áreas baixas da região o açúcar e a cachaça.

Eram famosas as cachacinhas dos alambiques de Honório Dal-Toé e João Martinello. O antigo morador da Terceira Linha Sangão, Gilio Martinello¹⁰ (26/9/1910), recordando, nos fala: “Tinha os alambiques do Honório Dal-Toé e do tio João Martinello, em sociedade com nossa família, fazia uma cachaça boa!”. Reforçando

¹⁰ Morador na época de Terceira Linha Sangão, nascido em 26/9/1910. Entrevista ao autor em 21/7/99.

Fomos para Morro Albino em 1918, meu pai tinha fábrica de banha, serraria, casa de comércio. Era um sobrado, dormitório. Vinha gente de São Paulo a Porto Alegre, passava muita gente por ali.

Quarta Linha e o palanque de Santo Antônio

Quarta Linha, desde a mais tenra idade, dispôs de um marco de religiosidade própria, o “Palanque de Santo Antônio”. Marcolina Zulmira Rizzieri⁸ (25/1/1913), lembra:

Na Quarta Linha não tinha quase nada, só o Palanque de Santo Antônio. Era só um pau, um moirão, que tinha um cofrinho para botar dinheiro. Não tinha imagem, só tinha isso, uma estradinha e aquele cepo que chamavam de Pau de Santo Antônio, e com o tempo fizeram uma capelinha.

Esses símbolos de fé eram, em sua construção, dedicados a um determinado santo. Geralmente nem tinha uma imagem do homenageado, apenas a vontade de quem colocou, e a tradição se encarregava de perpetuar a denominação, de que o palanque era deste ou daquele santo.

Relativamente comum num período marcado pelas dificuldades dos que se aventuravam pelas perigosas trilhas da época, os palanques eram lugares apropriados para reflexão, oração e pagar promessas, em geral feitas durante a viagem, diante dos constantes perigos. Antônio Pavei (1/1/1910) reforça: “Uma vez tinha muito desses palanques, que o pessoal passava, rezava e deixava uma esmolinha, quase todo lugar tinha...”. João Zanette⁹ (18/6/1911) também recorda da presença desses palanques: “Me lembro do da Quarta Linha, tinha por tudo esses palanques. Me lembro de um, onde hoje é o Pinheirinho. Racharam o pau com machado, para roubar as moedinhas dentro”. Geralmente esses monumentos eram situados numa posição privilegiada, numa encruzilhada de estradas, para que pudessem atender a um maior número de fiéis em uma época em que a religiosidade era muito mais viva.

Na Quarta Linha, também era situado num local estratégico, no encruzo entre Morro Albino, Quarta Linha e a estradinha para Criciúma, bem na beira da estrada onde hoje está a praça da Igreja da comunidade. Dona Marcolina novamente colabora:

⁸ Moradora de Morro Albino, na época. Nascida em 25/4/1913. Entrevista ao autor em 7/9/99 e 17/11/99.

⁹ Morador de Morro Estevão, na época. Nascido em 18/6/1911. Entrevista ao autor em 30/12/99.

Meu pai prolongou a estrada de rodagem de Azambuja até a sede de Urussanga, que ligou por uma picada ao Araranguá... no primeiro ano de trabalho 1877... foram abertos 260 quilômetros de caminhos de tropas.⁵

Às bordas da pequena picada, iam surgindo os pequenos povoados. A estradinha que passava pelo atual Morro Estevão era uma referência para os novos colonos: “Em outubro de 1895... havia para Araranguá só uma picada que atravessa as linhas 1, 2, 3, 4, das quais só a primeira é habitada...” (*Jornal da Manhã*, 29/3/97, p. 24). Antônio Zanette⁶ (2/12/1920), que nasceu e mora há 79 anos na localidade, comenta sobre os vestígios de quase um século da colonização no povoado: “Faz 85 anos que meu pai veio para cá morar do Santo Antônio, mas ele ficou quase uns 10 anos trabalhando de lá, vinha segunda e voltava sábado, pela antiga picada”.

Os lotes que compunham a Segunda Linha Sangão, da qual fazia parte Morro Estevão, eram distribuídos ao longo da estradinha traçada, a partir do rio Sangão, em direção ao norte. Cada lote normalmente possuía uma colônia de terra (25 ha), com a frente para a estrada e os fundos até encontrar os travessões dos lotes da Primeira Linha Sangão e da Terceira Linha Sangão. Morro Albino, localizada na pequena picada, foi aumentando com o tempo, de acordo com a ampliação da estrada, que passou a servir de fluxo aos transeuntes da vasta região, principalmente a cavalo. O artigo de Archimedes Napolini Filho e Mário Belolli fala da estrada:

Em 09 de julho de 1891 é redigido um abaixo assinado de colonos de Criciúma ao governador... reivindicando a construção da estrada Criciúma – Campinas (Araranguá)... A estrada de caminho deste núcleo a Araranguá é uma picada já feita impraticável e coberta de mato... (*Jornal da Manhã*, 28/8/1997, p. 28)

Dona Gilia Rizzieri de Lucca,⁷ filha de Paulo Rizzieri, principal comerciante do lugar na década de 1920, mostra que a antiga picada tornara-se a estrada principal, que era a reivindicação dos colonos de Urussanga, Criciúma e região. A ligação concretizada intensificou o comércio e as relações entre as comunidades, e Morro Albino é parte integrante deste contexto, ela lembra:

⁵ FERREIRA, Luiz Fernando Vieira. *Azambuja e Urussanga: memória sobre a fundação*, p. 66, 99.

⁶ Morador de Morro Estevão. Entrevista concedida ao autor em 30/12/99.

⁷ Morou muito tempo em Morro Albino. Nascida em 28/2/1917. Entrevista ao autor em 7/9/99.

nicípio ao qual pertencia a pequena Criciúma, e toda região circunvizinha aparece em 1872 com 5.442 pessoas e, no senso seguinte, de 1890, estava com 14.069 moradores, um incrível incremento de 258% em menos de duas décadas. Podemos deduzir que o aumento populacional se deveu muito à imigração, pela qual chegaram ao e se instalaram no município milhares de pessoas, e com elas a necessidade de novas áreas para acomodar os colonizadores.

Como ocorria normalmente nas demarcações, o rio tornava-se a referência para delinear os terrenos das novas colônias. E, no caso da região onde hoje situa-se Morro Estevão, foi o Rio Sangão, tanto que suas denominações incorporam o próprio rio: Primeira Linha Sangão, Segunda Linha Sangão, Terceira Linha Sangão... Um artigo publicado pelo *Jornal da Manhã* esclarece: “A Cia. Brasileira Torrens... preocupou-se em mapear as colônias que seriam vendidas aos interessados... O rio Sangão era o ponto de referência... Foram demarcadas as outras linhas do Rio Sangão: a 2ª, a 3ª e a 4ª e mais tarde o Morro Albino...” (*Jornal da Manhã*, “Memória”, 27/8/97, p. 24).

A ocupação das terras, pelos imigrantes italianos e seus descendentes, onde atualmente é Morro Estevão e Morro Albino, ocorreu após a da Primeira Linha, em 1892. Poucos anos depois, todas as áreas da Linha foram ocupadas por imigrantes. Archimedes Napolini Filho e Mário Belolli, com seus artigos, contribuem: “Em 1892, provenientes de Bergamo e Treviso, uma nova leva de imigrantes vem à Criciúma, juntar-se aquela de 1880 (...) adentram Criciúma e foram fundar Primeira Linha”.

O caminho das tropas

Quando da instalação em Azambuja da primeira colônia de imigrantes italianos no sul catarinense, o governo imperial teve como responsável por sua direção entre os anos de 1877 a 1881 o engenheiro Joaquim Vieira Ferreira. Logo em seu primeiro ano à frente do empreendimento, num esforço grandioso para a época, constrói uma estrada de rodagem da sede da colônia em Azambuja até Urussanga e abre uma picada para trânsito de animais até Campinas, atual Araranguá, passando por Cocal e Criciúma. Esse trilho, que posteriormente seria uma das principais artérias de ligação entre as localidades da região, foi fundamental na instalação dos novos povoados de Morro Estevão e Morro Albino, que surgiram em suas margens:

immigrants and their descendants in the villages of Morro Estevão, Morro Albino, Quarta Linha e Terceira Linha (Sangão), which make part of the tourist route. The article focus on quotidian practices, religious feasts and the memory of work, especially the sugar and firewater mill.

Keywords: colonization, Italians, religion, work.

A ocupação da área pelos imigrantes

A colonização por italianos das localidades de Morro Estevão, Morro Albino e Terceira Linha (Sangão), entre outras, estava enquadrada no projeto colonizador do governo central, que visava a ocupar com imigrantes europeus terras consideradas devolutas na região. As grandes áreas eram vendidas pelo governo a empresas de colonização, que revendiam aos italianos e descendentes. As vendas dos lotes por particulares eram bem articuladas, inclusive divulgadas em jornais, conforme notícia o *La Pátria* de 29/6/1901:

Vende-se terras na Quarta Linha Rio Sangão, perto do Morro Estevão e próximo da estrada de Criciúma a Araranguá, 25 lotes de 25 ha. O preço do lote é metade a vista... juros de 6% ano. Registradas no Cartório Torrens e garantidas pelo governo. Dirigir-se a Jacob Weber, em Pedras Grandes.¹

Os moradores dessas localidades provinham principalmente de núcleos de italianos anteriormente formados como: Primeira Linha, Santo Antônio, Cocal, Urussanga e outros. Antônio Zanette² recorda: “Fazem 85 anos que meu pai veio para cá do Santo Antônio...”. Antônio Pavei³ também rememora: “Essa gente aqui do Morro Albino era tudo de Cocal, nem tinha estrada, vieram por uma picada...”.

Percebemos que a expansão da ocupação de terras pelos imigrantes vai se estendendo em direção ao litoral, diante da necessidade de novas áreas para acomodar o expressivo aumento populacional dos italianos, que se dava diretamente via imigração e pelo alto índice de natalidade das famílias italianas no período. Segundo os censos realizado pelo Estado,⁴ a população de Araranguá, então sede do mu-

¹ MILANEZ, Pedro. *Fundamentos históricos de Criciúma*, p. 155-156.

² Morador de Morro Estevão. Entrevista concedida ao autor em 30/12/99.

³ Morador de Quarta Linha, nascido em 16/11/1914. Entrevista ao autor em 23/12/99.

⁴ Dados apanhados em PIAZZA, Walter. *Santa Catarina: sua história*, p. 351-362.

Do caminho de tropas a rota da imigração: recortes das colônias dos morros Estevão e Albino

***From the muleteers to the immigration route:
outlines of the colonies at Morro Estevão and Morro Albino***

Fernando Mazzuchetti*

Resumo

No ano de 2001, o município de Criciúma implantou o projeto turístico “A Rota da Imigração”, procurando restaurar, no trecho ainda rural do município, a antiga estrada de ligação dos imigrantes italianos. Este artigo procura trabalhar recortes sobre o antigo caminho de tropas, tornando visíveis traços da colonização dos imigrantes e seus descendentes nos povoados de Morro Estevão, Morro Albino, Quarta Linha e Terceira Linha (Sangão), localidades integrantes desse roteiro, e enfocando práticas do cotidiano, as festividades religiosas e a memória do trabalho, especialmente nos engenhos de açúcar e cachaça nessas localidades.

Palavras-chave: colonização, italianos, religião, trabalho.

Abstract

In 2001 the city of Criciúma launched the tourist project “A Rota da Imigração,” trying to restore the old route of the Italian immigrants across the rural area. This article approaches the old muleteers’ tracks and tries to visualize traces of the

* Fernando Mazzuchetti, formado em História pela UNESC.

SANTOS, Maria Nascimento dos. Membro e secretária da IASD central de Criciúma. Filha de João Brum. Entrevista realizada em 23/5/2001.

SILVA, Aguinaldo Carvalho da. *História da Igreja Adventista no sul de Santa Catarina*. Monografia, 1987. 20 p.

SILVA, José Polidoro da. Membro da IASD central de Criciúma e filho de Polidoro da Silva. Entrevista realizada em 2/6/2001.

equipado com um alto-falante para atingir os lugares onde os panfletos e cartazes não tinham acesso. Assim procedeu a divulgação da segunda parte das conferências. A frequência às reuniões foi marcada por um número razoável de pessoas, o que resultou em vários interessados na mensagem adventista.

Como resultado desse trabalho, foram realizados dois batismos, o primeiro ainda durante as conferências, no qual foram batizadas cinquenta pessoas. O segundo batismo foi realizado já no final da série de conferências. Neste batizaram-se outras cinquenta pessoas, provavelmente até mais (não se tem o número exato).

Em 1979 foi construído um templo (igreja)¹⁶ no lugar da antiga casa que foi adquirida junto com o terreno na década de 1960. Hoje, essa igreja possui 151 membros batizados, e há mais igrejas construídas em outros pontos da cidade, uma no bairro Próspera, com 68 membros, no bairro Santa Augusta, com 53 membros, e no bairro Santa Luzia, com 51 membros. Também temos igrejas em cidades vizinhas de Criciúma, que fazem parte de um mesmo distrito. Uma igreja em Forquilha, com 47 membros, uma em Içara, com 113 membros, uma no Morro da Fumaça, com 25 membros e uma no Morro Grande, com apenas 12 membros. Portanto, no distrito de Criciúma, temos um total de 520 membros.

Cada igreja adventista do sétimo dia, em todo o mundo, tem sua própria história, assim como a história do surgimento dessa igreja no mundo, que ocorreu nos EUA, no ano de 1844. Assim também em Criciúma não foi diferente, a igreja tem a sua história, que precisa ser lembrada como fazendo parte da história criciumentense.

Fontes citadas

BORGES, Michelson. *A chegada do adventismo ao Brasil*. 1. ed. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 2000. 221 p.

_____. Autor do livro citado acima e membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia em Tatuí (SP). Entrevista realizada em 18/5/2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário Aurélio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 265.

¹⁶ O endereço da igreja, que continua no mesmo lugar, é: Rua José de Patta, número 37, Caixa Postal 304, CEP 88801-970, Criciúma- SC.

católica abafava o interesse das pessoas em relação a conhecer outras denominações religiosas. Sobre evangelismo público, podemos citar duas grandes séries de conferências¹³ realizadas em Criciúma.

A primeira série de conferências foi realizada em 1970 pelo pastor Arno Köehler. Essa série de conferências contou com um bom investimento na área de recursos humanos e financeiros. O conferencista iniciou apresentando o curso “Como deixar de Fumar em Cinco Dias”, depois entrou com o estudo da Bíblia. O resultados dessa campanha não foram bons. As poucas pessoas que compreenderam a mensagem e tornaram-se adventistas já haviam feito contato antes com alguns membros da igreja; não foi um resultado da conferência.

Em 1979 teve início a segunda grande série de conferências, realizada pelo pastor Alcides Campolongo e sua equipe. Antes do início dessa série evangelística, os adventistas de Criciúma fizeram vigílias de oração em prol da série e também da construção de uma igreja, da qual muito se necessitava, pois até então as reuniões ainda eram realizadas na modesta casa adquirida na década de 1960.

A série de conferências teve início em abril de 1979 e finalizou em meados de outubro do mesmo ano. Entre a equipe do pastor Alcides Campolongo, podemos citar: Pr. Jairo Prego, Pr. Jorge Anacleto, Pr. Arlindo Caetano, Pr. Jorge Mário e duas obreiras bíblicas,¹⁴ Liliane e Lourdes. A série iniciou-se com o curso “Como Deixar de Fumar em Cinco Dias”, nas dependências do City Clube, na rua João Pessoa,¹⁵ em Criciúma. No início, havia um grande número de pessoas presentes nas reuniões evangelísticas. No decorrer do tempo, o público mudava de opinião de acordo com o interesse por assuntos religiosos. Em sequência à série de palestras que abordavam assuntos relacionados com a saúde, foram realizadas palestras envolvendo temas relacionados com a família, o lar e o matrimônio.

A série de conferências do pastor Alcides Campolongo teve duas fases, das quais a segunda tratava sobre temas da semana santa. Panfletos foram distribuídos, cartazes foram fixados nas principais ruas da cidade, anunciando palestras referentes à semana santa e à Páscoa, e também o carro do Pr. Jairo Prego foi

¹³ Série de Conferências: palestras que visam a fornecer informações nas áreas de saúde, família e religião. São organizadas em igrejas ou locais públicos e oferecidas gratuitamente à comunidade.

¹⁴ Obreiro bíblico: os obreiros assalariados dedicam-se integralmente ao trabalho de visitar aqueles que freqüentam as conferências (ou mesmo os que solicitam visitas), a fim de fornecer maiores informações a respeito dos assuntos tratados nas conferências. São a equipe de apoio dos conferencistas. Os obreiros voluntários são membros da IASD que dedicam parte de seu tempo à mesma atividade dos obreiros assalariados.

¹⁵ O endereço atual do City Clube é: Rua Almirante Barroso.

lias Polidoro, Brum, pelo Sr. Quintino Cequinel e os colportores Elemer Hassim e Antônio Dias Duarte.

O grupo foi fundado em julho de 1950, e da casa de Polidoro as reuniões passaram a ser realizadas na casa de João Brum,⁹ pois nessa época o grupo já contava com mais umas cinco pessoas. O primeiro batismo foi realizado no dia 25 de março de 1950 pelo pastor Alfredo Barbosa de Souza, e as primeiras pessoas batizadas foram: José Polidoro da Silva (filho de Polidoro), Quintino Cequinel e José Brum (filho de João Brum). As reuniões continuaram a ser realizadas na casa de João Brum por uns seis a sete anos.

No início da década de 1960, o grupo de adventistas de Criciúma recebeu uma doação de Lili Stechert Kauling (adventista do grupo de imigrantes letos em Mãe Luzia). Essa doação se constituiu em 15 mil cruzeiros, com os quais foi adquirido um terreno no centro da cidade. Foi doado também um harmônio, por Lili, o qual serviu durante muito tempo. O terreno adquirido com a doação foi trocado por uma propriedade que já possuía uma modesta casa. Essa troca foi feita pelo pastor Siegfried Hoffmann, que na época era presidente da Missão Catarinense, hoje Associação.¹⁰ Nessa época, o grupo¹¹ deixou de se reunir na casa de João Brum e passou a reunir-se na casa que adquiriram.

O grupo de adventistas que passou a reunir-se na casa que servia de templo era de número aproximado de vinte pessoas. O primeiro pastor distrital¹² foi João de Deus Pinho, que morava na cidade de Tubarão e cuidava de um campo distrital muito extenso, abrangendo desde Imbituba até Sombrio. O primeiro pastor sediado em Criciúma foi Harald Dieter Lincke, em 1964. Depois da saída do Pr. Dieter, o grupo recebeu o Pr. Manoel Braff.

Até 1978, Criciúma continha uma comunidade adventista de mais ou menos trinta pessoas. O preconceito religioso estabelecido nesta região em tempos passados inibia muito a ação de missionários e evangelistas. A forte influência

⁹ A casa do Sr. João Brum se localizava na esquina da Travessa Giácomo Sônego, que hoje atravessa a Avenida Centenário, porém na época não existia a Avenida Centenário, no local passava a linha férrea, e a casa de João Brum ficava de frente para o trilho.

¹⁰ Associação: uma das instâncias administrativas da IASD, geralmente compreendendo um Estado (em alguns casos, há mais de uma associação por Estado). A IASD está organizada da seguinte forma: as igrejas locais compõem os distritos, os distritos formam as associações, as associações compõem as uniões, as uniões formam as divisões, que, por sua vez, formam a Associação Geral da IASD, localizada em Washington, EUA.

¹¹ Grupo: congregação (igreja) local em fase de organização, quando ainda não dispõe de liderança apropriada para os aspectos administrativos.

¹² Pastor Distrital: responsável pelas igrejas e grupos que compõem um distrito.

Mãe Luzia. Contudo, no centro de Criciúma e arredores, os primeiros adventistas chegaram em 1945, mais tarde formando a igreja e construindo um templo ali, separadamente do grupo de imigrantes que se reuniam em suas próprias casas. Mais tarde, como já citamos, em 1969, o grupo de imigrantes se uniu à igreja e passou a realizar seus cultos e reuniões juntamente com os membros da igreja no centro da cidade.

Em 1945, a primeira família adventista a chegar em Criciúma foi a do Sr. Polidoro da Silva. Polidoro era natural do município de Jaguaruna, onde foi sacristão da Igreja Católica. Um dia resolveu pedir uma Bíblia emprestada ao padre daquela paróquia, a fim de estudá-la. Ao ler a Bíblia, Polidoro começou a descobrir ensinamentos diferentes e resolveu perguntar ao padre a respeito desses ensinamentos. O padre disse-lhe para não se apegar à Bíblia e deixá-la de lado, mas, ao contrário do que o padre havia dito, Polidoro começou a estudar cada vez mais e a descobrir verdades até então desconhecidas para ele. Dentro de algum tempo, Polidoro manteve contato com alguns adventistas residentes em Tubarão e finalmente foi batizado juntamente com sua esposa. Depois de morar em algumas cidades, chegou a Criciúma em meados de 1945, quando participou ativamente na fundação e formação da Igreja Adventista do Sétimo Dia neste local.

No ano de 1950, chegaram a Criciúma alguns colportores,⁶ entre os quais convém citar os nomes de Elemer Hassim e Antenor Dias, pois contribuíram muito para a formação da Igreja Adventista de Criciúma. Elemer Hassim, ao desenvolver seu trabalho na cidade de Criciúma, chegou à casa do Sr. Quintino Cequinel, um comerciante da cidade, e, em contato amistoso, transmitiu alguma coisa a respeito da mensagem adventista. O Sr. Quintino logo veio a interessar-se, sendo uma das primeiras pessoas a ser batizadas em Criciúma.

Em 1950 também ocorreu a primeira Escola Sabatina,⁷ na casa de Polidoro da Silva,⁸ da qual a primeira secretária foi Edite Brum e o primeiro professor, o próprio Polidoro. Nesse tempo, o grupo de adventistas era constituído pelas famí-

⁶ Pessoa que se dedica à venda de literatura de cunho religioso. Na Igreja Adventista há os colportores efetivos, que têm essa atividade como seu meio de sustento, e os colportores estudantes, que custeiam seus estudos com o resultado da venda de livros e revistas durante as férias escolares. O termo “colportor” vem do francês *colporteur*, que significa “levar ao pescoço”. Os primeiros colportores de que se tem conhecimento foram os protestantes valdenses que, numa época em que a Bíblia era proibida ao povo, copiavam porções das Escrituras e as levavam amarradas ao pescoço, debaixo da roupa, vendendo-as ou dando-as às pessoas interessadas em sua mensagem.

⁷ Escola Sabatina: reunião de estudo da Bíblia, realizada por todas as igrejas adventistas ao redor do mundo, aos sábados pela manhã.

⁸ A casa do Sr. Polidoro da Silva se localizava na Rua Henrique Lage, n. 1.973.

1900.³ As famílias Seberk e Akeldams continuaram a se reunir todos os sábados em uma casa da família Akeldams, que se situava nas margens do rio Mãe Luzia.

Não se têm definidos os nomes dos primeiros pastores que visitaram essas famílias, mas logo que elas foram alcançadas pelos adventistas quase todas as pessoas foram batizadas, tornando-se membros da igreja. Um dos primeiros pastores a dar assistência ao grupo foi Arnaldo Rutz. Os pastores que davam assistência a essas famílias chegavam sempre a cavalo, depois de uma longa e cansativa viagem.

Por volta de 1917, chegou à colônia leta um imigrante proveniente da Letônia chamado João Frechenbruder, que estudava geologia na Rússia e que depois, em 1917, foi trabalhar num poço de petróleo. Nesse mesmo ano, João Frechenbruder foi visitar seu tio que morava em Santa Catarina, na cidade de Urubici. Por motivo desconhecido, resolveu conhecer a colônia leta em Mãe Luzia. Decidindo permanecer na colônia por algum tempo, conheceu Austra Seberk, com quem se casou em 1920, resolvendo morar definitivamente em Mãe Luzia, na colônia leta.

João Frechenbruder era de procedência luterana, aceitou o adventismo, porém nunca quis ser batizado. Dizia que já fora batizado na Igreja Luterana e não precisava mais ser batizado. Mesmo não sendo batizado, João concordava com todos os pontos doutrinários da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Foi por muito tempo tesoureiro do pequeno grupo de imigrantes letos e, sendo músico, deu uma grande contribuição para o grupo, organizando quartetos e conjuntos vocais. Também foi um dos responsáveis pela construção de um harmônio⁴ tubular que serviu muito para as reuniões evangélicas e religiosas do grupo adventista. Esse harmônio, mesmo sendo feito em casa e sem muitas condições técnicas, foi considerado uma obra de arte pela sua perfeição e, na década de 1960, foi levado para Curitiba com o objetivo de servir de relíquia no Museu.

O grupo adventista leto perdurou até 1969. Com a morte dos primeiros imigrantes e a mudança de seus descendentes para outras cidades, os membros restantes passaram a freqüentar a igreja no centro de Criciúma.⁵ Apesar permanecer até hoje, por mais de meio século, o referido grupo foi um marco da mensagem adventista naquele lugar e região, contribuindo assim para o desenvolvimento da Igreja Adventista na cidade de Criciúma e seus arredores.

Como vemos até o momento, já existiam adventistas em Criciúma desde a primeira década do século XX, que eram os imigrantes letos residentes no bairro

³ Informação retiradas de uma velha Bíblia, relíquia da família, na qual estão contidas algumas anotações antigas.

⁴ “Pequeno órgão de sala, em que os tubos são substituídos por palhetas livres” (Dicionário Aurélio).

⁵ Ainda hoje temos descendentes dos imigrantes letos que freqüentam a igreja no centro de Criciúma.

Criciúma, metrópole regional do sul de Santa Catarina, foi fundada em 1880, por imigrantes italianos, e hoje conta com uma população de 170 mil e 322 habitantes.¹ A população é predominantemente católica, mas hoje já se encontra mais abertura para as igrejas protestantes. Criciúma, por ser um tanto antiga e grande em relação à região sul do Estado, é palco dos principais acontecimentos que envolveram pioneiros e missionários adventistas evangelizando esta região.

Por volta de 1890, segundo Aguinaldo C. da Silva, começaram a chegar ao Brasil imigrantes provindos da Letônia (país da Europa vizinho da Rússia). Esses imigrantes procuravam melhores condições de vida num país extremamente agrícola: o Brasil. Mais tarde, por volta de 1914, com a revolução ocorrida na Rússia, muitos letos procuraram novas terras onde pudessem gozar mais liberdade e paz. Na região sul, os primeiros letos começaram a aparecer no fim do século XIX.

No vilarejo chamado Mãe Luzia, hoje um bairro pertencente ao município de Criciúma, foi estabelecida uma colônia de imigrantes letos a partir de uma área de terra doada pelo governo a fim de amparar esses imigrantes.

Conforme Silva, as primeiras famílias a residir em Mãe Luzia e que mais tarde tiveram significação no contexto histórico adventista do lugar foram os Kauling, Akeldams e Seberk. Essas famílias eram de procedência religiosa batista. Sem orientação doutrinária de algum pastor ou missionário, a família Akeldams e a família Seberk passaram a guardar o sábado² a partir do dia 6 de outubro de

¹ Informação conseguida com o IBGE de Criciúma.

² Doutrinas da Igreja Adventista do Sétimo Dia (resumidas): A Bíblia Sagrada é a Palavra inspirada de Deus; existe um Deus pessoal, Criador de todas as coisas; Jesus Cristo é o Deus Filho e nosso Salvador; O Espírito Santo, a terceira Pessoa da Trindade, é o divino Regenerador; a salvação é um dom de Deus, que vem pela fé e não pelas obras; o homem é mortal e a morte é um estado de inconsciência; a humanidade está envolvida num grande conflito espiritual entre Cristo e Satanás; a morte de Cristo e Seu ministério no Santuário Celestial concedem salvação àquele que crê; todas as pessoas ressuscitarão um dia, e os fiéis receberão a vida eterna; a Lei dos Dez Mandamentos é o padrão de justiça pelo qual todos serão julgados; o sábado é o dia de repouso original e nunca foi mudado; a volta de Jesus está muito próxima e será literal, pessoal e visível; Deus criará uma Nova Terra após o fim do mundo e os mil anos de paz no Céu; o perdão de Deus está à disposição de todos por meio da intercessão de Cristo no Santuário Celestial; o corpo é o templo do Espírito Santo, e por isso não deve ser contaminado com fumo, bebidas alcoólicas ou alimentos prejudiciais; a pregação do Evangelho deve ser sustentada pelos dízimos e ofertas; o verdadeiro batismo bíblico, ministrado a pessoas adultas, é por imersão; a cerimônia da Santa Ceia, precedida pela cerimônia da humildade (lava-pés), é um símbolo do sacrifício de Cristo, e deve ser realizada em Sua memória até que Ele volte; os dons espirituais, incluindo o dom de profecia, existem na Igreja verdadeira; a Igreja verdadeira é identificada pela fé em Cristo, e apresenta como fruto de amor e fidelidade a guarda dos Mandamentos; o cristão deve ter uma vida moral exemplar, não como um meio de salvação, mas como um fruto natural da salvação concedida por Cristo.

Keywords: Seventh Day Adventist Church, appearance, formation, growth, foundation.

Corria o ano de 1884. Um jovem alemão conhecido como Borchardt, residente em Brusque, Santa Catarina, envolve-se em uma briga, ferindo gravemente seu oponente. Com medo da polícia, resolve fugir em direção ao Porto de Itajaí. Lá chegando, embarca clandestinamente em um navio que rumava para a Alemanha. Numa das escalas, acaba conhecendo dois missionários adventistas, que lhe perguntam se conhece algum protestante no Brasil. Meio desconfiado, Borchardt responde que seu padastro, Carlos Dreefke, é luterano. Os missionários pedem-lhe o endereço de Dreefke, deixando claro que o único interesse deles é enviar literatura religiosa para o Brasil.

Segundo Michelson Borges, alguns meses depois, um pacote contendo revistas adventistas em alemão chega à colônia de Brusque, endereçado a Carlos Dreefke e com selo de Battle Creek, Estados Unidos. A encomenda é aberta na casa comercial de Davi Hort, um típico casarão colonial de dois pavimentos, distante oito quilômetros do atual centro de Brusque. Dreefke, ainda meio desconfiado, toma para si uma das revistas, com inscrição de capa *A Voz da Verdade*, e distribui as outras nove para seus amigos que ali estavam. Com o tempo, algumas famílias demonstraram interesse por aquelas publicações que continuaram vindo dos Estados Unidos e que falavam, dentre outras coisas, na Segunda Vinda de Cristo, num estilo de vida mais saudável e na importância de se reservar o sábado para atividades de cunho religioso.

Assim, o movimento adventista, que surgiu simultaneamente nos Estados Unidos, na América do Sul e na Europa, em meados do século XIX, acabou alcançando o Brasil. Conforme Borges, no ano de 1895 foi enviado o primeiro missionário adventista para atender os que se haviam convertido pela leitura das publicações estrangeiras. Daquele humilde começo, há mais de 100 anos, o Brasil acabou se tornando o maior país adventista do mundo, com mais de um milhão de membros.

A mensagem adventista tem penetrado em cada canto deste País e na maioria dos países do mundo (de 229 países existentes no mundo atual, apenas 25 países não possuem igrejas adventistas do sétimo dia). Hoje, no Brasil, são milhares de igrejas, escolas, colégios, hospitais, sanatórios, clínicas, ambulatórios, asilos, clubes de desbravadores (escoteiros), lanchas, aviões e algumas universidades que fazem parte do patrimônio adventista. Cada região deste grande País tem uma história específica relatando a maneira como surgiu a Igreja Adventista ali. No sul de Santa Catarina temos também um conjunto de fatos que mostram a maneira pela qual a mensagem adventista penetrou nesta região.

História dos primórdios da Igreja Adventista do Sétimo Dia em Criciúma

History of the beginning of the Criciúma Seventh Day Adventist Church

Emanuela dos Santos Borges Santana*

Resumo

O presente artigo tem como objetivo descrever alguns pontos da história da Igreja Adventista do Sétimo Dia em Criciúma. Tratará a respeito do aparecimento dos primeiros adventistas em Criciúma, da formação dos dois primeiros grupos de adventistas do sétimo dia no município, do crescimento da igreja, da fundação e construção de um templo no centro do mesmo local.

Palavras-chave: Igreja Adventista do Sétimo Dia, surgimento, formação, crescimento, fundação.

Abstract

The present article has the objective of describing some points of the history of the Seventh Day Adventist Church in Criciúma, Santa Catarina, Brazil. It will present the first Adventist emergence in Criciúma, the formation of the first two groups of Seventh-Day Adventists in the district, the growth of the church, and the foundation and construction of a temple.

* Formada em História da UNESC.

existissem no Brasil. Muitos brasileiros foram torturados, exilados, mortos, desaparecidos e inúmeros foram condenados por crime de subversão, como se os atos institucionais decretados pelos militares não tivessem sido nítida e vergonhosamente subversivos.

Se a dominação permeia o conjunto da vida social, a resistência está aí igualmente presente não apenas de forma organizada, mas também sob formas “surdas”, implícitas.¹⁸

Fontes Citadas

ARAÚJO, Maria do Pilar de; CUNHA, Maria do Rosário; CUNHA, Yara Maria da. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1995.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

CHIAVENATO, Julio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1994.

GOULART, Sebastião. Entrevistado em maio de 1999.

IANNI, Octávio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

LUZ, Amadeu Hercílio da. Entrevistado em maio de 1999.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Memória, história, historiografia, *Rev. Bras. Hist.*, v. 13, n. 25/26, p. 56, set. 1992/ago. 1993.

SOCCAS, Marlene. Entrevistada em maio de 1999.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

¹⁸ ARAÚJO, CUNHA E CUNHA, *A pesquisa em história*, São Paulo: Ática, 1995, p. 8.

Entretanto, o espetáculo acabou. Em 1975, Sebastião saiu de cena e outros atores entraram no palco. Preso pela Operação Barriga Verde, Sebastião, assim como Amadeu, foi levado para DOI-CODI, em Curitiba. Ali ele não seria um ator de teatro, mas sim personagem de filme de terror, no qual as seções de tortura foram cenas que se repetiram incessantemente.

Sebastião Goulart foi funcionário da Carbonífera Próspera durante 27 anos. Foi líder sindical, vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), participou ativamente na fundação do diretório do Partido, em Criciúma, assim como colaborou na fundação de diversas associações de bairro, além de ser ator de teatro amador. Representando o sindicato, viajou para a Alemanha Oriental, Cuba, Rússia e Tchecoslováquia. “Quando eles vieram me prender, sabiam de tudo isso, parece que estavam me seguindo há muito tempo”.¹⁶

O “gigante” Sebastião esteve preso no DOI-CODI, em Curitiba, durante dois meses. Ali ele viveu a experiência mais difícil de luta contra a ditadura. Foi humilhado, torturado, chegando a ter uma parada cardíaca durante um interrogatório sob tortura. Finalmente, foi transferido para a Colônia Agrícola, em Florianópolis, onde cumpriu pena de dois anos de reclusão por crime contra a Segurança Nacional.

Após cumprir sua pena, Sebastião retornou a Criciúma, afastou-se da política partidária e do teatro. Com a saúde seriamente abalada, em consequência do excesso de eletricidade recebida por meio de choques elétricos durante os interrogatórios, ele vive sob tratamento médico constantemente.

Sebastião é hoje um “gigante” adormecido, passa seus dias lendo e dificilmente sai de sua casa. Quando perguntamos se valeu a pena essa experiência, ele responde: “Valeu a pena. Tudo o que a gente fez não nos envergonha e não me arrependo. Foi uma luta limpa e pelo bem da humanidade”.¹⁷

Vimos aqui a experiência de três sujeitos que, experimentando, resistindo à opressão, forjaram saídas, acreditaram na possibilidade de construção de uma sociedade livre e democrática. Por meio da luta partidária, por meio da guerrilha, por meio da arte, buscaram caminhos num momento em que todas as vias pareciam estar fechadas.

Podemos constatar também que a repressão e a tortura foram a base do regime militar, e os que resistiram sofreram sevícias que nem acreditávamos que

¹⁶ Sebastião Goulart, preso político, entrevistado em maio de 1999.

¹⁷ *Idem*.

Após cumprir sua pena, Marlene voltou para Criciúma, onde deu continuidade à sua luta pela liberdade democrática, pela anistia política de todos os cidadãos presos, banidos e exilados do País, assim como pela busca dos desaparecidos e mortos pelo governo militar.

Arte, vivência, experiência e resistência de um "gigante"

Bateram violentamente na porta. Quando abri, entraram e revistaram tudo. Sem nada me dizer, algemaram-me e me jogaram no Camburão. Minha mulher saiu na rua e, quando viu a casa cercada por todos os lados, por aquela enorme quantidade de policiais, perguntou: "O que é isso? Vocês estão pensando que o meu marido é um gigante".¹⁴

A maneira como Sebastião foi preso representa apenas um exemplo, entre muitos outros. Essa era uma prática comum naquele momento. A brutalidade com que eram efetuadas as prisões representava mais um mecanismo de repressão à sociedade. Qualquer cidadão, presenciando tamanha violência, pensaria duas vezes ao tentar se contrapor ao regime militar.

Pela arte, um povo expressa sua cultura, sua maneira de viver, de trabalhar e de pensar. Entretanto, durante o governo militar, essa forma de expressão também foi proibida: "O poder centralizado restringiu a mobilidade da sociedade civil, impedindo seu acesso aos mecanismos políticos. A violenta censura imposta à imprensa desgastou as classes culturais"¹⁵ (Chiavenato, 1994, p. 74). A invasão aos teatros e locais de apresentações públicas tornou-se uma prática rotineira durante o governo militar. Muitos artistas foram presos ou exilados.

Em Criciúma, um grupo de pessoas tinha no teatro amador uma via de resistência à ditadura militar. Um dos seus representantes era o senhor Sebastião Goulart, que usava a sua arte para levar à população um pouco de entretenimento e, sobretudo, o trabalho de conscientização política e o incentivo à luta pela democracia.

¹⁴ Sebastião Goulart, preso político, entrevistado em maio de 1999.

¹⁵ CHIAVENATO, J. José, *O golpe de 64 e a ditadura militar*, 2. ed. São Paulo: Moderna, 1995, p. 74.

Em 1970, Marlene foi presa pela OBAN. Nos porões de interrogatórios, sua luta tomou outro rumo. Ali a luta maior seria consigo mesma, superar os seus próprios limites físicos e emocionais, e negar-se a colaborar significava um ato de extrema resistência à ditadura. Cada seção de tortura resistida significava uma vitória, pois confessar participar de algum movimento de resistência implicaria entregar companheiros, e isso enfraqueceria a resistência.

Marlene foi presa na rua e levada diretamente aos porões de interrogatórios, na Rua Tutóia, onde permaneceu 45 dias, 10 deles, sob tortura. Posteriormente, foi transferida para o Presídio Tiradentes, onde ficou à disposição da polícia militar. Assim ela viveu por algum tempo, entre o presídio e a Rua Tutóia. Finalmente, foi julgada e, para sua surpresa, condenada à pena máxima prevista no seu caso: dois anos e dois meses de reclusão. Fora enquadrada no artigo 14 da Lei de Segurança Nacional, que proibia os movimentos clandestinos.

Indignada com a sentença, Marlene escreveu uma carta ao juiz de Auditoria de Guerra, na qual ela colocava todo o seu repúdio ao sistema e denunciava as atrocidades que estavam acontecendo nos interrogatórios. Com ajuda do carcereiro, ela conseguiu fazer com que essa carta chegasse às mãos do juiz. E vale ressaltar a importância desse ato. Essa carta se tornou pública num momento em que o País estava sob censura absoluta, toda a mídia se encontrava sob intervenção do governo militar, nenhuma palavra contra o sistema podia ser publicada.

A carta de Marlene representou uma experiência de extrema relevância naquele momento. Entretanto, essa não foi a única manifestação. Durante os dois anos que esteve presa, ela articulou diversos movimentos de protesto dentro do presídio. A sua profissão de dentista facilitou o seu contato com outros presos, o que lhe possibilitou a realização de um trabalho de conscientização junto à população carcerária.

Durante dois anos e dois meses, experiências como essas fizeram parte do cotidiano de Marlene. Improvisando, resistindo, às vezes se submetendo, ela buscou incessantemente uma saída. Numa mescla de tristeza e de saudade, ela nos diz: “a prisão representou uma segunda faculdade para mim, foi experiência triste, mas muito rica em aprendizado. Ali eu percebi outras coisas, que eu também podia aprender mentir, enganar, ludibriar. Eles (torturadores) eram muito burros, faziam coisas completamente sem nexos”.¹³

¹³ Marlene Soccas, entrevistada em maio de 1999.

ouvido, olhos, pulsos, seios e órgãos genitais. Fui despendurada em seguida no pau-de-arara. Recebi novos choques elétricos, queimaduras com pontas de cigarro, pancadas nos rins e na coluna vertebral.¹²

Marlene é formada em Odontologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Assim como ela, muitos médicos, advogados e outros profissionais graduados viveram a mesma experiência nesse momento. Mas o que se discute aqui não é o direito a prisão especial, mas sim o desrespeito aos direitos mais elementares do ser humano, graduado ou não.

Nesse ponto vale ressaltar também a fragilidade das fronteiras entre o bem o mal, entre o certo e o errado. Até então, no Brasil, suspeitos pertencentes à classe média ou alta geralmente recebiam tratamento especial quando presos, independentemente da formação escolar. Para a polícia brasileira, a condição social inferior sempre foi sinônimo de culpa. Com a OBAN, os militares passaram a tratar os detidos de classe média ou alta como presos comuns.

Nascida em Laguna, Santa Catarina, Marlene Soccas veio a Criciúma substituir um colega, gostou e resolveu fixar residência na cidade. Trabalhava como dentista em seu consultório e, paralelamente, na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de Criciúma. Em 1966, Marlene mudou-se para São Paulo, fixando residência no bairro da Lapa, onde instalou seu consultório e continuou trabalhando na Agência de Correios local.

Marlene tivera seus primeiros contatos políticos por meio de Paulo Stuart, um deputado estadual de Santa Catarina que conhecera em Florianópolis. Tornaram-se grandes amigos. Ela lembra que em suas conversas Paulo fazia planos, sonhava com uma sociedade mais justa e igualitária. Isso foi despertando o seu interesse político. Por sugestão do amigo, ela passou a ler Marx e acabou se apaixonando pela causa do amigo comunista.

Entretanto, foi em São Paulo que o engajamento aconteceu efetivamente. A princípio, a dentista começou fazendo cursos de especialização na Universidade de São Paulo (USP), infiltrando-se, assim, no meio estudantil. Posteriormente, usando documentação falsa, fixou-se numa fábrica de auto-peças no ABC Paulista, quando se envolveu o movimento operário de Osasco. Finalmente, ligou-se ao Grupo Vanguarda Popular Revolucionário (VPR), liderado pelo ex-capitão Lamarca.

¹² Marlene Soccas, entrevistada em maio de 1999.

Amadeu foi levado diretamente a São Paulo, aos porões do DOI-CODI, onde passou por uma acareação com Neyton Cândido, um profissional do PCB que havia confessado, sob cruel tortura, o envolvimento de Amadeu com o partido. Amadeu não sabe quanto tempo esteve em São Paulo, pois esteve sob tortura constante “e, quando se vive aquele horror, se perde a noção de tempo e de espaço”. Ele só ficou sabendo que esteve em São Paulo algum tempo depois.

Não conseguindo arrancar de Amadeu a confissão esperada, os inquisidores o transferiram para o DOI-CODI em Curitiba, onde permaneceu por aproximadamente três meses, quando passou por toda sorte de tortura física e emocional e quando os interrogatórios policiais e as seções de tortura fizeram parte do seu cotidiano.

Finalmente, Amadeu foi julgado e condenado a dois anos de reclusão por subversão e crime contra a Segurança Nacional. Foi transferido para a Colônia Agrícola em Florianópolis, onde cumpriu sua pena.

Ao retornar a Criciúma, Amadeu recomeçou imediatamente sua militância no PCB, onde permanece até hoje com o mesmo ideal, com os mesmos sonhos, com o mesmo desejo de construir uma sociedade mais justa e igualitária. E quando perguntamos o que ele pensa da anistia política, ele nos diz: “estão dando um valor exagerado a essa anistia, pois aqueles por quem nós lutávamos não foram anistiados da fome e da miséria”.¹¹

Rua Tutóia, endereço-símbolo da tortura: espaço de luta e resistência

O artigo 295, VII, do *Código de Processo Penal Brasileiro* garante a todo cidadão, tendo ele curso superior, o direito à prisão especial antes do julgamento, isto é, enquanto não for condenado.

Fui presa pela OBAN, em São Paulo, no dia 10 de maio de 1970, às 16 horas na Avenida São José. Sem direito de comunicar a minha família, fui levada diretamente aos porões na Rua Tutóia. Despida brutalmente pelos policiais, fui sentada na cadeira do dragão, sob uma placa metálica, pés e mãos amarradas, fios elétricos ligados ao corpo, tocando língua,

¹¹ Amadeu Hercílio da Luz, preso político entrevistado em maio de 1999.

Segundo Chiavenato, “era o terrorismo oficial a pretexto de combater a subversão. Legalizavam-se ostensivamente até bandos armados que se quer constavam nos organogramas governamentais”.⁸ E a expressão máxima desse terrorismo foi representada pela Operação Bandeirantes (OBAN), criada em 1969: “Suas instalações cedidas pelo 36º Distrito Policial, ficava na rua Tutóia – que se tornou endereço-símbolo da tortura no Brasil. As verbas da OBAN vinham da Ford, General Motors e Ultragás, entre outras. Mais de um ano após sua criação o OBAN legalizou-se de fato, transformando-se em DÓI-CODI (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna)”.⁹

A OBAN foi uma espécie de arrastão, na caçada aos comunistas, varreu o País, do Ceará ao Rio Grande do Sul. Todos os Estados brasileiros, onde havia qualquer suspeita de movimentação comunista, foram vasculhados pelos seus agentes. E vale lembrar que nesse momento o conceito de comunismo foi ampliado, ele se estendeu a toda pessoa que não aceitava a ordem estabelecida pelos ditadores.

No Estado de Santa Catarina, a OBAN recebeu a denominação de Operação Barriga Verde, mas as denominações foram secundárias. O que se caracterizou foi a violência cometida pelos seus agentes, que normalmente agiam à paisana, encapuzados e com todos os poderes, podendo prender, torturar e matar em nome da Segurança Nacional.

Em Santa Catarina, a Operação Barriga Verde fez 38 vítimas. Na região de Criciúma, foram presos sete cidadãos, todos sob a mesma acusação: prática ilegal de comunismo e subversão da ordem estabelecida. São eles: Amadeu Hercílio da Luz, Jorge Feliciano, Roque Felipe, Derlei De Luca, Sebastião Goulart, Roberto Cologni e Marlene Soccas.

Em Criciúma, a primeira vítima da OBV foi o senhor Amadeu Hercílio Luz, um representante da classe média cricumense, neto do ex-governador Hercílio Luz e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde 1945. Amadeu contava na época com 42 anos de idade e exercia suas funções no Cartório de Registro de Protesto e Documento propriedade de sua família. Amadeu foi preso no dia 7 de novembro de 1975.

Para Amadeu, a Operação Bandeirantes foi fruto da derrota do governo nas eleições de 1974: “foi quando eles perceberam que o maior perigo ao sistema não estava na guerrilha, mas no trabalho político-ideológico realizado pelo PCB”.¹⁰

⁸ CHIAVENATO, J. José, *O golpe de 64 e a ditadura militar*, 2. ed., São Paulo: Moderna, 1995, p. 10.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ Amadeu Hercílio da Luz, preso político entrevistado em maio de 1999.

Dialogando com as fontes, rebuscando lembranças na memória desses sujeitos, encontramos experiências que não podem ser registradas em nenhuma bibliografia. Percebemos isso quando perguntamos a Marlene Soccas se o livro *Brasil nunca mais* representa com fidelidade os acontecimentos pós-golpe militar. Ela respondeu: “Sim, muito embora ali não estejam as unhas arrancadas, os gritos de dor nem o sangue derramado dos nossos companheiros”.⁵ Experiências como essas nos levam a pensar em Montenegro, quando afirma que: “A memória possibilita resgatar as marcas de como foram vividos, sentidos, compreendidos determinados momentos, determinados acontecimentos”.⁶

Nos porões do DOI-CODI: resistindo e forjando saída

Fui preso no dia 4 de novembro de 1975, no meu local de trabalho, quando chegou à minha mesa um moço aparentando uns 18 anos de idade, à paisana, me chamando, dizendo que um companheiro estava precisando de ajuda. Saí imediatamente. Quando cheguei na parte que dava para a rua, recebi uma coronhada de revólver na cabeça, caí. Eles me encapuzaram, amarraram meus pés e minhas mãos e me jogaram dentro do camburão do Exército. Dali me levaram na minha casa. Lá chegando, bateram violentamente na porta. Meu filho de 15 anos abriu a porta e eles colocaram uma metralhadora na cabeça do menino, enquanto revistavam a casa em busca de alguma coisa que comprovasse a minha participação no Partido Comunista.⁷

A porta a qual Amadeu se refere dá saída para a Rua João Pessoa, uma das ruas mais movimentadas no centro da cidade de Criciúma. Ele foi espancado e preso sob o olhar dos transeuntes que, provavelmente se sentiram mais amedrontados do que surpresos, pois essa era uma prática comum, rotineira durante a ditadura militar.

Embora a violência tenha sido a principal característica do governo militar, foi o Governo Médici que marcou o momento mais duro da repressão militar, especialmente contra membros do Partido Comunista.

⁵ SOCCAS, Marlene, entrevistada em maio de 1999.

⁶ MONTENEGRO, A. T., Memória, história, historiografia, *Rev. Bras. Hist.*, v. 13, n. 25/26, p. 56, set. 1992/ago. 1993.

⁷ Amadeu Hercílio da Luz, preso político, entrevistado em maio de 1999.

conter a expansão socialista levaram os norte-americanos a intervir diversas vezes direta ou indiretamente na política interna dos países latino-americanos.

Entretanto, segundo Octávio Ianni, a conquista da América Latina não aconteceu sem contratempos para os Estados Unidos, exigiu manobras políticas, econômicas e diplomáticas. Exigiu tanto o estímulo como o incentivo ou preparação de golpes de Estado e a implantação de ditaduras por todo continente americano, pois “à medida que se instaurava, geravam-se reações locais ou acentuavam-se contradições preexistentes”.²

Nesse contexto foi deflagrado, em 1964, no Brasil, o golpe civil militar que derrubou o presidente João Goulart. Após o golpe, os militares instauraram a ditadura, que pesaria sob o povo brasileiro por mais de vinte anos. O novo regime implantado pelos militares colocou o governo acima do bem e do mal, longe de qualquer censura ou limite, podendo exercer toda sorte de violência e atos coercivos, com absoluta garantia de impunidade.

Entretanto, em que pese toda repressão, os movimentos de resistência aconteceram por todo o País. E pelo que sugere o comentário de Marlene Soccas, na abertura deste artigo, pode-se perceber com que intensidade eles aconteceram.

Este artigo dará visibilidade a três sujeitos que, por vias diferentes, forjaram mecanismos de resistência à ditadura militar, mas estaremos pensando, sobretudo, na atuação e no grau com que contribuíram para a abertura política. Como os entrevistados avaliam a gravidade da situação política do País naquele momento? Quem eram esses sujeitos? Como eles se apresentavam? Eram criminosos inimigos da nação, conforme apontava o governo militar? Ou seriam pessoas que pensavam de modo diferente e lutavam contra a ordem estabelecida? Nessa perspectiva, são pertinentes as palavras de Thompson: “A experiência surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo”.³

Por meio das falas dessas pessoas, contemplaremos experiências vivenciadas por sujeitos comuns, história construída por todos homens e não somente por grandes heróis privilegiados pela história tradicional e factual. Para dar conta disso, recorreremos a Peter Burke e adotamos o seu conceito de história vista de baixo, que segundo ele é de grande importância para os historiadores: “Ela proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, o que nem tinham conhecimentos da existência de sua história”.⁴

² IANNI, Octavio, *Imperialismo na América Latina*, Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

³ THOMPSON, E. P., *A miséria da teoria*, Rio de Janeiro: Zahar, 1984, p.16.

⁴ BURKE, Peter, *A escrita da história*, São Paulo: UNESP, 1992, p. 59.

“Operação Barriga Verde” in Santa Catarina, were interviewed. Presently we will focus on three of them.

Keywords: dictatorship, repression, torture, memory, experience.

Rebuscando lembranças, evidenciando experiências

O mundo se transforma a cada dia. Não serei eu que vou modificá-lo mais depressa, mas também não serei eu que impedirei de mudar, porque os povos é que fazem a história. Nada impedirá que os povos esclarecidos tomem em suas mãos as rédeas de seus destinos e construam um mundo de justiça e solidariedade. Nem mesmo a morte vai impedir isso, pois cada vez os mortos governam os vivos. Quando os mortos triunfam sobre a morte física os seus exemplos se tornam sinais de uma nova vida e tem o dom de inspirar os vivos. Todavia muitos homens fisicamente vivos já estão historicamente mortos, pois nada significa o fato de terem ultrapassado biologicamente a vida das idéias que representam.¹

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos despontaram como uma potência hegemônica do mundo, ameaçado em sua hegemonia apenas pela União Soviética. Sob a liderança desses dois países, formaram-se dois blocos: de um lado os Estados Unidos, liderando o bloco capitalista; do outro a União Soviética, liderando o bloco socialista. A bipolaridade gerou disputa por áreas de influência; cada lado procurava trazer os demais países para seu domínio, e os chamados países de terceiro mundo foram os principais alvos dessa disputa. A tensão entre os blocos ideologicamente diferentes e antagônicos marcou o período conhecido como Guerra Fria.

A América Latina apontava como importante área de atuação econômica para os norte-americanos. Entretanto, as idéias socialistas firmavam-se no panorama político, representando uma ameaça ao capitalismo. A Revolução Cubana (1959) trouxe as idéias socialistas para o “quintal” dos norte-americanos. As pretensões imperialistas dos Estados Unidos em relação à América Latina e o interesse em

¹ Marlene Soccas, presa política entrevistada em maio de 1999.

Era tempo de repressão: lembranças de uma época

It was a time of political repression: memories of an epoch

Mariza Therezinha Chaves*

Resumo

Este artigo apresenta o trabalho de pesquisa que se destinou a refletir sobre os acontecimentos pós-Golpe Militar de 1964 na sociedade criciumense. O recorte nos reporta ao ano 1974, momento de intensa atuação da Operação Bandeirantes (OBAN). Foram entrevistados, no decorrer da pesquisa, sete criciumenses presos pela operação que em Santa Catarina foi denominada Operação Barriga Verde. Neste momento, estaremos dando visibilidade a três entrevistados.

Palavras-chave: ditadura, repressão, tortura, memória, experiência.

Abstract

This article presents a historical research done in Criciúma reflecting on the events connected with the post-military coup of 1964. The focus of this work is the year of 1974, a moment of intensive action of the group “Operação Bandeirantes” (OBAN). Seven citizens of Criciúma, who were once arrested by the operation called

* Formada do Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

deixa ficar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido” (Walter Benjamin).

Fontes citadas

DALL’ALBA, João Leonir. *Imigração italiana em Santa Catarina*.

Documentário. Caxias do Sul (RS): Educ; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brin, 1983. 180 p.

DASSOLER, Ana. Entrevista concedida a Fernando Mazzuchetti e Dalana Pavei em 28/12/99.

PAVEI I, Antônio. Nascido em 1/1/1910. Entrevista a Fernando Mazzuchetti em 7/9/99.

PAVEI II, Antonio. Nascido em 26/11/1914. Entrevista a Fernando Mazzuchetti e Dalana Pavei em 28/12/99.

PAVEI, Reinaldo. Entrevista a Fernando Mazzuchetti e Dalana Pavei em 28/12/1999.

PIAZZA, Walter. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

RIZZIERI, Marcolina Zulmira. Nascida em 25/1/1913. Entrevista a Fernando Mazzuchetti em 7/9/99 e 17/11/99.

TOMAZZI, João. Nascido em 22/6/1923. Entrevista concedida a Fernando Mazzuchetti em 29/12/1999.

ZANETTE, Gabriel Zanette. Nascido em 18/6/1911. Entrevistado por Fernando Mazzuchetti em 17/11/99.

_____, Antônio. Nascido em 2/12/1920. Entrevista a Fernando Mazzuchetti em 30/12/99.

_____, João. Nascido em 18/6/1911. Entrevista a Fernando Mazzuchetti em 30/12/99.

tinha fugido da escravidão em Jaguaruna e se escondido por aqui, depois veio a liberdade e acabou ficando.

A memória nos traz outras lembranças e esclarecimentos sobre a origem do nome, João Tomazzi¹³ (22/6/1923) nos diz:

O nome do lugar, de Morro Estevão, é devido a um caçador com nome Estevão, que caçava e ficava ali no morro, e botaram o nome de Morro do Estevão, e ficou. Ele veio lá de Jaguaruna pelo mato adentro...

Atualmente, a caminhada do povoado de Morro Estevão ganhou uma nova roupagem: nas décadas de 1980-1990 torna-se um bairro com características urbanas. A agricultura aos poucos deixa de ser a base e a sua referência; o carvão, a cerâmica e o comércio tornam-se as atividades principais. Sucumbindo às atrações da cidade, os jovens se deslocam para o centro, em busca de empregos, surgem os loteamentos, atraindo pessoas de vários lugares, com seus costumes e características diferentes. Aos poucos, os novos moradores vão se integrando ao bairro, tornando-o mais eclético e um dos mais prósperos do município. Contudo, carregando em seu nome “Morro Estevão”, pode estar incrustada uma referência à presença negra que tanto tem contribuído para o desenvolvimento da cidade desde seu nascedouro.

Conclusão

Ao trabalhar a memória dos alemães luteranos de Quarta Linha, os indícios da presença negra em Morro Estevão e dos conflitos com os posseiros em Morro Albino, procuramos, nos fragmentos do passado, contribuir com a discussão sobre a colonização e ocupação do município de Criciúma.

Nas três situações citadas, sequer existem documentos que podem nos avaliar em nossas pesquisas, contamos, porém, com importantes depoimentos dos antigos moradores, depositários privilegiados do momento vivido. A memória, quando provocada, viaja no tempo e no espaço numa luta incessante contra o esquecimento, tornando-se um documento que precisa ser cristalizado e perpetuado por meio da pesquisa.

Nossa função como historiadores é reacender esses momentos, lembrar o que os outros estão esquecendo, pois estamos falando de um recorte que, não mais existindo, ainda continua vivo, povoando as lembranças de quem as vivenciou cotidianamente, necessitando ser socializado por meio da escrita: “O passado só se

¹³ João Tomazzi, nascido em 22/6/1923, entrevista concedida a Fernando Mazzuchetti em 29/12/1999.

documentais suprimem, intencionalmente ou não, esse fato, e os depoimentos são a única fonte que nos fundamenta na informação.

A sabedoria popular acaba por identificar cada pequeno núcleo com um nome específico que o caracterize, em geral com uma identidade própria. Morro Estevão não poderia ter sido mais original, veio a partir do monte que margeia a comunidade, ao qual chamavam de Morro do Estevão. A origem do nome Morro do Estevão parece ser um legado do tempo cruel da escravidão, um tributo à memória do sofrimento negro, que tinha na fuga a última instância de conservar a própria vida.

A memória oral nos conta que um fugitivo da escravidão, vindo da região de Jaguaruna, acabou por se refugiar no morro então despovoado, onde acabou se escondendo. Viveu como eremita por muitos anos, de caça, coleta e plantios rudimentares. Com a colonização e ocupação dos imigrantes na região, já num período sem escravidão, houve o contato. Seu nome era Estevão, e os colonos identificaram o lugar onde ele estava como sendo Morro do Estevão, mais tarde incorporado a todo o povoamento. A história repassada pelos mais velhos, de boca em boca, permanece até hoje. A associação do morro com o nome do negro é anterior à própria ocupação do povoado. Quando vieram ver a colônia, Estevão já estava por vários anos no morro, e por isso começou a se dizer “aquele morro onde está o Estevão”, ou “Quele monte de Estevo”, e finalmente: “Morro do Estevão”.

O depoimento de Gabriel Zanette, nascido em 18/6/1911, associa o nome da localidade ao negro fugitivo da escravidão:

E tu sabe porque que é São Estevão e Morro Estevão? Foi por causa de um negrão fugido da escravidão que ficou no morro ali em cima, era só uma picada que passava antigamente, e o nome do negrão era Estevão. Ele era fugido da escravidão e se escondeu ali, não tinha ninguém ali, só ele, então tudo dizia Morro do Estevão, que era onde ele vivia e morava o negrão sozinho, ele veio fugido, muito antes de eu nascer.

Contribuindo, o irmão gêmeo João Zanette (18/6/1911) nos apresenta mais dados, inclusive de mais um negro fugitivo que também estava na colônia próxima, na Terceira Linha:

O nome de Morro Estevão. Dizem que lá no Morro tinha um rancho com um negro chamado Estevão e, quando os primeiros chegaram, começaram a dizer o Morro do Estevão, e ficou, o povo contava isso na época. Eu acredito que possa ter sido um negro fugitivo, porque trabalhou conosco um negrinho chamado de Luiz Tesoura, que trabalhava com um e outro até 98 anos, morava na terceira Linha São Rafael, ele dizia que também

Morro Albino em direção ao Espigão da Pedra, área vendida e documentada pelos italianos. Aos responsáveis pela venda cabia também a “limpeza” da área, cuja posse não estava firmada em documento escriturado. Antônio Pavei colabora, quando fala da presença dos “brasileiros” no período da colonização da região de Morro Albino e São Domingos (antiga Boca do Sertão):

Meu pai foi um dos primeiros a vir morar ali, onde hoje é São Domingos, que para nós era tudo Morro Albino. Tinha uma porção de brasileiros ali, tudo lá na beirada do banhadão, não sei porque, talvez por causa da água e do peixe. Tinha uma família aqui e outra ali, onde está a Portinari, contra o Espigão da Pedra. Mais tinha muito brasileiro aqui. Naquela época as terras aqui era do governo e, depois dos italianos, os coitados não tinham dinheiro para comprar, eram obrigados a sair .

Dona Ana Dassoler¹² também relembra quando sua mãe falava sobre a presença dos brasileiros na região e o destino deles com a chegada dos italianos:

A minha mãe contava que os brasileiros estavam aqui e foram tudo espantados pelos italianos que chegaram, então foram para as praias, onde as terras eram livres. Hoje ainda tem trecho assim, e eles iam tudo pra lá, porque era lá que sobrava pra eles, porque as terras eram demarcadas e loteadas e os italianos compraram do governo, aí os posseiros foram obrigados a se retirar.

Os indícios nos sugerem que a ocupação da região, pelos imigrantes, não apresentou apenas os conflitos com os índios, como a historiografia local costuma descrever. Alguns posseiros “brasileiros” podem ter sido expulsos, para que as empresas colonizadoras dispusessem das terras desembargadas aos imigrantes que chegavam. Esses processos de limpeza certamente geraram, já na época, conflitos de terras entre as partes envolvidas, porém reconhecemos que o que temos são apenas vestígios e que este assunto necessita de um trabalho de maior envergadura, buscando novos elementos conclusivos para que se elucide melhor este importante elemento da colonização de Criciúma.

Indícios da presença negra

A oralidade nos apresenta indícios da presença de negros no município anteriormente à abolição da escravidão e, portanto, à colonização italiana. Os registros

¹² Ana Dassoler, entrevista concedida a Fernando Mazzuchetti e Dalana Pavei em 28/12/99.

O princípio reinante era o de estimular as famílias das colônias a constituir espaços para ensinar as crianças a lerem e se aprofundarem nos ensinamentos e estudos bíblicos. Normalmente, a educação e a catequese eram ministradas pelo professor. Nesse contexto, também na Quarta Linha a colonização alemã, além de sua igreja, possuía uma pequena escola de madeira, para atender os filhos da colônia. Hoje, uma escola pode parecer rotineira e está presente na vida de todas as crianças, mas no início do século XX a educação formal era um privilégio de poucos. Antônio Pavei reforça: “Eram muitas famílias. Me lembro de um tal de Jacó e um chamado Abramo. Eles tinham a igreja, o cemitério e a escolinha, hoje acabaram com tudo”.

Em pouco tempo, porém, os alemães foram vendendo suas terras aos italianos e saindo da Quarta Linha, os motivos e o destino parecem não ser bem esclarecidos. A professora Elza de Melo Fernandes concluiu que os alemães presentes na localidade de Linha Anta, que também saíram de lá, se destinaram à Argentina, o que pode ser um indicativo de seu destino. O certo é que, em poucos anos, todas as famílias de alemães que ali estavam deixaram a colônia de Quarta Linha. Novamente Antônio Pavei recorda:

Os alemães começaram a vender as terras, e os Dagostim a comprar... Eu tinha uns 15 anos quando saíram daqui, eles queriam mato e mato já não tinha mais aqui. Faz mais de 60 anos que saíram, foram vendendo e saindo e saíram tudo, foram para o Taió.

Gabriel Zanette também fala da saída dos Alemães: “Os alemão da Quarta Linha saíram tudo, tinha muito alemão ali, os Dagostim compraram as terras deles”.

Como vemos, o assunto é pouco explorado, ainda temos alguns pontos a esclarecer. O que temos são tênues lembranças, mas que contribuem para evidenciar presenças e práticas dos alemães protestantes da Quarta Linha. Agora só há lembranças, as quais merecem ser registradas.

Conflito entre os imigrantes e os posseiros “brasileiros”

A constituição de uma estrutura legal que documentava, amparava e legitimava a compra da terra dos novos proprietários, pelas empresas colonizadoras, com anuência do governo, pode ter provocado conflitos, com possível expulsão de posseiros da região colonizada. Alguns indícios mencionam a presença de algumas famílias descendentes de açorianos, chamados de “brasileiros” pelos italianos, na região de

Contudo, em alguns aspectos as duas colônias tinham semelhanças. Tão logo se instalaram, uma das primeiras preocupações foi construir uma capela para suas orações comuns. As famílias alemãs da Quarta Linha também construíram a sua, uma pequena capelinha de madeira utilizada pelas famílias alemãs luteranas que ali moravam. Antônio Pavei⁹ se recorda:

Tinha umas quantas famílias de alemães ali na Quarta Linha. Eu era grandinho, não era casado ainda, me lembro do Jacó, do Alberto. Eles tinham uma igrejinha de madeira ali. Eles vinham no Morro Albino, mas na igreja não vinham, eles não eram católicos.

Além da capelinha onde professavam a sua fé, os colonos alemães possuíam um cemitério próprio para sepultarem os seus falecidos, um reservado santo onde enterravam seus mortos, era localizado próximo às propriedades. Eram poucas as pessoas ali enterradas, porque também eram poucas as famílias alemãs que ali moravam. Antônio Pavei¹⁰ se recorda:

Tinha um cemitério deles ali, aí meu cunhado comprou a terra e, com o tempo, acabou com tudo. Interessante que eles enterravam só na terra e depois faziam um cercadinho de estaqueta em volta do que foi enterrado, ficava cercado com um meio metro em torno do falecido enterrado.

Reinaldo Pavei¹¹ colabora nas lembranças: “Me lembro eu do cemitério. O cemitério era só dos alemães, ficava num bico das extremas deles, todo mundo respeitava aquele canto que era cercado, era um triângulo, me lembro bem”.

Uma das grandes preocupações dos protestantes era com a alfabetização, o objetivo principal era poderem dominar a leitura da Bíblia, livro sagrado. Alfabetizar como instrumento de fé, uma tradição desde que Lutero rompeu com a Igreja Católica no início do século XVI, contribuindo em muito para que houvesse uma consciência maior da importância das letras nas hostes protestantes. João Leonir Dall’Alba mostra a vocação evangélica alemã para os estudos na região de Brusque: “Os primeiros imigrantes alemães de Brusque em 1850... preocupam-se dela com louvável carinho, a escola alemã, anexa à igreja evangélica... os italianos são descuidados, sua preocupação pela escola não é tão viva e séria como entre os alemães...” (*Imigração italiana em Santa Catarina*, p. 98).

⁹Antonio Pavei I, nascido em 1/1/1910, entrevista a Fernando Mazzuchetti em 7/9/99.

¹⁰ Antonio Pavei II, nascido em 26/11/1914, entrevista a Fernando Mazzuchetti e Dalana Pavei 28/12/99.

¹¹ Reinaldo Pavei, entrevista a Fernando Mazzuchetti e Dalana Pavei em 28/12/1999.

A colônia alemã de Quarta Linha estava instalada na parte plana, onde hoje situa-se a maior concentração das fábricas na área industrial, entre a atual igreja católica e a subida do morro das bananeiras. Eram por volta de dez famílias que moravam ali, trabalhavam basicamente com feijão, milho, gado e criação de porcos. Os irmãos João, Gabriel e Antônio Zanette, que moravam muito próximo, se recordam. Gabriel Zanette⁵ nos diz: “Tinha muito alemão ali na Quarta Linha. Eu tinha uns 12 anos. Me lembro de umas cinco ou seis famílias, depois em pouco tempo saíram tudo. Os Dagostim compraram as terras deles”. Antônio Zanette⁶ também menciona a zona de alemães: “Tinha uma colônia de alemães antes dos italianos chegarem, era ali pra baixo na Quarta Linha. Aqui no Morro Estevão também tinha uma ou duas famílias, eu não cheguei a conhecer, foi antes, mas meu pai falava”. João Zanette⁷ também colabora, ao resgatar na memória a presença alemã na Quarta Linha e Morro Estevão:

Os Alemães da Quarta Linha, eu me lembro, porque quando eu estava na escolinha, aqui no Morro Estevão, eles passavam sempre a cavalo. Depois saíram todos, não sei para onde foram. Os primeiros imigrantes aqui do Morro Estevão era também duas famílias alemãs, da mesma época, vieram antes dos italianos...

As relações entre os italianos que chegavam e os alemães que aqui já estavam eram difíceis. A língua e a religião distintas eram o entrave principal. Os imigrantes e descendentes, no início do século, praticamente só conversavam em sua língua de origem. A interação os grupos ficou ainda mais prejudicada, pois as religiões das duas etnias eram diferentes, os alemães eram protestantes luteranos. Dessa forma, a socialização que a igreja representava entre as famílias, nesse caso, não colaborava para a aproximação entre os grupos, pelo contrário criava ainda mais barreiras em virtude do preconceito originado na prática de religiões diversas.

As diferenças se acirravam, os italianos, católicos, com seu apego aos santos e às imagens, contrapunham-se ao despojamento luterano e suas celebrações centradas na Bíblia. Dona Marcolina Zulmira Rizzieri⁸ lembra: “Eu me lembro dos alemães. Eu tinha uns 14 anos na época, eles não eram católicos, eles eram protestantes, tinham uma igreja só deles. Era mais ou menos onde mora o Hélio Giassi hoje, moravam por ali, na vargem, alemão gosta mais de vargem...”.

⁵ Gabriel Zanette, nascido em 18/6/1911, entrevistado por Fernando Mazzuchetti em 17/11/99.

⁶ Antônio Zanetti, nascido em 2/12/1920, entrevista a Fernando Mazzuchetti em 30/12/99.

⁷ João Zanetti, nascido em 18/6/1911, entrevista a Fernando Mazzuchetti em 30/12/99.

⁸ Marcolina Zulmira Rizzieri, nascida em 25/1/1913, entrevista a Fernando Mazzuchetti em 7/9/99 e 17/11/99.

that the Italian immigrants met other ethnic groups established in other parts of the settlement. This article intends to present data about some of these ethnic groups, such as the Protestant Germans who settled in Quarta Linha and Morro Estevão, the African-Brazilians in Morro Estevão and Terceira Linha, and the immigrants from Azores, called “brasileiros”, in Morro Albino.

Keywords: memory, colonization, Criciúma, ethnic groups.

Colonização alemã protestante luterana em Quarta Linha

Tida como uma região de colonização eminentemente italiana, a comunidade da Quarta Linha conserva ainda hoje muito de seu passado colonizador, carregando em sua bagagem cultural ricos traços da imigração. Nos últimos anos, rapidamente sua formação agrária foi cedendo espaço para a indústria e o comércio, tornando-se hoje a principal área industrial do município. Em sua rápida urbanização, com o vertiginoso aumento populacional, perderam-se na memória coletiva importantes acontecimentos de sua colonização. Este artigo tem o propósito de dar visibilidade a uma passagem peculiar da formação da comunidade da Quarta Linha na virada do século XIX e início do XX, especificamente a presença de imigrantes alemães e seus descendentes. Pouca alusão se faz a respeito, e encontram-se raros registros de sua presença. Os depoimentos de pessoas mais idosas foram a alternativa encontrada para registrar esse importante acontecimento da comunidade. Certamente, o assunto mereceria um trabalho de maior envergadura, mas faz-se aqui um chamamento, uma provocação para que outros possam contribuir e melhor enriquecer o tema.

De onde vieram? O escritor Walter Piazza nos dá uma pista em seu livro,³ quando fala da dispersão da primeira colonização alemã em São Pedro de Alcântara para os mais diversos pontos do Estado, inclusive para o vale do Araranguá, município que pertencia à região no período e bem antes da colonização alemã de Forquilha:

... desde sua fundação (1829), houve migrações de colonos (de São Pedro de Alcântara) para outras áreas... mais adiante vão imigrar para o vale do rio Tubarão... **ou ainda para o vale do rio Ararangua**⁴ ... e no século XX, fundam Forquilha no sul catarinense.

³ *Santa Catarina: sua história*.

⁴ Grifo nosso.

Outros sujeitos na colonização de Criciúma

Other subjects in the colonization of Criciúma

Fernando Mazzuchetti*

Dalana Pavei**

Resumo

Pensar a colonização de Criciúma é procurar vestígios que nos apresentem possibilidades de ampliar o seu entendimento. Existem fortes indícios de que, quando chegaram para colonizar Criciúma, os imigrantes italianos teriam encontrado, em alguns pontos do atual município, outras etnias já estabelecidas. O presente artigo tem por finalidade apresentar dados sobre algumas destas presenças, tais como: a dos alemães protestantes em Quarta Linha e Morro Estevão, dos negros em Morro Estevão e Terceira Linha, e açorianos, chamados pelos imigrantes de “brasileiros”, em Morro Albino.

Palavras-chave: memória, colonização, Criciúma, etnias.

Abstract

Thinking about the colonization of Criciúma is searching for traces that present possibilities of expanding its comprehension. There are strong evidences indicating

* Formado em História pela Unesc.

** Formada em História da Unesc.

Tempos Acadêmicos, n. 1, p. 43-56, 2003

SOARES, André Luis R. *Guarani: organização social e Arqueologia*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997. 256 p.

SOUZA, Sheila Maria Ferraz Mendonça de. Anemia e adaptabilidade em um grupo costeiro pré-histórico: uma hipótese patocenótica. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 171-188.

LIMA, Tânia Andrade. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. In: *Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira – II. Revista USP*, São Paulo, n. 44, 1999-2000. p. 270-327.

LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: história de povos invisíveis. In: BRANCHER, Anna. *História de Santa Catarina. Estudos Contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 73-82.

MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a História do Brasil Meridional. In: DA CUNHA, Manuela Carneiro *et alli*. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 475-498.

NEVES, Walter. Paleogenética de populações pré-históricas do litoral sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina). In: *Pesquisas*, n. 43. São Leopoldo: IAP, 1988. 178 p.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na Região Sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas – 1872-2000. In: *Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira – II. Revista USP*, São Paulo, n. 44, 1999-2000, p. 218-269.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UnB, 1992. 605 p.

ROHR, João Alfredo. Os sítios arqueológicos do município sul-catarinense de Jaguaruna. In: *Pesquisas, Antropologia* n. 22. São Leopoldo: IAP, 1969. 37 p.

_____. Os sítios arqueológicos de Santa Catarina. In: *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, n. 17. Florianópolis: UFSC, 1984. p. 77-168.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. O Guarani: história e pré-história. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 285-291.

SCHMITZ, Pedro Ignácio *et al*. *Içara: um jazigo mortuário no litoral de Santa Catarina*. São Leopoldo: IAP, 1999. 164 p.

Contudo, o mundo das especulações e devaneios persiste enquanto novas pesquisas não solucionem o problema. Para os guaranis, em virtude dos fatores anteriormente descritos, torna-se mais ou menos fácil a tarefa de interpretação arqueológica. Novas pesquisas servirão para melhor visualizar a organização espacial, a demografia e algumas variabilidades que possam ter ocorrido por aqui. O mesmo não acontece com os sambaquieiros e as populações intrusivas do planalto. Muito deve ser pesquisado para se preencher lacunas ainda muito visíveis, o que é dificultado principalmente pela falta de fontes etnográficas, muito embora apresentem cultura material bem preservada.

Referências bibliográficas

ABREU, Silvio Fróes de. O problema dos sambaquis. *Revista da Sociedade de Geografia*, tomo XXXII, Rio de Janeiro, 1928.

GASPAR, Madu. Considerations of the sambaquis of the Brazilian coast. In: *Antiquity*, v. 72, n. 277, 1998, p. 592-615.

_____. Os ocupantes pré-históricos do litoral brasileiro. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. p. 159-169.

_____. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 89 p.

HURT, Wesley R. The Interrelationship between the natural environment and four sambaquis, coast of Santa Catarina, Brasil. In: *Occasional papers and monographs 1*, Indiana University Museum, Bloomington, 1974.

IPAT-UNESC. *Projeto de Salvamento Arqueológico da ZPE Imbituba, SC. Relatório Final*. Criciúma: Unesc, 1999. 221 p.

_____. *Projeto de Salvamento Arqueológico da Rodovia Interpraia (trecho Morro dos Conventos a Lagoa dos Esteves, Araranguá-Içara, SC). Relatório Final*. Criciúma: Unesc, 1999.

deslocava a fim de afiar e polir artefatos em pedra. Os negativos ficam marcados na rocha, em forma de sulcos, em formas retas ou constituindo verdadeiras painéis. Preferimos acreditar que ambas populações utilizaram a prática para a confecção dos objetos, em especial as lâminas de machado.

Apesar de raros, ocorrem abrigos sob rocha em alguns locais. Temos notícia de um abrigo no rochedo de arenito que forma o Morro dos Conventos, em Araranguá, onde desde tempos idos, amadores recolhiam sepultamentos humanos. Logo a notícia se espalhou, criando o mito de que no local estariam escondidos “metais preciosos”, sendo, portanto, dinamitado por indivíduos em busca de tesouros imaginários. Em recente visita ao local, conseguimos coletar apenas um único objeto de adorno produzido em concha, parecendo com um pingente. O local se encontra muito depredado e a terra revolvida. Fato no mínimo curioso é a localização, por Rohr, de uma casa subterrânea, comum apenas na região planáltica:

Na localidade de Morro da Cruz, à beira de um córrego, localizam-se três casas subterrâneas. Constam de crateras de dois a quatro metros de diâmetro e três metros de profundidade, abertas no solo, as quais o povo chama “buracos de bugre”.¹⁷

As disparidades maiores se apresentam nas formulações de hipóteses para o cessamento da construção dos sambaquis por volta de 1.000 anos atrás. Tânia Andrade Lima atenta para um possível esgotamento dos bancos de moluscos e a decorrente mudança na base da dieta. Lina Maria Kneip imagina até um surto de epidemias que teria dizimado a população. Já Madu Gaspar acredita no extermínio ou aculturação dos sambaquieiros por povos ceramistas com poder tecnológico superior. A última hipótese parece ser mais plausível, a julgar pela belicolidade dos tupi-guaranis, chegando à costa por volta da mesma data, valendo observar as datas de 1.050 anos AP (Aldeia ZPE, Imbituba) para a ocupação guarani mais antiga e a idade de 1.250 anos BP para a data mais recente do Sambaqui da Caieira, em Laguna.

No caso dos guaranis, o fim é o mesmo que a maioria das populações nativas do continente americano: o genocídio, seja por meio do apresamento e de conflitos com colonos ou ainda pelo contágio de doenças, que, segundo alguns pesquisadores, foi o que mais causou óbitos entre os indígenas. Já em fins do século XVII, o território estava praticamente despovoado.

¹⁷ ROHR, 1969, p. 9.

Considerações finais

O problema maior que nos é apresentado refere-se à ocupação do litoral por populações migrantes do interior, tanto da mata atlântica quanto do planalto.

Na região costeira de Içara, mais precisamente na comunidade de Barra Velha, foi prospectado pelo Instituto Anchietano de Pesquisas, de São Leopoldo (RS), o sítio SC-IÇ-01, havendo em seu interior conteúdo de difícil identificação cultural. Trata-se de acampamento sazonal de inverno – a se notar pelos restos faunísticos – que serviu como cemitério – 84 indivíduos evidenciados – de populações possivelmente originárias do interior da mata atlântica, que traziam os mortos cremados e dentro de cestos, para serem depositados no local que o arqueólogo Pe. Inácio Schmitz definiu como “jazigo mortuário”. O mesmo pesquisador alude, não sem ressalvas, a uma provável associação do sítio com os índios xoklengs. O teste radiocarbônico de C14 resultou em uma data de 1.560 anos atrás. Porém, a confirmação ou a negação das hipóteses só poderá ser solucionada com uma intensificação de pesquisas nesse tipo de sítios. Schmitz acredita ter localizado outros dois acampamentos do mesmo tipo cultural há poucos quilômetros do sítio escavado, levando em conta a morfologia similar de ambos.¹⁵

Uma prova da migração interiorana difícil de ser refutada é a presença de cerâmica intrusiva típica da tradição taquara em vários sambaquis de Jaguaruna, Araranguá e Sombrio. Muito provavelmente, os portadores da cerâmica reocuparam os sambaquis, adaptando-se à pesca e à coleta de recursos marinhos:

Analizando os sambaquis com cerâmica nos níveis superiores, [Anamaria] Beck entendeu-a como um elemento cultural intrusivo: outros grupos, portadores de cerâmica e oriundos do planalto, teriam reocupado os sambaquis, com uma economia predominantemente pesqueira. Vivendo basicamente da exploração de recursos do mar, teriam adotado um equipamento semelhante aos dos seus antecessores.¹⁶

Igualmente difícil é identificar os autores de outro tipo de sítio arqueológico: as oficinas líticas, que ocorrem nas praias com afloramentos rochosos de Garopaba, Imbituba e Laguna. São locais à beira-mar para os quais o artesão se

¹⁵ SCHMITZ *et al.*, 1999.

¹⁶ LIMA, 1999-2000, p. 300.

mente pessoas “não-guarani”, das enormes distâncias entre os extremos do território ocupado pelos Guarani e de 2.000 anos de História, verifica-se que havia uma rígida manutenção da reprodução das vasilhas cerâmicas; 4) que não houve interrupção na troca de informações entre as regiões Guarani.¹⁴

Eventualmente, realizamos trabalhos de registro e de averiguação de material guarani pela região. Em 1999, prospectamos uma urna funerária na localidade de Figueirinha, município de Balneário Gaivota, na qual o proprietário Darci Martinho, ao abrir vala para colocar um poste de sua plantação de maracujás, deparou-se com os vestígios, entrando imediatamente em contato conosco. Em 2001, também procedeu dessa maneira o Sr. Jonatas Vieira, residente em Lagoa dos Esteves, Içara, que, ao abrir uma fossa no quintal de sua casa, deparou-se com uma “panela de índio”, no seu dizer. Recolhemos fragmentos de um conjunto bem preservado de três urnas funerárias, com alguns restos humanos. Só para citar dois exemplos, a título de ilustração.

Datações por Termoluminescência (TL) de Sítios Arqueológicos Tupiguarani

MUNICÍPIO	SÍTIO	DATAÇÕES
Araranguá	Lagoa Mãe Luzia	610 ± 60
Içara	Cemitério Lagoa dos Esteves	720 ± 70
Imbituba	ZPE	1050 ± 150 1040 ± 110 1000 ± 110 810 ± 85 715 ± 75

¹⁴ NOELLI, 1999-2000, p. 256.

Os primeiros trabalhos foram realizados por João Alfredo Rohr em 1961, identificando 20 paradeiros guaranis no município de Jaguaruna, na ocasião coletando grandes urnas cerâmicas utilizadas para sepultamentos dos mortos. Mais ao sul, o biólogo Eraldo Martinhago identificou sítios arqueológicos na região lagunar de Içara, numa apaixonada busca em prol da preservação do patrimônio pré-histórico, recolhendo urnas funerárias, vasilhames cerâmicos, lâminas de machado, entre outros.

Muito se tem debatido sobre a ação da Arqueologia de Contrato no Brasil, no quesito ética. Questiona-se a escolha que o pesquisador faz por este ou aquele sítio que deve ser salvo, o que deve ser privilegiado, em detrimento dos que serão destruídos por obras de grandes empreendimentos. De qualquer forma, para o sul do Estado esta metodologia de trabalho propiciou a identificação de inúmeros sítios arqueológicos, principalmente da tradição tupi-guarani.

Em 1998, a UNESCO (Universidade do Extremo Sul Catarinense), sob a coordenação do Professor Rodrigo Lavina, efetuou um levantamento arqueológico no futuro trecho de construção da Rodovia Interpraia, situado entre Morro dos Conventos, em Araranguá, e Lagoa dos Esteves, em Içara. Na área, foram registrados cerca de 20 sítios guaranis, sendo três deles escavados: Acampamento da Escola Isolada Lagoa dos Esteves em 1998; Aldeia do Cemitério da Lagoa dos Esteves e Aldeia da Lagoa Mãe Luzia em 1999.

Também em 1998 foi escavada, no município de Imbituba, uma grande aldeia contendo cerca de 25 manchas escuras no solo. O sítio, parcialmente destruído por obras de instalação da ZPE (Zona de Processamento de Exportação), continha estruturas de habitação e combustão, grande quantidade de fragmentos cerâmicos (cerca de 20 mil), indústria lítica formada por lascas de calcedônia, amoladores em canaleta de arenito, machados de basalto polidos, poucos vestígios de fauna e flora, além de sete sepultamentos.¹³ Estudando a cerâmica, percebemos uma homogeneidade considerável em comparação com outros sítios escavados da mesma cultura, confirmando as palavras de Noelli:

O baixo índice de variabilidade nas classes de vasilhas reflete: 1) a capacidade de se adaptar os distintos ecótonos e tipos de sedimentos da Região Sul, reproduzindo o mesmo padrão tecnológico; 2) as mesmas funções em decorrência da manutenção dos padrões de abastecimento e dos hábitos dietários; 3) apesar da tendência de incorporar sistemática-

¹³ IPAT-UNESC, 1999a.

de milhares de pessoas; alguns etnólogos modernos chegam a falar em 2 milhões.⁹

Inquestionável também é o fato da história guarani ser bem conhecida, principalmente do século XVI em diante, quando foram produzidos inúmeros estudos e crônicas, estas últimas, importantes no sentido de observar os costumes vistos sob a ótica de religiosos, bandeirantes, militares e aventureiros que conviveram com os índios. Para a região-foco de nosso estudo, foram escritas crônicas de jesuítas que fundaram reduções próximas de onde hoje se encontram os municípios de Imbituba e Sombrio. Os relatos estão reunidos em coleção organizada pelo Pe. Serafim Leite.

Os guaranis tiveram seus costumes, tradições e sua cultura material um tanto quanto homogêneos em todo o povoamento, embora com algumas variações regionais. É o que pesquisadores como Francisco Noelli e André R. Soares vêm comprovando em estudos tanto da cultura material como da organização social:

O Guarani se comporta de uma forma tradicional, mas o processo histórico pelo qual esta sociedade passa, ao longo do tempo e do contato com outras sociedades não-Guarani, leva os Guarani a adequar o comportamento à nova situação, tendo como exemplo o passado.¹⁰

Logo, os guaranis podem ser estudados de forma global, sem nunca esquecer, é claro, a variabilidade que o meio natural ou o contato com grupos exógenos possam ter acarretado.

A base da dieta estava no cultivo da terra. Plantavam preferencialmente em solo arenoso, no sistema de coivara, isto é, derrubavam e posteriormente queimavam um trecho da mata, cultivando até o esgotamento dos nutrientes do solo, que ocasionaria a abertura de um outro local da floresta, num processo rotativo. Cultivavam várias espécies de mandioca, batata doce e “inglesa”, cará, milho, feijão, amendoim e muitos outros. Eventualmente, plantavam próximo a caminhos e em clareiras naturais. A dieta era completada com a caça de animais terrestres e aéreos, a pesca em rios com cestos-armadilha ou durante a piracema e a coleta de larvas, insetos, mel e moluscos.¹¹

Se com as fontes escritas conhecemos bem o índio carijó¹² colonial, a Arqueologia surge como disciplina fundamental para a compreensão desses povos no pré-contato com a ocupação européia.

⁹ SCHMITZ, 1999, p. 285.

¹⁰ SOARES, 1997, p. 24.

¹¹ NOELLI, 1999-2000.

¹² Os guaranis do litoral tinham outras denominações como “carijós”, “cario” ou ainda “patos”.

As dezoito datações provenientes do sambaqui Jabuticabeira-II, em Jaguaruna – associadas ao estudo sistemático de 200 metros de perfil, aliadas à abertura de trincheiras em diferentes pontos do sambaqui e à escavação de uma pequena área –, não revelaram um único indício de que o sítio tivesse sido abandonado. É, de fato, surpreendente que um sambaqui estivesse ativo durante mais de mil anos; todavia os dados são incontestáveis.⁸

A hierarquia parece ter existido entre os sambaquieiros, sendo considerados os sambaquis maiores como centros concentradores de poder. Os assentamentos mais isolados serviriam como acampamentos sazonais ocupados durante viagens de uma concentração ocupacional para o outro. Caso se credite esta hipótese, poderíamos pensar o sambaqui da zona sul do Rincão, em Içara, como um desses acampamentos, em razão do seu isolamento na paisagem. Cessando em Balneário Esplanada, Jaguaruna, os sambaquis típicos ressurgem com uma certa intensidade somente a partir de Araranguá.

Os horticultores das margens das lagoas

Originários muito provavelmente da floresta amazônica, os guaranis estabeleceram-se nas bordas das lagoas, povoando densamente o litoral sul-catarinense. Migrando através da margem dos contrafortes dos Andes, seguiram no sentido sul até atingirem onde hoje se localiza o Uruguai. Paulatinamente, teriam chegado ao litoral através dos vales de grandes rios, iniciando uma rota inversa, no sentido norte, povoando todo o litoral até o atual Estado do Rio de Janeiro, onde se estagnaram por causa de conflitos bélicos com os tupinambás, do mesmo tronco lingüístico: a grande família Tupi. Atualmente, a teoria de povoamento se apresenta quase que com aprovação unânime dos pesquisadores, sendo formulada e intensamente discutida pelo arqueólogo José Proenza Brochado durante a década de 1980. O início da marcha expansionista teria se dado por volta de 5.000 anos atrás:

Por ocasião da chegada dos europeus, o guarani dominava com exclusividade as florestas subtropicais do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e de Misiones na Argentina, e as florestas tropicais de São Paulo, Mato Grosso do Sul e do Paraguai. Eram centenas

⁸ GASPAR, 2000, p. 45.

O litoral brasileiro é mais ou menos homogêneo, predominando as extensas praias com dunas, vez ou outra recortadas por afloramentos rochosos. As populações sambaquieiras privilegiaram o assentamento

nas regiões de grandes baías e ao longo dos mangues, próximos a afloramentos rochosos (...) Na parte mais meridional, onde o mangue não existe e o litoral se torna continuamente arenoso e linear, os sambaquis foram estabelecidos no meio das dunas, na proximidade das pequenas lagoas temporárias.⁶

Afinal, pescadores-coletores ou coletores-pescadores? A base dietária das populações sambaquieiras era anteriormente quase incontestada, creditada à coleta de moluscos e crustáceos. No entanto, novas pesquisas comprovam a pesca como a principal fonte de recursos alimentares. Ao que nos parece, cada sambaqui deve ser estudado caso a caso, sendo a predominância alimentar determinada pelo maior número de recursos disponíveis em um dado local ou tempo, ora sendo a coleta mais abundante, ora a pesca mais favorável.

O complexo de sambaquis que compõem a paisagem da região de Laguna chama atenção pelo tamanho dos montes, com alguns chegando a medir 30 metros de altura, como o sambaqui da Garopaba do Sul, próximo à lagoa homônima, em Jaguaruna. Apesar de intensamente explorado e já escavado por Rohr, é considerado um dos maiores do mundo, com dimensões de 200 x 100 x 30 metros.⁷ Constantemente é visitado por estudantes, servindo de material didático *in situ* para professores que se preocupam com a pré-história regional.

Uma missão brasileira e norte-americana vem, desde 1999, realizando investigações no sambaqui Jabuticabeira II, em Jaguaruna. Classificaram o sambaqui como local quase que exclusivo de sepultamentos e local construído de maneira ordenada por meio da construção de plataformas.

Os mesmos pesquisadores também se preocuparam em desvendar as relações sociais dos grupos sambaquieiros, concluindo, por seqüências ocupacionais de até 1.000 anos consecutivos, que viviam em sedentariedade considerável.

⁶ PROUS, 1992, p. 206.

⁷ ROHR, 1984, p. 89.

Hoje, os trabalhos aprofundados estão se intensificando, criando um quadro mais preciso sobre os concheiros que deixaram de ser construídos há cerca de 1.000 anos. Contudo, muita especulação persiste, com alguns arqueólogos defendendo hipóteses atualmente em desuso, em detrimento de novos estudos esclarecedores. De onde vieram? É a primeira pergunta que nos é colocada, e, entre as várias hipóteses, a que parece mais plausível é a de que grupos oriundos do interior de onde hoje se localiza o Estado do Paraná teriam se estabelecido no litoral por volta de 8.000 a 6.000 anos atrás, realizando posterior migração em duas frentes: uma no sentido norte, chegando próximo ao atual Estado da Bahia, e uma segunda assentando-se ao longo do litoral sul, até onde hoje se encontra a cidade gaúcha de Torres. Reforça a explicação o fato de que os zoólitos – espetaculares esculturas em pedra – estejam presentes na rota de migração meridional e ausentes na faixa de ocupação setentrional.

Datações de C14 para Sítios Arqueológicos de Pescadores-Coletores do Litoral Sul Catarinense⁵

MUNICÍPIO	SÍTIO	DATAÇÕES
Içara	Barra Velha – SC-IÇ-01	1580 ± 60 1470 ± 60
Jaguaruna	Jabuticabeira II	6.130 ± 245 2.880 ± 75 2.880 ± 75 2.470 ± 55 2.295 ± 90 2.210 ± 60 2.060 ± 85 1.850 ± 40
Laguna	Cabeçuda	4.120 ± 220
Laguna	Caieira	3.230 ± 155 2.770 ± 100 1.240 ± 95
Tubarão	Carniça I	3.370 ± 160 3.210 ± 150 3.040 ± 50 2.400 ± 110
Tubarão	Carniça IA	3.400 ± 150 3.275 ± 125 2.460 ± 100

⁵ Adaptado de LIMA, 1999.

desde meados do século XIX, quando se travaram disputas acadêmicas entre os “naturalistas”, que afirmavam serem os montes de conchas de origem natural, e os “artificialistas”, explicando os sambaquis como produto da ação humana. Mais tarde iriam surgir os defensores da corrente denominada “mista”, considerando os montes como fabricação humana e deposição natural no mesmo local.

Na década de 1920, o engenheiro Silvio Fróes de Abreu realizou coletas esporádicas em sambaquis de Laguna e Imbituba. Concluiu serem os montes fabricados por grupos que baseavam sua alimentação na exploração de recursos marinhos. Também observou a quantidade de esqueletos que afloravam por entre as conchas em virtude da erosão e do conseqüente desmoronamento.²

De fato, a primeira escavação ordenada desses sítios aconteceu apenas em 1950. A exploração foi realizada pelo arqueólogo do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Luís Castro Faria, que obteve uma datação de C14 de 4120 ± 220 anos AP (antes do presente). Trabalhando em um monte contendo cerca de 20 m de altura e um volume de 53.000 m³, Faria escavou até cerca de 7 m de profundidade por 25 m² de área, chamando a atenção o grande número de sepultamentos (300 indivíduos) prospectados. Os esqueletos foram objetos de estudo de Antropologia Biológica por M. C. Mello e Alvim e colaboradores nas décadas de 1960 e 1970. Mais recentemente, Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza realizou estudo paleopatológico ósseo e dentário desses mesmos sepultamentos, resultando na identificação de ciclos de boa recuperação física e de períodos de estresse considerável, principalmente entre os três e quatro anos de idade, concomitantemente com a época do desmame. Os dentes revelaram a inexistência de cáries, prova do desconhecimento da domesticação das plantas.³

Merecem menção honrosa os trabalhos pioneiros do Pe. João Alfredo Rohr, do Colégio Catarinense de Florianópolis, que a partir da década de 1960 catalogou e estudou sambaquis da região de Laguna, empenhando-se pela preservação dos sítios, em vista da indiscriminada destruição para fins de fabrico de cal e compactação de estradas, principalmente. Em uma de suas publicações, datada de 1969, descreveu a imponência dos sambaquis:

Visitamos Jaguaruna, pela primeira vez, em 1961, e jamais esqueceremos o impacto que, na ocasião, nos causaram os gigantescos sambaquis da região que, pelo seu número e, particularmente, pelo seu tamanho, permitem aquilatar, de alguma maneira, o poderio humano que, em tempos idos, campeava naquelas paragens.⁴

² ABREU, 1928.

³ SOUZA, 1999.

⁴ ROHR, 1969, p. 1.

Guaranis migrated to the area under investigation. Apparently a third migration wave of people coming from the plateau to the coast has occurred, archeologically classified by the Taquara ceramic tradition, by those who would become the historical Kaingang. The present article aims at visualizing the population that inhabited the south area of Santa Catarina before the European invasion in order to create a table based on the material culture and, in the case of the Guarani, on the ethno-history contribution.

Keywords: archaeology, prehistory, shell mound, the Guaranis.

Introdução

O presente artigo objetiva apresentar ao leitor as pesquisas arqueológicas no sul de Santa Catarina, que foram e estão sendo desenvolvidas por estudiosos de todo o Brasil, inclusive as pesquisas coordenadas pelo Prof. Rodrigo Lavina, do Setor de Arqueologia do Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas da UNESC. Ao mesmo tempo, levanta problemas e hipóteses ainda muito discutíveis, apresentando um quadro coerente das interpretações sobre as populações pré-históricas, resultantes dos estudos realizados e da vivência pessoal de trabalhos *in loco*.

Não pretendemos realizar um trabalho completo e exaustivo basicamente por três motivos: 1) o exíguo espaço que nos forçou a ocultar algumas fontes importantes, como os trabalhos de Walter Neves e Wesley Hurt;¹ 2) admitir que o estudo está completo é afirmar o objeto de estudo como estático e pré-determinado. Isso não procede na Arqueologia porque, enquanto se produz este artigo, inúmeros pesquisadores estão em campo e, quem sabe, encontrando provas que comprovem ou refutem o quadro da pré-história brasileira; 3) a carência de experiência do autor, aspecto fundamental na Arqueologia.

Os pescadores-coletores da orla marítima

O litoral sul de Santa Catarina despertou há muito tempo o interesse de pesquisadores pelo estudo dos sambaquis. Devido ao tamanho e à quantidade, esses verdadeiros monumentos erguidos principalmente por conchas e restos de peixes se destacam na paisagem da orla marítima. Os concheiros vêm sendo objeto de estudo

¹ NEVES, Walter. Paleogenética de populações pré-históricas do litoral sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina). In *Pesquisas*, n. 43, São Leopoldo, IAP, 1988, 178 p. e HURT, Wesley R. The Interrelationship between the natural environment and four sambaquis, coast of Santa Catarina, Brasil. In *Occasional papers and monographs 1*, Indiana University Museum, Bloomington, 1974.

Dos pescadores-coletores aos horticultores: um breve panorama das primeiras ocupações do litoral sul-catarinense

***From fish collectors to horticulturists: a brief panorama of
the first settlements in the South Coast of Santa Catarina***

Jaisson Teixeira Lino*

Resumo

O litoral sul-catarinense era habitado desde há quatro mil anos por grupos humanos adaptados aos recursos marinhos da costa brasileira há pelo menos 6.500 mil anos. Mais tarde, há 1.000 anos, os guaranis tomaram conta das margens das inúmeras lagoas da região investigada. Tudo leva a crer que uma terceira migração aconteceu, para o litoral, por populações oriundas do planalto, arqueologicamente classificadas pela cerâmica de tradição taquara, provavelmente os que viriam a ser os kaingangs históricos. Este artigo pretende visualizar as populações estabelecidas por estas paragens antes da invasão européia, montando um quadro baseado na cultura material e, no caso dos guaranis, com a contribuição da Etnohistória.

Palavras-chave: Arqueologia, pré-história, sambaqui, os guaranis.

Abstract

Human groups adapted to the sea resources of the Brazilian coast inhabited the south coast of Santa Catarina four thousand years ago. Lately, a thousand years ago, the

* Formado em História pela UNESC e Técnico do Setor de Arqueologia do IPAT/UNESC.

Referências bibliográficas

DA CUNHA, Manuela Carneiro *et alli*. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. As expedições dos jesuítas portugueses ao Sul do Brasil (1553–1640). *Estudos Leopoldenses*, Série História, Unisinos, São Leopoldo, v. 2, n. 2, 1998.

GUTIERREZ, Ramón. *As missões jesuíticas dos guaranis*. Unesco, 1987.

LAVINA, Rodrigo. *Projeto de Salvamento Arqueológico da ZPE Imbituba, SC. Relatório Final*. Criciúma: Unesc, 1999.

_____. Índigenas de Santa Catarina: história de povos invisíveis. In: BRANCHER, Anna. *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

LEITE, Serafim I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

_____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.

_____. *Novas cartas jesuíticas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940.

REITZ, Raulino. *Paróquia de Sombrio*. Sombrio: edição do autor, 1948.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

a socar e coberta com umas folhas e deixam da quela maneira, e pouco a pouco a vão tirando, e pisando-a em um pilaio, a desfazem e poem em uma urupema ao sol, e depois a cozem, mal cozida.⁸

Quanto à caça, o padre Rodrigues diz que eram em grande quantidade, só que de tão preguiçosos não iam caçar.

Quanto à vida social dos carijós, diziam que não eram nada companheiros uns com outros e nem com os de fora, e até para os parentes de sua casa não davam nada, tinham que ter algo em troca. Podia um deles estar em apuros com pesos, que, além de não ajudar, ficavam rindo um dos outros.

A falta de limpeza e higiene, na visão dos religiosos, era de assustar. Além de chamar os índios de preguiçosos, consideravam-nos sujos e porcos. Relatam que, com a mesma água que bebiam, lavavam os pés, seus alimentos, suas redes e tipóias, e na fonte de água que usam para beber fazem também sua higiene pessoal. Suas casas e camas, em todos os lugares, continham grande número de bichos de pé e pulgas, mas não se assustavam com tanta imundícia; os cães, por serem grandes amigos, andavam no meio dos carijós, onde eles estivessem. Os carijós urinavam onde tinham vontade, na rede, onde comiam, em qualquer local da casa.

Um dos fatos vistos pelo padre Jerónimo Rodrigues, que muito o assustou, é o que diz respeito ao sexo:

No vicio da carne são sujíssimos, tem muitas mulheres, tem as sobrinhas por mulheres, suas irmãs, suas madrastras, as filhas das mulheres, suas anteadas, tem também por mulheres, as netas, filhas de suas verdadeiras filhas, e alguns tem por mulheres as próprias filhas. E o que mais espanta é haver índias que tem dois maridos, e destas muitas, ambos estão junto com elas.⁹

É claro que esse caráter igualitário dos índios carijós, no modo de trabalhar, comer, folgar, casar, e outros, ofende a ideologia puritana e individualista dos jesuítas. E por isso não devemos tirar conclusões dos carijós somente pelos relatos dos missionários, que pensavam e agiam de uma forma contrária. Sabemos, sim, que, segundo os poucos estudos feitos sobre os carijós (nesse caso, no sul de Santa Catarina), está certo que foram uma importante cultura, muito bem organizada tecnologicamente.

⁸ RODRIGUES, Jerónimo. In: LEITE, Serafim I. *Novas cartas jesuíticas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940, p. 233.

⁹ RODRIGUES, Jerónimo. In: LEITE, Serafim I. *Novas cartas jesuíticas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940, p. 232.

Em relação aos carijós, esse pensamento etnocêntrico é perceptível em todos os relatos feitos pelo Padre Jerónimo Rodrigues.

Sabemos que não dispomos de muitas fontes para estudar os índios carijós de nossa região, que viveram aqui no contato com os jesuítas, o que temos são os relatos deixados por eles, por isso devemos saber interpretar de forma coerente os escritos deixados, pois há neles os medos e desejos de tentar catequizar os carijós.

Os jesuítas ficam impressionados quando se referem à forma de cultivo feito pelos carijós. Seus métodos, tanto na preparação do terreno como no cultivo de alimentos como mandiocas, feijão, milho, batata, abóbora, eram precários, sem que houvesse cuidado algum tanto com a terra como com os alimentos. O que mais os impressionou é que, mesmo assim, seus alimentos eram produzidos em quantidade, apesar de, segundo informações deixadas pelos jesuítas, suas terras não serem nada férteis, pelo contrário, eram arenosas e úmidas.

E mesmo como as árvores são pequenas e pau mole, facilmente fazem sua roça, a qual acabando de a queimarem, logo plantam, sem fazerem coivara, nem fazerem covas para a mandioca, mas com o cabo de cunha, com que derribaram a roça, fazem um buraquinho no chão e ali metem o pau da mandiba, e muitas vezes sem, lhe fazerem buraco.

Mas devemos analisar que os “defeitos” dos carijós não eram a sua inferioridade nem o seu atraso na maneira de como plantavam. Devemos observar que a forma de vida dos carijós, em relação aos jesuítas, é muito diferente.

Os jesuítas observam que os carijós tinham seu ano dividido em quatro partes. Nos primeiros três meses, comiam milho, em seguida favas e abóboras, nos seguintes comiam alguma mandioca e nos últimos três comiam farinha de uma palmerinha. Para os jesuítas, os índios comiam isso porque eram preguiçosos e se contentavam com pouco; além disso, não eram higiênicos e comiam para encher a barriga, sem que houvesse gosto. Quanto à preparação dos alimentos como o peixe e a carne, além de os comerem malcozidos, do peixe não tiravam nem as escamas e nem os lavavam. Quanto às aves, eram maldepenadas e colocavam no fogo sem lavar.

Sobre a preparação de farinha ralada, os jesuítas relatam:

Nem tem espremedores, nem tatapecoabas, nem o sabem fazer. A mandioca, depois de estar podre, trazem-na da roça. E fazendo uma cova na areia, do tamanho de meio barril, fora de casa, poe-lhe umas folhas de baixo e ali batem e quando cansam, poem o pilão na areia, tornando

ram várias conversões ao cristianismo, posteriormente dirigindo-se para o Rio Grande, onde concentrariam a maior parte de seus trabalhos. Em virtude do relativo sucesso missionário desses dois padres, outra missão é realizada em 1637 pelo mesmo padre Francisco Moraes, no entanto a dizimação indígena já latente nessa época, associada à ação de bandeirantes, põe à bancarrota todo o projeto jesuítico na região. Em 1640, ações políticas influenciadas por grandes escravocratas expulsam e proíbem a prática missionária ao sul da capitania de São Vicente.

Na maneira de conclusão: os costumes indígenas vistos pela ótica dos religiosos

E os daqui lhes vem a serem a mais preguiçosa gente que se pode achar, porque desde pela manhã até a noite, e toda a vida, não tem ocupação alguma: tudo é buscar de comer, estarem deitados nas redes.⁶

Neste primeiro momento, percebemos que a afirmação do padre jesuíta Jerónimo Rodrigues está carregada de preconceito pela sua visão “etno e eurocêntrica”, pois os jesuítas, provenientes da Europa, em contato com uma outra etnia (neste caso os carijós), observam “outro modo de vida”, diferente dos padrões conhecidos por eles, e, nesse confronto, há uma supervalorização de uma cultura em detrimento da outra, ou como nos diz Everardo P. Guimarães Rocha:

Nossas próprias atitudes frente a outros grupos sociais com os quais convivemos nas grandes cidades são, muitas vezes, repletas de resquícios de atitudes etnocêntricas. Rotulamos e aplicamos estereótipos através dos quais nos guiamos para o confronto cotidiano com a diferença. As idéias etnocêntricas que temos sobre as “mulheres”, os “negros”, os “empregados”, os “Paraíbas de obras”, os “doidões”, os “surfistas”, os “caretas”, as “dondocas”, os “vagabundos” os gays e todos os demais “outros” com os quais temos familiaridade, são espécie de “conhecimento” um “saber”, baseado em formulações ideológicas, que no fundo transforma diferença pura e simples num juízo de valor perigosamente etnocêntrico.⁷

⁶ RODRIGUES, Jerónimo. In: LEITE, Serafim I. *Novas cartas jesuíticas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940, p. 230.

⁷ ROCHA, Everardo P. Guimarães Rocha. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 19-20.

vam aquela cidade e não São Paulo, cujos habitantes se julgavam os donos legítimos de todo o território ao sul da capitania.⁵

Os conflitos com as bandeiras se acentuando, somado ao embargo econômico executado pelos governos das províncias de Santos, São Vicente e São Paulo, devido provavelmente aos laços dessas províncias com a preagem dos indígenas, uma missão jesuítica, em 1619, novamente fracassa nesta região.

Apesar desses fracassos sucessivos, a tentativa de criar uma redução religiosa na região de Laguna e Embitiba por parte dos jesuítas não tinha cessado. Prova disso é a formação de uma nova expedição comandada pelo Padre Antônio de Araújo, dela também fazendo parte novamente o padre João de Almeida, com partida no final do ano de 1622. Aproximadamente dois anos após o estabelecimento da redução, o Padre João de Almeida, provavelmente devido a divergências com o seu colega de batina, abandona a missão e retorna ao Rio de Janeiro. Em seu lugar chega o Padre Pedro Mota. Existem dúvidas sobre a localização exata dessa redução, porém as crônicas deixadas transparecem ser Embitiba o local do assentamento.

De Embitiba (supostamente) rumaram para Laguna, onde também fixaram residência e fundaram uma igreja. Marcharam rumo ao Rio Grande, convertendo os índios que encontravam pelo caminho, mas, sabendo da ação de bandeiras na região de Laguna, voltaram e pediram ajuda à ordem, estabelecida na capitania do Rio de Janeiro. Em socorro, o próprio Reitor do Colégio Jesuíta rumou para o Sul. Chegando aqui, atesta a precariedade da redução e fecha-a, levando consigo, além dos padres, cerca de 200 índios carijós. A alegação era a mesma, isto é, os padres presumiam uma melhor “cristianização” dos indígenas no Rio de Janeiro. E a história não muda, muitos índios e o Padre Pedro Mota morrem durante a viagem, foi vítima de uma emboscada bandeirante, na qual foram aprisionadas centenas de pessoas.

Cada vez mais a empreitada jesuíta se apresentava difícil. Em 1631, nova missão é organizada, porém não chega a ser realizada. Seria efetuada pelos padres João de Mendonça e Francisco Morais. Em 1635, partem os padres Inácio Sequeira e Francisco Morais. Assentados em Laguna, entram em sérios conflitos com bandeirantes já estabelecidos no porto, sendo inclusive ameaçados de terem suas embarcações queimadas. Desse local, caminhando, chegam a Membitiba, onde fize-

⁵ REITZ, Raulino. *Paróquia de Sombrio*. Sombrio: edição do autor, 1940, p. 20.

buição entre os moradores, para servirem de escravos. A principal alegação dos padres, para deixarem a região de Embitiba, era a de que havia população escassa, isto é, poucos moradores portugueses. Sendo assim, os índios da vasta nação guarani que aqui viviam não eram considerados “moradores”? Outra vez aparece o preconceito e a discriminação para com os povos nativos desta região. Também podemos apontar como causa da partida dos padres a grande dificuldade apresentada no tocante à conversão dos indígenas ao catolicismo.

Pouco se sabe sobre a expedição dos jesuítas Afonso Gago e João de Almeida realizada em 1609, em razão dos poucos relatos deixados pelos padres. Apesar disso, é provável que ambos estiveram no sul de Santa Catarina e tenham entrado em contato com o povo carijó. Levantamos essa hipótese pelo fato de os missionários terem percorrido a pé o trajeto da viagem, indo ao encontro de outro grupo de jesuítas – só que espanhóis – estacionados no Rio Grande do Sul. A finalidade da expedição era a mesma: agrupar os índios em aldeias e catequizá-los, mas a empreitada falhou, segundo os jesuítas, por causa da hostilidade da parte dos carijós.

A terceira expedição com destino à Região Sul acontece em 1617 e é formada pelos padres João Fernandes Gato e, novamente, João de Almeida. A viagem foi realizada de barco do Rio de Janeiro à Ilha de Santa Catarina. Daí em diante, partiram a pé rumo ao sul, passando pela Laguna dos Patos e se estabelecendo em Membitiba, aldeia que, tudo leva a crer, se localizava próxima a onde hoje se encontra o município de Passo de Torres. Logo após a chegada dos jesuítas, deu-se início à velha rivalidade entre jesuítas e bandeirantes. Fato registrado pelos padres é o caso de os paulistas terem mandado aviso para um “tubarão” (espécie de intermediário entre os paulistas e os índios no processo de escravização) de Laguna avisando-o de que os dois homens que ali chegaram eram perigosíssimos, alertando a todas as tribos que estes queriam o seu mal. Credita-se esse acontecimento à antipatia dos povos dali para com os jesuítas. Prova de que essa rejeição durou pouco é a quantidade de índios que os padres reduziram e doutrinarão: cerca de 4.000 pessoas, segundo a crônica. João Fernandes Gato e João de Almeida tiveram a idéia – nada original – de transportar para o Rio de Janeiro essas tribos:

Pensaram os padres em transportar consigo 3 ou 4.000 índios dos muitos milhares que se haviam posto sob a sua influência. Neste sentido pediram farinha e embarcações de alto bordo a Salvador Correia de Sá. Embargaram o pedido alguns moradores de São Vicente e Cananéia, que reservavam a si o direito de presa sobre os Carijó. Os índios retirados pelos jesuítas aos sertões dos Patos e levados para o Rio, auxilia-

duas cabanas, localizava-se em terras onde hoje encontramos o município de Imbituba, no sul catarinense. Continuaram tentando a catequese dos índios e, no mesmo mês da chegada (agosto), rezaram as primeiras missas. Fato no mínimo curioso, que merece algumas linhas no presente texto, é a superstição e a crença de que a região era habitada por demônios:

Mas como o Demônio via que tínhamos igreja, e que dia do Bem aventurado S. Bartolomeu se haviam de dizer as primeiras missas e celebrar os divinos ofícios e tomar posse, de parte de Deus, de gente que ele tantos mil anos tinha em seu poder, estando o tempo mui sereno e o dia claro e bonançoso, em o ponto que começamos a tirar o ornamento e consertar o altar para ao outro dia dizermos missa, não pode sofrer o desaventurado, e ordenando uma tempestade de relâmpagos, trovões, vento e chuva, parece que visivelmente que andavam os demônios, e que bem mostravam o sentimento que tinham com nossa vinda, e foi tão grande que, com estar a igreja mui bem coberta e de boa cobertura, nos molhou o ornamento, e frontal, deu com a imagem no chão, parece pera ver se lhe podia quebrar a vidraça e nem bastou cobrir o Padre o altar com peles.⁴

Portanto, para os padres, os territórios em que havia apenas “selvagens” sem religião eram na verdade terras em que os “demônios e os “maus espíritos” predominavam sobre o suposto “bem” pregado pelos padres. Ficava clara, então, a visão de que os carijós, assim como todos os povos autóctones da América, não tinham religião e/ou esta era conduzida por Satanás.

Dois anos se passaram, e então Jerônimo Rodrigues e João Lobato decidem voltar para o que eles chamavam de civilização. Os frutos desses anos, nos quais aqui tentaram impor a fé católica sobre as crenças indígenas, foram cerca de 150 índios aldeados e catequizados. Segundo a crônica de Jerônimo Rodrigues, para que os carijós aldeados tivessem um melhor ensinamento de doutrina católica, os missionários decidiram levá-los para o Rio de Janeiro, com a justificativa de que com isso os índios aprenderiam como viver “civilizadamente”. A empreitada não foi das mais felizes, pois quando voltavam tiveram que aportar suas embarcações em Santos em virtude de ventos contrários. Nesse local, o capitão-mor do porto proibiu que os índios tivessem direito a sair da capitania. Essa jogada, na verdade, teve como intuito o apresamento desses carijós e, conseqüentemente, a sua distri-

⁴ RODRIGUES, Jerónimo. In: LEITE, Serafim I. *Novas Cartas Jesuíticas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940, p. 220.

Sua finalidade essencial estava em assegurar a concentração de maneira a possibilitar uma aprendizagem eficaz da doutrina e um rigoroso controle tributário. Novamente aqui convergiam as razões de índole religiosa com as de caráter político-econômico para definir um novo sistema de organização.³

Um problema dessas reduções que merece a nossa atenção era o fato de que, com o ajuntamento dos carijós em uma única residência, era facilitada em muito a ação bandeirante, pois estes não precisariam se dispersar para capturar os carijós do litoral, estando todos aldeados em um único lugar. Surgiram daí os conflitos rotineiros que aconteceram entre padres e apresadores.

As expedições ao sul catarinense no século XVII

A primeira expedição missionária com propósitos reais de aldeamento dos carijós no sul catarinense partiu da cidade de Santos, em 27 de março de 1605. A expedição era composta pelos padres jesuítas Jerónimo Rodrigues e João Lobato, acompanhados por sete indígenas guaranis já cristianizados e aldeados em territórios dos atuais Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, viajando por terra até o porto de Paranaguá, pertencente hoje ao território do Paraná, e desse porto ao porto da Laguna de los Patos, hoje na área provável do município de Laguna, em 11 de agosto de 1605. Após a chegada, os padres enviaram mensageiros indígenas, que faziam parte do grupo que veio de Santos, a fim de avisar as aldeias da região da chegada dos missionários e, após três dias, foram ao encontro dos padres cerca de 17 índios.

Falhado o intento de fazer com que os índios viessem até eles, trataram os jesuítas então de saírem em visita às aldeias, viajando em direção sul. Uma das aldeias visitadas chamou a atenção dos religiosos pelo fato de os carijós que ali habitavam já terem conhecimento da religião cristã, que, segundo esses mesmos habitantes, teria sido “pregada” por pessoas que ali teriam passado há muito tempo. Esse fato causou espanto aos padres jesuítas pelo quase total esquecimento da doutrina católica, ou seja, continuavam praticando os próprios costumes e religião característica da cultura guarani. Resolveram estabelecer residência nesse local, batizando-o de Embitiba. Acredita-se que essa aldeia carijó, composta por apenas

³ GUTIERREZ, Ramón. *As missões jesuíticas dos guaranis*. Unesco, 1987, p. 9-10.

cario ou ainda **patos**. O extermínio deu-se em grande parte pelo apresamento indígena por parte de bandeirantes vicentistas, com a finalidade de escravização nas lavouras dessa província. Outro fator que contribuiu para a dizimação dos carijós foram as doenças trazidas pelos europeus. O aprisionamento se deu pela troca de indígenas por instrumentos, como atesta o trecho abaixo:

Este assim chamado “resgate de cativos” parece ter iniciado, a se crer na documentação, pela troca de prisioneiros de guerra, feitos pelos Cario e destinados à morte em terreiro e à antropofagia ritual, por ferramentas de metal. Porém, devido à falta crônica de mão de obra nas povoações vicentistas, este apresamento vai tomando proporções cada vez maiores, causando o desaparecimento de aldeias inteiras.²

Portanto, já nos idos do século XVII, a população carijó das regiões onde hoje se encontra o sul do Estado de Santa Catarina estava despovoada.

Um pouco de história jesuítica

A ordem religiosa dos jesuítas, a Companhia de Jesus, foi fundada em 1510 com o propósito de contra-atacar a ofensiva protestante na Europa e tentar cristianizar os povos aqui já existentes na época da chegada dos europeus. Aportaram na América, mais precisamente em 1567, tentando converter os índios, mas depois de um certo tempo os deixavam, voltando estes rapidamente à sua religião. A proposta de catequização jesuítica falhou, fazendo com que os religiosos mudassem as suas práticas, adotando a ação de persuasão e formação de residências jesuíticas entre as tribos. A ordem religiosa dos jesuítas aportou na capitania da Bahia em 1549 e, nesse mesmo ano, partiu e estabeleceu residência em São Vicente. Sairiam daí outras missões que iriam se implantar no Sul do Brasil.

A imposição da religião católica pelos padres jesuítas foi, então, o modo de conversão usado no sul de Santa Catarina entre os carijós. Com a concentração dos índios em uma única aldeia, formada por habitações, igreja e uma área de plantio, além de impor a religião católica, os religiosos também persuadiam as tribos a adotarem práticas culturais e políticas de acordo com o sistema europeu vigente na época. Eis então o objetivo central das reduções:

² LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: história de povos invisíveis. In: BRANCHER, Anna et alli. *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 77.

O ciclo das expedições se inicia em 1605, mas não poucas vezes houve padres em busca de almas para cristianizar em épocas anteriores. No século XVI, os padres da Ordem dos Franciscanos, na maioria espanhóis, passaram e mantiveram contato com os índios do litoral sul. No entanto, não temos notícia de estabelecimento de reduções aqui por parte destes.

Um pouco de história guarani

Do Estado de São Paulo, na região de Cananéia-Iguape, ao Rio Grande do Sul, e do litoral Atlântico até o Chaco paraguaio, essa era a área de abrangência dos povos guaranis no Sul do Brasil. Porém, vale destacar que em muitas regiões, nessa área de ocupação guarani, havia vazios. Citamos, a título de exemplo, as regiões do planalto dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, onde a população era formada por grupos de caçadores-coletores do grupo lingüístico Jê. Segundo uma teoria de imigração formulada por José Proenza Brochado, grupos guaranis teriam descido através da borda ocidental, onde hoje se localiza o território brasileiro, provavelmente atrás de novas terras para o plantio, estabelecendo-se com grande população nas margens dos rios Paraná e Paraguai. Após a chegada ao atual Rio Grande do Sul, teriam imigrado pelo litoral no sentido sul-norte, chegando até São Paulo, cessando o processo em virtude das hostilidades para com as tribos de mesmo tronco lingüístico, porém inimigas: os tupinambás.

Vamos nos deter agora ao estudo dos guaranis do sul catarinense. Já viviam nesta região por volta de 1.000 anos atrás, havendo um grande contingente populacional, principalmente nas bordas das lagoas, geografia predominante. Entretanto, os números sobre a demografia da região são incertos, suscitando várias contradições entre as pesquisas efetuadas, necessitando ainda de novas investigações.

O modo de vida guarani baseava-se na horticultura de mandioca e milho, cultivados pelo sistema de coivara, ou seja, derrubavam a mata, abrindo espaço para o plantio, até que, esgotados os nutrientes do solo, abriam novo campo em outro lugar. O complemento da dieta era baseado na caça de animais terrestres, na pesca e na coleta de raízes, sementes e moluscos. As aldeias podiam ter de duas a três habitações, porém eventualmente havia um contingente habitacional maior. Hipoteticamente, habitavam em torno de 200 a 300 pessoas cada aldeia.

Logo veio consumação da invasão européia, e, daí, para o extermínio guarani decorrem apenas dois séculos. Quando aqui chegaram, primeiro os viajantes e depois bandeirantes e missionários, batizaram as tribos aqui localizadas de **carijó**,

Abstract

The Jesuit expeditions to the south of Santa Catarina intended the religious conversion of the Indians who lived here, that is, the Carijós, peoples belonging to the great Tupi-Guarani nation. The reports left by the priests who participated in those missions reveal not merely their own route and deeds, but Indian cultural aspects seen from the European perspective. The priests considered necessary to implant the doctrine that would finish with all vices of the “barbarians”. The Bandeirantes, who came from São Vicente captaincy, also played an important role in history by the ordinary capture of natives and conflicts with the Jesuits, which would last until the expulsion of the Company of Jesus from Brazil in 1759. At the end of the 17th century, the Carijós who lived were almost exterminated by diseases and by slave captures.

Keywords: expeditions, Jesuits, Indians, the “Carijós”, ethnocentrism.

Introdução

A história dos povos indígenas é, no dizer do historiador Rodrigo Lavina, “a história dos povos invisíveis”.¹ Afinal, a bibliografia é escassa sobre o assunto e a história tradicional insiste em deixar de lado os primeiros ocupantes do território. Então, existe muito a ser estudado, principalmente sobre a ocupação indígena na região sul-catarinense. Para melhor situar o leitor, o foco de nosso estudo estende-se do município de Garopaba, no centro-sul de Santa Catarina, ao município de Passo de Torres, atual divisa com o Estado do Rio Grande do Sul, e do litoral à encosta da Serra Geral. Buscamos então realizar um estudo sobre os povos ocupantes desta faixa de terra, os grupos de cultura tupi-guarani, os quais, após o contato com o europeu, ficaram mais conhecidos como carijó, cario ou ainda patos. Foram adotadas essas denominações porque os povos guaranis ocupavam, na época, um território muito abrangente, tornando, portanto, essas denominações vagas e imprecisas.

No texto, também serão levantadas questões sobre as missões religiosas estabelecidas pelos jesuítas e as relações dos padres com os carijós. Estes assuntos, repetimos, provêm de fontes escassas, sendo o grosso das informações retirado das crônicas dos padres jesuítas que participaram dessas expedições, não se tratando, porém, de fontes totalmente confiáveis.

¹ LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: história de povos invisíveis. IN: BRANCHER, Anna (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

A cruz entre o mar e as lagoas: expedições jesuíticas ao sul do Estado de Santa Catarina no século XVII

***The cross between the sea and the lagoons: Jesuitics
expeditions to the South of Santa Catarina in the 17th century***

Jaisson Teixeira Lino*

Juliano Bitencourt Campos**

Resumo

As expedições jesuíticas ao sul do atual Estado de Santa Catarina visaram à catequização do índio que aqui vivia, isto é, os carijós, povos que eram pertencentes à extensa nação tupi-guarani. Os relatos deixados pelos padres participantes dessas missões trazem não só as trajetórias e feitos desses religiosos, como também aspectos da cultura indígena vistos sob a ótica do europeu. Desse modo, os religiosos julgavam ser necessário implantar a doutrina que acabaria com todos os vícios desses povos “bárbaros”. Os bandeirantes, vindos da capitania de São Vicente, também protagonizam a história, com o rotineiro apresamento de nativos e conflitos com os jesuítas, que perdurariam até a expulsão da Companhia de Jesus, do Brasil, em 1759. No final do século XVII, os carijós da região estariam quase todos exterminados, tanto por doenças como pelas capturas escravizatórias.

Palavras-chave: expedições, jesuítas, índios, carijó, etnocentrismo.

* Formado em História pela UNESC e Técnico do Setor de Arqueologia do IPAT/UNESC.

** Formado em História pela UNESC e Técnico do Setor de Arqueologia do IPAT/UNESC.

um pouco desse tipo as orientações práticas que o estudo da história pode fornecer. Não dão nenhuma segurança, nenhuma certeza, mas na ausência dessas expectativas criadas, ora pela nossa experiência pessoal, ora pelo estudo da história, simplesmente não fazemos nada se a conduta dos outros for totalmente imprevisível.

E, encerrando esta exposição, espero que tenha ficado claro porque estou gostando de falar aqui na UNESCO. Em primeiro lugar, porque ainda não sofri nada, apesar de só eu ter falado, e não me pareceu que ninguém estivesse furioso e armado. Em segundo lugar, porque acredito que aquilo que abstratamente é referido como sendo o conhecimento histórico é, na verdade, o resultado da ação não apenas dos grandes intelectuais, mas também dos colegas e futuros colegas que não são tão famosos. Tomar conhecimento da forma como a história é pensada, percebida ou imaginada por colegas que antes desconhecia é importante, inclusive para saber se aquilo que falo é apenas resultado de meu interesse pessoal e envolvimento subjetivo com certos temas ou, ao contrário, ajuda a construir a linguagem comum de nossa disciplina. Se, de fato, ajudo a construí-la é pela capacidade de também provocar o desconforto e a incerteza que eu tenho com relação àquilo que penso.

As diversas variáveis que seriam possivelmente incorporadas em uma história local do fenômeno são muitas para que se possa realmente efetivar uma história global. Mais do que isso, a comunidade também global de historiadores se coloca como interlocutora no diálogo, de forma que a institucionalização de grupos no ambiente historiográfico brasileiro às vezes pode ser mais fácil se orientada pela discussão internacional, do que pela tentativa de legitimar posições em função do debate exclusivamente brasileiro.

Uma das vantagens das demandas por uma história global é, de um lado, o comparativismo, capaz de revelar elementos que estudos de um único universo empírico seriam incapazes. Para aqueles que fazem história regional ou local no Brasil, as demandas globais podem significar um impulso e podem aumentar a relevância dessas histórias locais ou regionais por tomá-las como exemplos de processos globais. Assim, um estudo sobre Criciúma poderia assumir relevância internacional quando incorporado a um suposto estudo global sobre o impacto do fim da atividade mineradora, fenômeno que aconteceu em várias cidades do mundo, causando problemas de desemprego e desorientação nessas regiões e onde foram ou não encontradas soluções.

Obviamente não sou eu quem faria agora essa pesquisa, se é que já não foi feita, mas a sugestão envolve um tópico que julgo importante destacar. Afinal a História pode ou não produzir orientações para a vida prática? Se não acreditamos na possibilidade de conhecer o sentido da história, certamente não encontraremos nela a previsão de comportamento do presente e do futuro. Com efeito, talvez sejam mais confiáveis os horóscopos e os búzios do que os flagrantes erros que sobrevivem quando os historiadores resolvem fazer previsões. Mas o estudo de processos históricos similares em ambientes diferentes pode nos revelar as possibilidades de futuro. É por isso que digo que a História pode diminuir as incertezas, uma vez que possamos aprender o quanto a vida das pessoas depende em parte de sua própria vontade e o quanto independe. Dessa forma, não é o futuro que se revela a partir da pesquisa histórica, mas o quanto podemos confiar ou ter esperanças nesse futuro e o quanto tais esperanças dependem de nossa ação ou dependem da ação de outros que podemos influenciar. Em todas essas situações, a pesquisa histórica se converte em orientação para a vida prática, uma orientação tão segura quanto as expectativas que eventualmente alimentamos sobre a ação alheia. Eu, por exemplo, vim fazer uma exposição aqui porque acredito que tudo vai dar certo e nenhum de vocês, mesmo detestando o que falei, vai me esfaquear ao término dessa aula inaugural. Não conheço nenhum de vocês, mas alimento a expectativa que posso sair daqui repensando muitas coisas, mas não virei a sofrer nenhum prejuízo físico. São

até que ponto somos nós que preferimos um professor ou é o professor que nos escolhe. Não tenho respostas genéricas a essa dúvida, pois acredito que ambos os fenômenos podem acontecer. Mas isso nos coloca diante do problema mais geral da explicação em História. São as preferências, ações e sentidos subjetivamente atribuídos ao correr do tempo que constituem o sentido da história, ou a história é um processo que cria os sujeitos que são os personagens dessa narração, inclusive nós próprios?

Essa é uma questão que vai assumindo maior relevância, porque, no momento atual, existem os grupos consolidados ou em crescimento no sistema universitário do Brasil, mas existe também um forte intercâmbio entre intelectuais do Brasil e do exterior, tanto em virtude de sistemas de financiamento de viagens de estudos e pesquisas, quanto em função da própria Internet, que permite uma rápida troca de informações. Com isso, e por ambas as coisas, os financiamentos de viagens e a Internet, o centro mundial principal da produção historiográfica vem deixando de ser a França para ser os Estados Unidos, e muitas das preferências historiográficas hoje adotadas no Brasil emergiram nesse último país. O próprio contato por meio da Internet permite o intercâmbio com outros países e mesmo dentro do Brasil. Muitas pessoas que viria a conhecer em eventos acadêmicos, eu as conheci antes por meio de troca de correios eletrônicos, debatendo temas específicos ou trocando breves informações e bibliografia. São o crescimento desses contatos e o próprio processo de abertura mundial dos mercados que têm feito crescer uma perspectiva de História que é impressionantemente mais ampla e mais restrita do que já temos visto. As demandas de uma “história global” são certamente mais amplas que as histórias nacionais e locais das quais falava antes, porque supõem que determinados processos que ocorrem em determinados locais se relacionam a outros em outros locais do mundo. Então, a história da escravidão no Brasil não é apenas um fenômeno que diga respeito à forma como se organizou a sociedade e o trabalho no Brasil, mas à forma como se desorganizaram os sistemas produtivos na África, como se acumularam capitais na Europa e como populações brasileiras libertas resolveram voltar para a África levando consigo o catolicismo, a língua portuguesa, determinadas culturas agrícolas e mesmo o monopólio do comércio de azeite de dendê. Assim, a demanda por uma “história global” tende a fazer com que perca sentido o interesse específico pela história nacional. Contudo, essa “história global” reduz muito o âmbito dos temas de pesquisa, de modo, que uma história global da escravidão não pode tratar simultaneamente do processo produtivo, do intercâmbio cultural, dos preços no mercado, do processo de organização, do controle, da resistência, dos grupos étnicos, das relações de gênero, etc.

Essa distinção entre o que é exatamente “nacional” e o que é “regional” se revela em outros momentos, que dizem respeito a recursos de pesquisa. Certa vez, estive envolvido na organização de um evento na área de História Econômica que se definia como “regional”, mas não era exclusivo do Rio Grande do Sul, uma vez que o centro do debate era a relação do Estado Nacional com as regiões, e isso supunha comparações de Brasil, Argentina e Uruguai. Com efeito, vieram muitos argentinos e uruguaios e o evento teve altíssima qualidade acadêmica, talvez um dos de maior qualidade do qual participei no Brasil. Um dos pedidos de financiamento foi encaminhado para um órgão, que se negou a financiar porque se tratava de um evento meramente “regional”. O evento era claramente internacional, mas bastou o nome “regional” para que o consultor o considerasse pouco relevante. Isso é poder, e um poder que se manifesta por meio das palavras utilizadas e que, claramente, confere maior ou menor importância a um evento acadêmico em função das palavras que são nele utilizadas.

Mas por quê convivem tantas perspectivas de história? A expansão do sistema universitário no Brasil, com a inclusão de diferentes grupos sociais, possibilitou que interesses de pesquisa se manifestassem e se consolidassem. Então, os estudos de gênero, abordando diferenças e a construção histórica daquilo que é masculino e daquilo que é feminino, são mais institucionalizados aqui em Santa Catarina que no Rio Grande do Sul, em função do forte grupo que desenvolve esse tipo de trabalho há vários anos na UFSC. Contudo, é interessante verificar que o termo “gênero”, no Brasil, versa principalmente sobre história de mulheres, entre outros motivos, porque são raros os homens que se interrogam sobre esse tema ou se interrogam sobre o que é e como se construiu historicamente a masculinidade. Não é à toa também que muitos dos trabalhos sobre imigração alemã e italiana, tanto em Santa Catarina quanto no Rio Grande do Sul, são feitos, respectivamente, por descendentes desses imigrantes e isso não apenas devido à barreira da língua. É como se as tendências temáticas de História não dependessem muito de um desenvolvimento autônomo da disciplina, mas da necessidade de definir um lugar legítimo dos grupos sociais que são incorporados ao ambiente acadêmico.

Mas é claro que nem tudo se explica de forma tão simples, pois, caso contrário, toda avaliação historiográfica não passaria de uma versão de mau-gosto de uma psicanálise de botequim. É o sistema de funcionamento da historiografia que também cria as preferências de pesquisa. E isso é bastante interessante porque percebemos que nossas preferências e interesses de pesquisa se pautam, por um lado, por nossos interesses subjetivos e, por outro lado, pelo sistema que nos autoriza a preferir isto a aquilo. Com isso, somos capazes de nos perguntar até que ponto somos nós que escolhemos um tema ou é o tema que nos escolhe. Ou mesmo,

versitário perde seu valor quando existe em demasia. Assim, é muito comum que mestres formados no Rio Grande do Sul só obtenham emprego em outros Estados, como Santa Catarina, Paraná, ou mesmo Bahia e Alagoas, onde, aparentemente, faltam mestres para ocupar postos universitários.

Ao dizer que o Rio Grande do Sul “exporta” pós-graduados, como São Paulo também o faz, acabo indicando a existência de uma rede de influências intelectuais na qual a historiografia rio-grandense se porta como um centro, certamente um centro de menor importância que Rio ou São Paulo, mas um centro importante. E isso não ocorre apenas em virtude do desenvolvimento intelectual, mas principalmente em virtude de certa conformação do mercado de trabalho universitário. Com efeito, a rede de cursos de graduação em História nas universidades comunitárias do Rio Grande do Sul, ao lado de uma disseminação de universidades públicas pelo interior, que é certamente maior que em Santa Catarina, faz com que a reflexão sobre a História no Rio Grande do Sul tenda a se converter em referência mais importante no Brasil do que aquela feita em Santa Catarina, e isso ocorre – volto a frisar – não porque os gaúchos sejam mais inteligentes, mas porque as redes institucionais creio que são mais coesas.

Esse grau de institucionalidade obtido no Rio Grande do Sul transparece em vários momentos, mas é especialmente evidente quando não se limita à produção historiográfica de caráter regional. Com efeito, o crescimento das pós-graduações em História levou a que se produzissem muitos trabalhos sobre outras regiões do Brasil, que não apenas Rio e São Paulo. Isso passou a ser conhecido como “história regional”, que teria um caráter diferente da “história nacional” cuja pesquisa empírica trata de Rio e São Paulo. Então, no Brasil, haveria dois tipos de história: a História do Brasil e as “histórias regionais”. Quem faz a primeira não precisaria se preocupar com a segunda; e quem faz a segunda não teria capacidade de fazer a primeira. Muito bem, estão todos acomodados em seus lugares, mas são exatamente esses lugares que representam as posições de poder acadêmico. E esse poder acadêmico se manifesta simbolicamente na forma de convites, honorarias, citações, construção de renome, etc. Isso não são apenas detalhes. Recentemente li um trabalho sobre a história do movimento operário em Sergipe e, embora o autor citasse alguns textos metodológicos sobre o mesmo tema no Rio Grande do Sul, certamente seu trabalho seria melhor se tivesse lido mais da bibliografia produzida para esse Estado, pois teria elementos para comparações mais profundas e sofisticadas para o conhecimento de seu universo regional. O autor não fez isso, porque a institucionalização de uma “história nacional” e várias “histórias regionais”, que não interessariam umas às outras, faz com que dificilmente consideremos autoridades historiográficas no Brasil aquelas que se dedicam à pesquisa regional. Assim, cada região fica com seus historiadores, e as autoridades historiográficas que se proclamam “nacionais” não são abaladas.

Os historiadores diante dos historiadores

Por que razão as diferentes perspectivas de história convivem? De certo modo, é também por meio da atenção ao texto histórico que se pode responder a essa questão com aquilo que, talvez para vocês, pode ser considerado meu lado mais cínico. Aquilo a que chamamos de “história-conhecimento” não é nada além daquilo que os historiadores realmente fazem. Ao invés de regras abstratas que definem as formas pelas quais podemos reconhecer o que é isso a que chamamos o texto histórico, a reflexão teórica sobre a História é aquela cujo objeto de estudo é aquilo que os historiadores escrevem. Isso significa dizer que a reflexão teórica sobre História é, na verdade, a reflexão historiográfica.

Pode parecer um pouco cínico dizer dessa forma, mas a História considerada válida e legítima é aquela que os historiadores reputados como conhecedores e poderosos consideram como tal. Então, definir quais são os temas legítimos de História, os períodos privilegiados de atenção, as fontes preferencialmente utilizadas e a perspectiva metodológica por meio da qual deslindamos nosso tema, nada disso responde, como dizia, a regras abstratas definidas desde a fundação da disciplina, mas aos desejos e interesses daqueles que avaliam nosso trabalho. Vou me permitir explicar um pouco melhor essa dimensão por meio de exemplos que melhor conheço, que correspondem ao ambiente de História no Rio Grande do Sul.

Eu bem que procurei comparar alguns dados do ambiente de História no Rio Grande do Sul com os de Santa Catarina, mas encontrei um único dado, o que me diz que existe um mestrado aqui, contra quatro no Rio Grande do Sul. Ora, os cursos de pós-graduação em História representam o que haveria de mais sofisticado no ambiente acadêmico – e também os melhores acessos a recursos intelectuais e financeiros para o desenvolvimento de pesquisas. Não é à toa que a década de 1980 foi considerada a grande virada na historiografia brasileira, que é quando os cursos de mestrado e doutorado criados na década anterior se consolidaram e passaram a produzir trabalhos realmente novos. Bom, o fato de existirem quatro cursos de mestrado no Rio Grande do Sul e apenas um em Santa Catarina significa que os gaúchos são mais inteligentes que os catarinenses? De certa forma, a idéia de um conhecimento histórico como um conjunto de procedimentos abstratos só poderia levar a essa conclusão, que todos sabemos que é bobagem. Ora, o fato de existirem tantas pós-graduações no Rio Grande do Sul, em comparação com Santa Catarina, significa que o dinheiro para pesquisas e para publicações tende a ser maior no Rio Grande do Sul. Mas significa também que mais pessoas têm títulos de pós-graduação no Rio Grande do Sul, e, como qualquer mercadoria, o título uni-

das. Não vou entrar no mérito dos argumentos, mas alertar para o fato de que os 500 anos comemorados não eram o aniversário de um território hoje conhecido como Brasil, por uma razão simples: antes de 1500 havia índios e havia o território, mas não faz sentido dizer que aquilo era o Brasil, isto é, uma porção do território mundial administrada por um Estado. Se quisermos ser mais preciosistas ainda, podemos dizer que só existe Brasil a partir de 1822, quando uma porção do território mundial se constituiu em Estado. Não obstante, tanto no sistema escolar quanto na Universidade, compreendemos a História do Brasil como aquela que trata do poder do Estado sobre uma porção do território mundial ao longo de séculos, nos quais a forma de exercício do poder muda, o território também muda, as pessoas mudam, tudo muda, embora o Brasil seja considerado alguma coisa que tem uma história. Ora, isso de falar de uma única coisa chamada Brasil, apesar de tudo nele mudar, só pode ser obtido por efeito da narração e, de certo modo, a idéia de uma História do Brasil é possível porque incorporamos certos efeitos literários que nos permitiram reconhecer a mesma coisa apesar de suas mudanças. Em suma, é a narração que permite acreditarmos que é possível encontrar identidades entre aquilo que foi e deixou de ser, ou entre aquilo que é e deixou de ter sido.

Também são muito semelhantes a crença no sentido da história e a modelagem da matéria histórica. Ambas definem o que é essencial e o que é acessório nas transformações e, em função disso, são capazes de definir com mais clareza o que é de fato o conhecimento. E também há semelhanças entre a narração e o conhecimento parcial, porque ambos evidenciam a autonomia da linguagem na produção de conhecimento. Acho que deixei claro o peso da linguagem na alternativa da narração, mas não ainda na do conhecimento parcial, mas isso é simples. No momento em que o conhecimento assumidamente parcial deixa de crer na totalidade da história, os problemas de pesquisa relevantes não se subordinam a um projeto de conhecer um todo por meio de suas partes, porque isso é considerado impossível, no sentido de que a História teria, literalmente, infinitas partes. Nesse sentido, os problemas de pesquisa relevantes não são os das relações entre as partes, mas os das relações entre os conceitos e as partes, porque seriam os conceitos que forneceriam a linguagem comum dos praticantes da disciplina. Formular, portanto, conceitos mais sofisticados não teria uma relação direta com a matéria histórica propriamente, porque tais conceitos seriam exclusivamente recursos de linguagem do texto histórico.

qualidade e a expressividade de um texto como o histórico não seriam secundários na definição daquilo que é típico de nosso saber.

Diante dessas diversas maneiras de conceber o conhecimento em História, várias perguntas podem sobrevir, e eu alinharia algumas delas para continuar esta exposição. Poderíamos nos perguntar, afinal, qual delas é a correta, ou ainda, qual é a mais atualizada ou contemporânea. Pretendo falar mais adiante sobre isso, desde já alertando para o fato de todas são legítimas, isto é, contemporâneas. Hoje em dia, podem-se encontrar historiadores que partilham dessas diferentes soluções. Diante disso, a questão mais relevante para pensarmos a disciplina histórica não é qual a mais correta ou atualizada, mas como é possível que tão diferentes concepções coexistam.

É um pouco tentando responder a isso que termino esta seção da exposição, tentando evidenciar o que há de semelhante e diferente nessas concepções e alinhando algumas comparações. O modelo aparentemente mais diferente é o último, o que aposta no caráter narrativo do texto histórico, mas não pensamos que uma das características básicas daquilo que concebemos como matéria histórica é o caráter de transitoriedade daquilo que é estudado. Dizer que tudo é transitório significa apenas dizer que as coisas mudam e, de certa forma, todas as concepções de história não hesitam em afirmar a existência de algum tipo de mudança. Tanto a crença no sentido da história como aquela alternativa da modelagem da história acreditam, mais ainda, que aquilo que é estudado pela disciplina não é apenas transitório, como em transformação, e falar da transformação vai além da transitoriedade, porque a história não é vista apenas como uma sucessão imponderável de mudanças, cujo sentido não existe ou não pode ser conhecido. Dizer, ao contrário, que além de transitoriedade existe **transformação** em História, e que essa transformação se encontra no cerne da historicidade, significa dizer que a diferença entre aquilo que existiu antes e o que veio depois é a **forma** como se dispõem os fenômenos ou os objetos que merecem nossa atenção. Com isso, a mudança em História não só sempre ocorre, como é passível de descrição formal, capaz de dar conta da existência de certos elementos mínimos em disposições diferentes. De certo modo, é essa descrição formal que garante o caráter científico da disciplina. Mas mesmo esse caráter científico supõe alguma forma de narração, porque não é tão simples dizer que estamos estudando **a mesma coisa** antes e depois de sua transformação, porque, se existe transformação, não é a mesma coisa. Vou dar um exemplo para que fique mais claro. Há algum tempo se falava em 500 anos de Brasil, e muitos setores protestaram, argumentando que, antes da chegada dos portugueses ao Novo Mundo, já havia populações indígenas que estariam sendo ignoradas pelos colonizadores e pelos festejos, e que continuaram, ao longo de 500 anos, sendo ignora-

fluência na produção de conhecimento histórico teria se dado, de um lado, na própria historiografia alemã recente e, de outro, passando pela antropologia de Clifford Geertz, no famoso Robert Darnton. O horizonte dessa alternativa historiográfica é a explicação dos micro-fundamentos da ação social e dos inesperados efeitos de certas expectativas e concepções.

A terceira alternativa diante da perda de sentido da história é pensá-la apenas como uma narração de eventos. Isso parece ser apenas um retrocesso na forma como os historiadores pensam seu trabalho, mas, na verdade, é a avaliação límpida e unívoca de que, se o processo histórico tem sentido, de qualquer modo, ele não pode ser conhecido. Diferente da simples crença de que o processo histórico tenha um sentido, a terceira alternativa não se pergunta e não supõe a existência de uma lógica da história. Também recusa a construção de modelos ou o conhecimento parcial. É a posição resignada daquele que ignora e não sabe como fazer para deixar de ignorar; é a posição de humildade da humanidade sobre o sentido de sua própria trajetória. Essa alternativa pareceria um retrocesso, porque recusaria o desafio iluminista de ousar saber em benefício da resignação do apenas registrar. Ela se indaga sobre – e mesmo afirma – a identidade e a consonância entre história e memória, acreditando que aquilo que os ocidentais chamamos de “história” é apenas a forma característica com que nossa cultura letrada incorpora versões sobre o passado na orientação do presente. Narrar o passado, portanto, é menos importante para sabermos do passado do que para sabermos do presente.

Tal alternativa tem vários efeitos na caracterização do texto histórico. Em primeiro lugar, e muito claramente, a História deixa de ser pensada como a disciplina acadêmica criada no século XIX para se perder nas brumas do tempo, ou, em uma versão menos resignada, o texto histórico contemporâneo não teria uma natureza tão distinta daquele produzido por Heródoto. Ambos falam sobre o passado, afirmam buscar a verdade e invocam testemunhos com maior ou menor grau de confiabilidade que pretendem persuadir o leitor de que aquilo que é narrado aconteceu. Talvez a diferença do texto contemporâneo é o fato de que coloca a si mesmo como objeto da História, uma vez que aquilo que é narrado não é pensado como um retrato do que ocorreu, mas como a versão hoje possível do que houve. Essa característica ainda interfere em outras qualificações do texto histórico, quando cada texto é pensado como uma das versões possíveis – e existiriam tantas versões quanto historiadores ou membros do público leitor –, e que, ao final das contas, aquilo que chamamos de “texto histórico” muito se aproxima de um texto literário. Se assim é, a formação superior em História deveria incluir, além de disciplinas de Sociologia ou Ciência Política, também disciplinas de Literatura, uma vez que a

dade, mas a partes dela, que se transformariam, entre outros motivos, por efeito de expectativas mutuamente alimentadas pela interação social. O sentido é encontrado nesses processos abordados em meio à tensão entre o estudo da relação da parcela do social com outras parcelas do social, e isso é tão mais fácil quanto menores forem os grupos de análise e mais amplas e ricas forem as comparações, porque a comparação funcionaria como o laboratório do historiador.

Essa alternativa resulta da diminuição da expectativa dos historiadores sobre o quanto a historicidade caracteriza ou não o presente. De certo modo, a questão não é se o presente pode ser conhecido por meio do passado, mas sim o quanto realmente podemos saber sobre o passado, que nos permita orientar nossas ações no presente. A possibilidade de um conhecimento apenas parcial do passado se caracteriza, como disse, por uma descrença na totalidade do tempo histórico, que faz com que o texto de História não seja o resultado de uma certeza sobre a natureza de um processo, mas da diminuição da dúvida – ou mesmo de uma melhor definição e restrição das probabilidades – sobre o que se pode esperar desse processo, e aquilo que não se pode esperar. Tal avaliação também diminui a autoridade dos historiadores – e, de resto, dos demais cientistas sociais – como descobridores ou proponentes de orientações práticas, uma vez que as tendências do futuro não podem ser conhecidas e, de outro lado, a caracterização do passado também comporta possibilidades que, dependendo do caso, se perdem, adormecem, se efetivam ou ainda podem se efetivar. Na prática, a avaliação do passado – e o próprio conhecimento sobre ele – dispõe principalmente sobre as razões por que tais possibilidades se perderam, adormeceram ou se efetivaram. Mas isso não significa uma completa desorientação prática para o presente, pois possibilidades que não se perderam ainda poderiam pautar nossa ação.

Diferente da primeira alternativa, que não se restringe ao marxismo, embora encontre nele uma expressão paradigmática, essa segunda alternativa não pode ser tão facilmente imputada a uma escola histórica em particular. Mais do que isso, creio que muito da produção contemporânea – e penso como contemporâneo o que tem sido feito nos últimos 20 anos – poderia ser pensado sob a luz dessa segunda alternativa. E isso ocorre, principalmente, porque o contraponto entre a perda de sentido de uma totalidade histórica e a existência desse sentido em certos universos empíricos muito se afina com o chamado individualismo metodológico. Por meio do individualismo metodológico, acredita-se que o único lugar onde se produzem sentidos é na mente dos indivíduos, que, em função de suas expectativas com relação aos outros, pautam sua conduta. O modelo mais acabado e incorporado à historiografia dessa concepção corresponderia à tradição weberiana, cuja in-

textos e cálculos sobre uma invenção. Tais historiadores não são os únicos a inventarem os objetos de uma ciência: economistas o fazem com frequência de modo consciente, e os leigos em Economia apenas avaliamos se as imprecisões dos modelos econômicos beneficiam ou prejudicam nosso bolso; também a idéia de que homens e samambaias têm algo em comum que se chama “vida” compõe o modelo necessário à existência de uma disciplina científica chamada Biologia, e assim por diante.

Inventar a História não é necessariamente mentir sobre sua natureza, mas acreditar que não é possível conhecer os efeitos sociais da passagem do tempo se não conseguirmos separar com clareza aquilo que é essencial daquilo que é acessório. Antes aproximei Marx de Santo Agostinho. Agora, chamo a atenção para o que é uma das grandes genialidades do pensador alemão, que é sua teoria da transformação histórica pautada pelo determinismo tecnológico e seu modelo de sucessão de modos de produção. É provável que Marx acreditasse na realidade de seu modelo, mas o próprio transcurso da sociedade no tempo revelou que não era necessário o pleno desenvolvimento do capitalismo para que a Rússia fizesse sua revolução, e tampouco que o capitalismo jamais voltaria a uma sociedade socialista. Independente do quão equivocado estivesse o modelo, ainda assim é genial, porque fornece parâmetros de análise de várias sociedades, indicando o que poderia haver de semelhante e o que poderia haver de diferente, o que seria essencial e o que seria secundário, em suma, permite comparar diversas sociedades, inclusive no que diz respeito às suas possibilidades de transformação. E muito do que conhecemos como sendo a produção de história marxista não é a simples reiteração do modelo, mas a tarefa de sofisticá-lo no confronto com vários universos empíricos.

A segunda alternativa diante da perda de sentido da História é a da crença na possibilidade de conhecimento parcial e incompleto. Essa concepção tende a esvair o projeto iluminista de uma coisa chamada “história”, em benefício da possibilidade de conhecer várias “histórias”, cada uma com algum sentido, alguma lógica, mas nunca um processo conjunto e coeso. É possível, ainda nessa concepção, advogar a existência de um conhecimento no texto de história, uma vez que o conhecimento parcial e incompleto não tem a pretensão de explicar a totalidade do processo histórico, ou do conjunto do social, mas estabelecer as relações entre diferentes planos do social ou ainda, à semelhança do primeiro, comparar sociedades e momentos diferentes de modo a revelar padrões de causalidade. A invenção da história não é sequer cogitada, porque isso significaria a construção de modelos de validade universal, aproximando a concepção da primeira alternativa. Ao contrário, a tendência dessa concepção é identificar sentidos diferentes para cada uma das “histórias”, porque os processos descritos não seriam comuns à toda a humani-

Os historiadores diante da História (como conhecimento)

Como vocês já sabem, História é também um tipo de texto. Esse texto trata do quê, exatamente? Se consideramos a existência de um sentido no processo histórico, o texto histórico será certamente um esforço de produção de conhecimento cujo horizonte é o desvendar desse sentido. Assim, a descrição dos eventos que ocorrem ao longo do tempo seria apenas o primeiro passo na construção de uma ciência histórica, uma vez que os acontecimentos são concebidos como dotados de uma qualidade – a historicidade – que nos permite incorporá-los à construção do sentido de um grande processo que se revela não apenas **nos** próprios acontecimentos, mas **por meio** dos acontecimentos. Dessa forma, prestar atenção aos acontecimentos não esgotaria o trabalho de construção do conhecimento do processo histórico, porque assim como a história se manifesta por meio dos acontecimentos, é também por meio desses acontecimentos que podemos conhecê-la. Os acontecimentos, em si mesmos, são importantes na medida em que identificamos neles essa qualidade da historicidade.

Contudo, o que fazer se não acreditamos que a história tenha um sentido? Se acreditamos que ela tem sentido, o texto histórico terá a pretensão de ser uma ciência, mas, na ausência de sentido do processo histórico, há motivos para afirmar que o texto histórico seja uma forma de conhecimento?

Uma questão como esta, a despeito de seu alto grau de abstração, é básica para compreendermos o valor de algumas discussões contemporâneas da disciplina histórica. E, de certo modo, talvez seja uma das questões que ainda hoje divide os historiadores, não tanto pelo mérito da questão em si, mas devido às formas por meio das quais os historiadores pensamos a natureza de nosso trabalho, uma vez que poucos, hoje em dia, acreditam piamente no sentido da história como algo demonstrável por meio da pesquisa histórica. Acredito poder mapear essas discussões, indicando três alternativas que não são completamente excludentes.

A primeira das alternativas é a modelagem da matéria histórica. Com essa expressão quero me referir à concepção de que o conhecimento histórico se torna possível quando se toma como pressuposta uma certa forma com que transcorrem e se dispõem os elementos também pressupostos como integrantes da história. Essa alternativa não é muito diferente da crença no sentido da história, mas se toma por tácito que o papel do historiador, ao invés de descobrir como é **realmente** a História, assume o compromisso de sofisticar o modelo, sabendo que aquilo que ele chama de “história” não passa de uma invenção. Para alguns de vocês, dizer que alguns inventam a História pode ser meio forte, mas muitas das disciplinas científicas também são assim, com a desvantagem de que nem sempre os cientistas percebem que produzem

Contudo, espíritos mais afoitos poderiam acreditar que estou qualificando o marxismo de religião, o que não é verdade. Apenas afirmo que a idéia de “fim da história” não apenas é comum a várias escolas históricas, como é uma idéia necessária a todos aqueles que acreditam que a história tenha um sentido. Pode ser que o fim da União Soviética não tenha sido o fim da história, mas, se isso que estudamos tem um sentido, temos que imaginar o momento em que sua lógica se revela a ponto de podermos prever com mais segurança o futuro. Claro que existem intelectuais – e mesmo historiadores – que ousam indicar o futuro, mas vários dos exemplos que antes assina-lei não foram previstos por ninguém. Quem sabia que o Muro de Berlim cairia? Ou que também cairia o World Trade Center? Mesmo que ambos sejam eventos com grande efeito simbólico e, de qualquer modo, imprevisíveis que não em grandes linhas gerais, a reunificação alemã ou o ataque de monta à população civil em solo norte-americano poderiam mesmo ser desejados por alguns, mas não eram possibilidades a alimentar expectativas de que muito rapidamente ocorressem. E isso nos põe a nu que o sentido do processo histórico ainda não é claro para os que ganhamos a vida nessa profissão. A aceleração do processo histórico ao longo do século XX nos ajuda a ter mais clareza sobre forças em atuação e seus efeitos, mas o pouco de clareza obtida não foi, até agora, suficiente para afirmarmos que descobrimos a lógica da história que, a cada momento, parece mais distante, soterrada exatamente por essa aceleração do processo histórico que faz com que, de uma geração a outra, costumes muito mudem, assim como o acesso à tecnologia. Hoje em dia, é previsível que este texto que escrevo tenha sido produzido em um computador pessoal, o que era absolutamente improvável – sobretudo para um professor de ciências humanas – há cerca de 20 anos. Parte das correções ortográficas também é o programa que faz, e modificações no estilo são bem mais fáceis porque, ao invés de recortar e colar papéis e novamente datilografar letras, escrevo diretamente (e com letra bonita!) em um papel que só será materialmente um papel quando eu o imprimir. Acreditar em um fim da história é acreditar que, um dia, o desenvolvimento, inclusive tecnológico, por maior que seja, será indiferente na transformação do sentido que atribuímos ao mundo, de certo modo porque seu sentido já será de todo conhecido.

Se a história acabar, eu realmente não sei o que será dos historiadores, mas a crença de que ela não acabou, exatamente porque não compreendemos seu modo de funcionamento, coloca também alguns problemas, que são os problemas atinentes àquilo que caracteriza nossa disciplina como conhecimento – e que pretendo abordar na seção seguinte.

confrontados com os dois sentidos também existentes na palavra “história”. Mesmo que fiquemos apenas com o sentido de “história” como processo real, quando falamos de “fim da história” podemos estar nos referindo ao término da história, momento a partir do qual só existiria a “pós-história”, mas podemos nos referir às finalidades da história, ou, precisando melhor, o sentido do processo histórico. De certa maneira, ambos os sentidos da palavra “fim” estão presentes na expressão “fim da história”, e pretendo explicar isso fazendo um pequeno parêntese. Como se sabe, concepções de passado e o trabalho da memória existem em várias sociedades. Contudo, a idéia de história, e mesmo a idéia de que existam várias histórias que não se resumem aos acontecimentos do passado são típicas da cultura ocidental. Mais do que isso, aquilo que compreendemos como sendo “história” ainda está muito próximo de alguns dos parâmetros que Santo Agostinho traçou na *Cidade de Deus*, quando concebeu o transcurso dos acontecimentos como sendo o resultado de um plano de Deus para a humanidade que tinha algumas características: era um plano que, diferente dos livros sagrados, nos quais Deus fala para cada um dos homens, na história, Deus fala para toda a humanidade; em segundo lugar, era um plano que não podia ser conhecido por antecipação, ou seja, a revelação da lógica da história só era possível depois de passados os acontecimentos; e, por fim, esse plano de Deus teria um término que coincidia com a revelação de seu sentido profundo, que era o Juízo Final. Só nesse momento, o momento do “fim da história”, a humanidade, afinal, compreenderia quais foram as finalidades de Deus ao permitir os acontecimentos que compunham o seu plano. Assim, o Juízo Final seria tanto o término da História quanto a revelação de seu sentido.

Pode parecer a vocês que, ao mencionar o modelo de Santo Agostinho, estou apenas invocando alguma erudição que pouco contribui ao debate contemporâneo, mas esse modelo é muito próximo daquele de um autor bem mais próximo de nós. Marx, no Prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*, também se refere ao fim da história, certamente não quando da emergência da economia de mercado. Com efeito, uma interessante referência ao capitalismo é aquela que o indica como o fim da “pré-história da sociedade humana”. Com isso, supõe-se que os regimes pós-capitalistas (socialismo e comunismo) teriam uma historicidade diferente daquela existente nas sociedades de classes, e o próprio texto de Marx nos permite supor quais seriam as diferenças. Como não se poderia julgar uma sociedade por meio daquilo que os seus membros dela pensam, porque tais concepções estariam envoltas em ideologia, permito-me supor que, para Marx, a diferença entre a “pré-história da sociedade humana” e sua verdadeira história residiria na plena consciência histórica daqueles que não mais viveriam na sociedade de classes. Dessa forma, o Juízo Final e as sociedades pós-capitalistas compartilhariam a revelação do verdadeiro sentido da História.

presentes é uma pretensão que se esvai, no sentido de que o presente deixa de ser um “presente histórico”, isto é, um momento do tempo dotado de um atributo como a historicidade, que seria capaz de lhe conferir um sentido para além daquilo que o senso comum é capaz de perceber. O presente não seria mais histórico, seria “pós-histórico”, e o conhecimento produzido pelos historiadores poderia se adequar à compreensão do passado, mas não poderia ter a pretensão de orientar escolhas presentes e futuras.

O segundo bom motivo que levou os historiadores a protestarmos foi a continuação de eventos capazes de desestruturar os sentidos atribuídos ao mundo. A brutalidade de disputas étnicas e nacionais em várias partes do mundo – inclusive na Europa Oriental e na Ásia Central, onde antes o poder de tipo soviético mantivera a paz – colocou em questão a própria viabilidade histórica da economia de mercado. Em lugar das operações de mercado em regiões onde vigoravam democracias de tipo ocidental, a irracionalidade de várias disputas, ou da forma por elas assumidas, rapidamente avolumou-se a ponto de não se poder mais relegá-las ao acidental. Com efeito, quando partilhamos de modelos de transformação histórica onde não cabem certos eventos, a tendência é desprezar tais eventos como secundários ou acidentais, mas as guerras civis na região balcânica, na Palestina, em Angola, no Timor, em Ruanda, na Libéria, na Somália, no Afeganistão, isso para não me referir aos conflitos de Chiapas, Colômbia, País Basco, Irlanda, ou nas guerras do Golfo e na atual contra o Afeganistão. São tantos eventos, que, relegá-los à condição de acidentais ou percebê-los como manifestações ocultas que redundarão na vitória do modelo da economia de mercado, beira ao absurdo, sobretudo quando muitos desses conflitos sobrevieram quando de restaurações capitalistas ou em regiões que nunca deixaram de ser capitalistas. Tais casos evidenciam que a ação humana em muitos pontos do mundo se pauta por uma consciência histórica que, inventada ou não, atribui a eventos do passado as justificativas para alimentar expectativas de construção de um futuro cujas características nem sempre abordam estrutura econômica ou funcionamento da comunidade política, mas a exclusividade de direitos de cidadania para certos grupos e não outros. A crítica de historiadores à possibilidade de um “fim da história” é capaz de afirmar que, por menos racionais que sejam os conflitos, sua historicidade é flagrante e nosso papel é ainda o de explicar esses conflitos de modo a compreender com alguma maior clareza o que perdemos e o que ganhamos ao longo do processo histórico, e, claro, o que ainda podemos ganhar ou perder, uma vez que muitos parecem ter perdido a razão.

O terceiro bom motivo para os historiadores protestarem contra o “fim da história” resulta um pouco de outra ambigüidade da linguagem. O termo “fim”, em muitas das línguas ocidentais, tem dois sentidos, que se revelam interessantes quando

me ajuda a formular com mais clareza aquilo que sei e aquilo sobre o que tenho dúvidas e, é claro, aquilo que não sei.

Quando intitulei esta exposição “Os historiadores diante da história”, quis exatamente destacar dois pontos: os dois sentidos da palavra “história” e sua relação contemporânea com os historiadores. Esses dois pontos serão desenvolvidos em três seções: as duas primeiras falam, cada uma, dos dois sentidos da palavra “história”; a terceira seção fala dos historiadores diante dos historiadores. Antes de começar, apenas mais duas observações: quando falo em “historiadores”, estou me referindo a pessoas de ambos os sexos que vivem da disciplina, seja dando aulas, pesquisando, escrevendo livros, dando palestras, etc. Talvez fosse mais correto utilizar a expressão “profissionais de História” ou ainda “historiadores e historiadoras”, mas explicar o sentido me parece mais confortável do que repetir expressões que não são de uso corrente. A segunda observação já deve ter ficado clara: eu estou aqui presente e falante, opinando e dando palpites, e não uma autoridade impessoal e abstrata que fala em “nós achamos” ou “acredita-se”. Se vocês quiserem discordar e debater, não tenham medo, porque vocês não estariam fazendo isso comigo e com meu numeroso exército, porque sou só eu aqui. Vamos, todos nós agora, ao trabalho.

Os historiadores diante da história (como processo)

No começo da década passada, alguns intelectuais proclamavam o “fim da história”. Não era uma expressão nova, mas (tomando-se principalmente o mais famoso desses intelectuais, Francis Fukuyama), naquele contexto, a expressão “fim da história” significava que, com a derrocada da União Soviética, o modelo vencedor da disputa social que permeara boa parte do século XIX e todo o século XX foi o modelo da economia de mercado adjunta ao modelo político das democracias ocidentais. A história acabara porque, com o fim do bloco dos países do socialismo real, a economia de mercado se convertia no único modelo historicamente viável, a ponto de pautar as relações internacionais de países como China, Vietnã e Cuba, ainda que, em âmbito interno, tais países ainda resistissem ao “inexorável” da história.

Três bons motivos levariam os historiadores a protestarem contra tais avaliações.

O primeiro deles é o da necessidade de afirmarmos que o conhecimento que produzimos serve para alguma coisa. Se a história teve um fim, a pretensão de que o conhecimento que somos capazes de produzir tenha algum efeito nas escolhas

são. De certo modo, isso é acreditar em uma vocação. Ou essa vocação me faz falar sobre aquilo para o que fui convidado, ou essa conversa sobre “paixão” e “vocação” é apenas “conversa pra boi dormir”; ou então, palavras vazias, mas **enfáticas**, para evitar que os alunos durmam.

Mas, atendendo à minha vocação e àquilo que compreendo como História, coloquei em dúvida a minha possibilidade de falar sobre as perspectivas contemporâneas de nossa disciplina. Digo que atendi à minha vocação porque, como professor de Teoria da História, penso que minha função é criar a dúvida e, quando muito, ensinar os procedimentos para a obtenção de algumas certezas. Esse jogo de dúvidas e eventuais certezas é como acredito ser a tarefa de pensar a História. E isso assim acontece porque o termo “história” tem uma ambigüidade interessante, que é clara para quem já passou por um curso de graduação e muito confusa para quem inicia, freqüenta, ou nunca pôs os pés em uma sala de aula universitária de História. É uma ambigüidade tão evidente que os professores universitários às vezes esquecem de mencionar para seus alunos por que, para nós, é claro que o termo “história” tem dois sentidos. Os dois sentidos são claros em uma pequena comparação – que corre o risco de ser equivocada, mas que vale a pena ser utilizada: a Sociologia, por exemplo, estuda a sociedade; a Ciência Política estuda o Estado, ou o poder; a Antropologia estuda a cultura; a Psicologia estuda a psiquê; a Biologia estuda a vida e os seres vivos; e a História estuda a história. Em suma, para outras disciplinas, aquilo que é estudado leva um nome diferente da disciplina que a estuda, ao passo que, para a História, a disciplina tem o mesmo nome daquilo que é estudado. Essa ambigüidade no termo “história” é interessante porque os leigos, aqueles que não têm a História como profissão, não raro usam expressões como “a história ensina isso ou aquilo”, quando os profissionais perguntamos “qual história ensina: o processo histórico real ou o conhecimento que temos dele?” De certo modo, a ambigüidade daquilo que é definido como sendo a História coloca todos nós que vivemos disso sempre diante de determinadas questões, como, por exemplo, o que de fato sabemos sobre a realidade e o quanto é possível saber sobre a realidade? Essas questões sobre a relação da matéria histórica com a história-conhecimento são algumas das que fazem a produção de conhecimento histórico ser um jogo principalmente de dúvidas, com algumas eventuais certezas.

É um pouco por isso que coloquei em dúvida a minha capacidade de apresentar certezas sobre as perspectivas contemporâneas de nossa disciplina. É claro que posso falar sobre isso, mas não tenho segurança se tenho certeza sobre aquilo que falo. É um pouco por isso que gostei da idéia de vir aqui para a UNESC debater com pessoas diferentes daquelas com as quais estou acostumado, pois isso

Os historiadores diante da história*

Adhemar Lourenço da Silva Júnior**

Introdução

Ao ser convidado para aqui falar sobre as perspectivas contemporâneas de História, aceitei prontamente. Devo confessar que, como professor no Rio Grande do Sul, conheço razoavelmente as universidades e os colegas de meu Estado e algumas universidades e colegas das “maiores” universidades de outros Estados, e a possibilidade de falar para futuros e atuais colegas aqui em Criciúma, de onde tenho poucas informações, me pareceu interessante, e espero, até o final desta exposição, explicar por quê.

Mas, logo depois, a dúvida me assaltou: sobre o que mesmo eu posso falar? Talvez, para muitos de vocês, é claro que fui convidado para falar sobre as perspectivas contemporâneas de História, e ou eu faço isso ou estou enganando a quem me assiste. Eu confesso que tenho por hábito nunca violar o preceito ético de fazer jus ao trabalho que escolhi, e a remuneração que por ele percebo. Alguns colegas e alunos já me disseram que sou demasiado sincero – talvez, até mesmo, cínico – quando me refiro ao nosso trabalho, dizendo que ninguém enriquece com História e que, para valer à pena, devemos praticá-la com paixão, porque o exercício dessa paixão deve nos remunerar o suficiente para que sigamos nessa profis-

* Este texto reproduz a aula inaugural do curso de História na UNESC (Criciúma) em 7/3/2002 e, por isso, dispensei-me de apor referências bibliográficas, pedindo desculpas aos leitores.

** Professor assistente da Universidade Federal de Pelotas; bolsista PICDT na PUCRS.

sobre a história local. O leitor terá a oportunidade de conhecer outras histórias, histórias que se diferenciam da tradicional narrativa oficial que se preocupou em contar os feitos dos pioneiros, dos primeiros prefeitos, dos primeiros médicos, das primeiras instituições, histórias que dão sentido e legitimidade para a ordem política e econômica instituída no presente.

Unesc, maio de 2003.
João Henrique Zanelatto
Carlos Renato Carola

Apresentação

Em 2001, o curso de História aprovou o seu novo Projeto Político-Pedagógico, incorporando a estrutura curricular de bacharelado. A partir daí, o curso instituiu a prática da pesquisa no processo de formação do acadêmico/a e, dentre as ações e prioridades definidas para alcançar os objetivos traçados, estava a materialização do esforço conjunto de professores/as e alunos/as em formar um profissional com habilidades e competências para exercer com qualidade e responsabilidade o ofício de professor/a historiador/a para o fazer da pesquisa histórica.

Os artigos publicados nesta Revista resultam de pesquisas desenvolvidas no âmbito do curso de História. Além de proporcionar o desenvolvimento de habilidades com o manuseio de fontes históricas e referenciais teóricos, os artigos também têm o propósito de escavar os subterrâneos de arquivos documentais e arquivos de memórias, para fazer emergir histórias que ficaram invisíveis, esquecidas ou simplesmente ignoradas. Assim, o curso de História está estabelecendo mais um canal de comunicação com a comunidade regional, contribuindo com a produção de um conhecimento histórico cujos objetos de estudos estão inseridos na história dos diversos municípios que compõem a região sul de Santa Catarina.

Mesmo levando em consideração que se trata de pesquisas em nível de iniciação científica, e por isso o leitor mais informado deve perceber os limites teóricos e metodológicos de alguns artigos, estamos convencidos de que *Tempos Acadêmicos* veio para enriquecer a formação acadêmica dos alunos/as e formentar a reflexão

Era tempo de repressão: lembranças de uma época 67

It was a time of political repression: memories of an epoch

Marisa Therezinha Chaves

História dos primórdios da Igreja Adventista do Sétimo Dia em Criciúma .. 79

History of the beginning of the Criciúma Seventh Day Adventist Church

Emanuela dos Santos Borges Santana

Do caminho de tropas à rota da imigração:

recortes das colônias dos morros Estevão e Albino 89

From the muleteers to the immigration route:

outlines of the colonies at Morro Estevão and Morro Albino

Fernando Mazzuchetti

Os militares na cidade dos mineiros:

a instalação do 28º GAC em Criciúma 103

Military in the miners' city: the installation of the 28th GAC in Criciúma

Paulo César Floriano

Sumário

Apresentação	11
Os historiadores diante da história	13
Adhemar Lourenço da Silva Júnior	
A cruz entre o mar e as lagoas: expedições jesuíticas ao sul do Estado de Santa Catarina no século XVII	31
<i>The cross between the sea and the lagoons:</i>	
<i>Jesuitics expeditions to the South of Santa Catarina in the 17th century</i>	
Jaisson Teixeira Lino e Juliano Bitencourt Campos	
Dos pescadores-coletores aos horticultores: um breve panorama das primeiras ocupações do litoral sul-catarinense	43
<i>From fish collectors to horticulturists: a brief panorama</i>	
<i>of the first settlements in the South Coast of Santa Catarina</i>	
Jaisson Teixeira Lino	
Outros sujeitos na colonização de Criciúma	57
<i>Other subjects in the colonization of Criciúma</i>	
Fernando Mazzuchetti e Dalana Pavei	

14. Serão fornecidas gratuitamente cinco revistas, independentemente do número de autores.

b) Livros na íntegra

GOULARTI FILHO, Alcides; NETO, Roseli Jenoveva. *A indústria do vestuário: economia, estética e tecnologia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997. 197 p.

c) Partes com autoria própria

EHRENFELD, David. Por que atribuir um valor à biodiversidade? In: WILSON, Edward O. (org.). *Biodiversidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 269-274.

d) Teses, dissertações e monografias

BACK, Álvaro José. *Determinação da precipitação efetiva para irrigação suplementar através do balanço hídrico horário: um caso-estudo em Urussanga, SC*. 1997. 145 p. Tese (Doutorado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental) Instituto de Pesquisas Hidráulicas, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

e) Publicações em congressos, reuniões científicas, simpósios, etc.

KLEIN, Roberto Miguel. Aspectos fitofisionômicos da floresta estacional na fralda da serra Geral (RS). In: CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 34, 1983. Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: SBB, 1983. p. 73-110.

8. Para os casos aqui não exemplificados deverão ser obedecidas as normas da ABNT (**NBR 6023** e **NBR 10.520**).

9. Desenhos, fotos e gráficos devem ser citados como figuras, com numeração corrida, em algarismos arábicos com enunciado na porção inferior. As tabelas também devem ser numeradas com algarismos arábicos, de acordo com sua sequência no texto, com enunciado na parte superior.

10. O trabalho será analisado por dois consultores.

11. No artigo aceito para publicação, o(s) autor(es) deve(m) fazer as correções sugeridas pelos consultores e encaminhar a versão definitiva em disquete 3^{1/2}, em *Word for Windows*, além de uma cópia impressa. Erros nesta versão definitiva são de total responsabilidade do(s) autor(es).

12. O conteúdo dos artigos é de responsabilidade exclusiva do autor(es).

13. Os artigos não aceitos ficarão à disposição do(s) autor(es) junto ao Conselho Editorial Universitário.

3.1. Não há necessidade dessas subdivisões para o artigo de revisão bibliográfica, mas deve conter obrigatoriamente: **Título, Nome dos Autores, Resumo, Palavras-chave, Abstract e Keywords.**

4. O(s) nome(s) do(s) autor(es) deverá(ão) ser colocado(s) por extenso, centrado(s), abaixo do título, um embaixo do outro, em ordem alfabética crescente, seguido(s) de índice numérico, que será repetido no rodapé, onde deve constar a profissão, titulação, instituição do autor e endereço do primeiro autor para correspondência sobre o artigo.

5. As siglas e abreviações deverão estar seguidas de suas significações na primeira vez que aparecerem no texto.

6. Toda a bibliografia deve ser mencionada no texto (NBR 10.520), obedecendo o seguinte padrão: um autor (BACK, 1996); dois autores (SANTOS, SILVA, 1997); três autores (SANTOS, SILVA, ABREU, 1998) ou mais de três autores (MARTINELLO *et al.*, 1999). Quando os nomes dos autores fizerem parte da frase, apenas o ano da publicação deve vir entre parênteses. Quando houver, no mesmo ano, mais de um artigo de mesma autoria, acrescentar letras minúsculas após o ano, conforme exemplo: (DAVIDSON *et al.*, 1978a; 1978b). Quando necessário, acrescentar o número da página (BACK, 1996, p. 45) ou BACK (1962, p.12).

6.1. Quando houver mais de uma citação dentro de um mesmo parêntese, estas devem ser colocadas em ordem cronológica. Exemplo: (KLEIN, 1983; CARVALHO, 1994; EHRENFELD, 1997).

7. As referências bibliográficas no final do artigo devem obedecer, segundo a NBR 6023, ordem alfabética de autores e sequência cronológica crescente como um segundo critério.

Exemplos de referências bibliográficas:

a) Periódicos

BACK, Eurico. Como ensinar a pensar? *Revista de Ciências Humanas*, Criciúma, v. 2, n.1, p. 60-113, 1996.

MARTINELLO, Clair Maria; CITADINI-ZANETTE, Vanilde; SANTOS, Robson dos. Produção de serapilheira de lianas de um remanescente de mata atlântica na microbacia do rio Novo, Orleans, Santa Catarina. *Biotemas*, Florianópolis, v.12, n.1, p. 49-66, 1999.

Normas para Publicação de Trabalhos

As revistas *Tempos Acadêmicos*, editada pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), publica artigos de divulgação científica originais e revisões bibliográficas referentes às áreas de História.

1. O artigo de divulgação científica ou de revisão bibliográfica deve ser encaminhado ao Departamento de História, por meio de ofício.
2. O trabalho deve ser apresentado em uma via impressa e uma em disquete 3^{1/2}” digitadas em espaço duplo, com número máximo de trinta páginas (incluindo tabelas e figuras); letra Times New Roman, tamanho 12; os parágrafos devem iniciar a 1,0 cm da margem; a formatação de 21,0 cm x 29,7 cm (A4), deve ter margem superior de 5,2 cm, inferior 5,2 cm, esquerda 3,5 cm e direita 3,5 cm.
3. O artigo de divulgação científica deverá conter os seguintes tópicos: **Título** (em letra maiúscula e centrado; subtítulos, se houver, à esquerda com parágrafo de 1,0 cm); **Nome(s) do(s) autor(es)**; **Resumo** (no máximo 10 linhas); **Palavras-chave** (cinco no máximo); **Abstract**; **Keywords**; **Introdução** (com Revisão da Literatura e Objetivos); **Material e métodos**; **Resultados e/ou Discussão**; **Conclusões** (ou combinação destes últimos); **Agradecimentos**, quando houver, e **Referências bibliográficas**.



UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense

Reitor: Prof. Antonio Milioli Filho
Vice Reitor e Pró-Reitor Acadêmico: Prof. M.Sc. Gildo Volpato
Comitê Científico da Revista: Prof. Antônio Luiz Miranda - presidente
Profa. Lucy Cristina Ostetto
Prof. João Henrique Zanelatto
Fernando Braz Masuchetti
Jaisson Teixeira Lino
Marisa Chaves
Roseli Bernardo
Conselho Editorial Universitário: Prof. Dr. Ademir Damazio
Prof. Dr. Alcides Goularti Filho
Prof. Dr. Álvaro José Back
Prof. M.Sc. Carlos Magno Spricigo Venerio
Prof. Dr. Gladir da Silva Cabral (presidente)
Profa. Dra. Vanilde Citadini-Zanette
Capa: Olmar da Silva Vieira Júnior
Revisão: Gladir da Silva Cabral
Diagramação: Gisele Savi

Tempos Acadêmicos n. 1 – 2003

Tempos Acadêmicos, n.1, 2003, Criciúma, SC:
Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2003.

Anual

ISSN 1678-5665

1. Ciências sociais - Periódicos. I. Título.

CDD. 21ª ed. 301

Catálogo da publicação: Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

Universidade do Extremo Sul Catarinense
Avenida Universitária, 1.105
Caixa Postal 3.167
88806-000 - Criciúma - SC
Fone/Fax: (48) 443 0037
E-mail: conselho@unesc.rct-sc.br

ISSN 1678-5665

**UNESC
Universidade do Extremo Sul Catarinense**

Tempos Acadêmicos

Criciúma, 2003

